CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

"As armas e padrões portugueses postos em África, e em Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartiçam das três partes da terra, materiaes sam, e pode-as o tempo gastar: peró nã gastará doutrina, costumes, linguagem, que os portugueses nestas terras leixarem."

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*)

N.º 24 – 2.º semestre de 2002 - Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO – 2001/2002

DIRETORIA

Presidente: Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente: Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário: Arnaldo de Figueiredo Guimarães
2.º Secretário: Francisco José Magalhães Ferreira
1.º Tesoureiro: Manuel Lopes da Costa
2.º Tesoureiro: Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador: Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador: Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecária: Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural: Carlos Alberto Soares dos Reis Martins
Diretor Escolar: Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação: João Manuel Marcos Rodrigues Reino

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Manuel Paulino
1.º Secretário: Maria Lêda de Moraes Chini
2.º Secretário: Bernardino Alves dos Reis

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: Albano da Rocha Ferreira
Ronaldo Rainho da Silva Carneiro
Antonio da Silva Correia

Suplentes: José Gomes da Silva
Paulo Valente da Silva
Carlos Jorge Airosa Branco

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

DIRETOR DA REVISTA *CONFLUÊNCIA*

Prof. Evanildo Bechara

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
Presidente: Francisco Gomes da Costa

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS
Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.
Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva (Diretor Executivo)
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

CONSELHO CONSULTIVO
Adriano da Gama Kury
Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozório Rodrigues
Jayr Calhau
José Pereira de Andrade
Ricardo Cavaliere
Walmírio Macedo

CONFLUÊNCIA
Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

Produção Gráfica
Editora Lucerna
Cx. Postal 32054
CEP 21933-970 - Rio de Janeiro - RJ
Internet: www.lucerna.com.br

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 - Centro
CEP 20031-201 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 - Fax: (021) 2533-3044
E-mail: secretaria@liceuliterario.com.br – Internet: www.liceuliterario.com.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e da TAP – Air Portugal

SUMÁRIO

Pág.

Editorial (A. GOMES DA COSTA) 7

Homenagem a Paul Teyssier 9
Paul Teyssier (EVANILDO BECHARA) 11
Paul Teyssier *in memoriam* (EVELINA VERDELHO E TELMO VERDELHO) 14

ARTIGOS

Considerações sobre os tipos *ela fala esquisito* e *ela chega cansada* no português coloquial e literário do Brasil e de Portugal (MARTIN HUMMEL) 43
Leitura e ensino no Brasil do século XIX (LEONOR LOPES FÁVERO) 71
Texto e ensino: análise da variação lingüística na narrativa literária (CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA) 83
A subordinação inversa (VALTER KEHDI) 98
O acusativo latino e a língua portuguesa (CASTELAR DE CARVALHO) 104
Dicionários e etimologias (HORÁCIO ROLIM DE FREITAS) 113
O grau em português (RICARDO CAVALIERE) 126

TRANSCRIÇÕES 131

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO 147

RESENHAS CRÍTICAS
MARTINET, A. *Entretiens avec Georges Kassai et avec la collaboration de Jeanne Martinet.* Paris, Quai Voltaire, 1993. (HELENA REBELO) 152
MARUYAMA, T. *A Grammatica da Lingoagem Portuguesa de Fernão de Oliveira e os Índices Maruyama da ortografia lusitana quinhentista* (ANTONIO MARTINS DE ARAUJO) 159
PEREIRA, Paulo Roberto. *Brasiliana da Biblioteca Nacional. Guia de Fontes sobre o Brasil.* (ANTONIO MARTINS DE ARAUJO) 164

COLABORADORES 167

N.º 24 – 2º semestre de 2002 – Rio de Janeiro

EDITORIAL

A LÍNGUA PORTUGUESA E O PAPA

Dr. Antônio Gomes da Costa

Não foram ainda bem esclarecidos os motivos pelos quais Sua Santidade o Papa João Paulo II, nas audiências das quartas-feiras, na Praça de São Pedro, dexou de usar a Língua Portuguesa.

Para uns, a saudação do Pontífice no vernáculo foi suspensa por causa de seu estado de saúde. A cerimônia era demasiadamente longa e teve o tempo reduzido. Já para outros, a medida resultou do fato de muitos peregrinos que vão dos países lusófonos ao Vaticano não se inscreverem previamente para a audiência na Casa Pontifícia e, por conseguinte, na ausência dessa inscrição, não se justificava a saudação em português. Finalmente, há observadores que interpretam o gesto da Cúria como uma prova da pouca influência ou da falta de personalidades de prestígio dos países que falam a língua de Camões dentro da Santa Sé, com peso suficiente para travar uma medida desta natureza.

Quaisquer que tenham sido os motivos e apesar de não confirmada a exclusão definitiva do vernáculo, o certo é que tanto no campo diplomático como nas Conferências Nacionais dos Bispos do Brasil, de Portugal e de Angola, surgiram manifestações contrárias à decisão, mesmo porque isso ocorre numa altura em que aquelas Conferências episcopais estavam tentando introduzir o português como uma das línguas de trabalho do Sínodo dos Bispos.

Entretanto, o grande argumento para se manter nas audiências do Papa a saudação tradicional foi lembrado pelo presidente da CNBB, D. Geraldo Agnello: o português, a segunda língua mais falada no mundo católico, tem 170 milhões de utentes e o Brasil é o país que tem mais bispos e mais leigos. De entre os que professam a religião romana, só o espanhol é mais falado do que o português. E, não obstante essa realidade, as saudações do Papa em italiano, em francês, em inglês, em alemão e em polaco não foram cortadas. Cortou-se a saudação em português, que demorava 20 segundos, e que deixava felizes os milhares de peregrinos que, na Praça de São Pedro ou pelo "satélite",

ligados ao mundo da lusofonia, ouviam as doces palavras do Pontífice na "última flor do Lácio".

Recorde-se, a propósito desta má-vontade da Cúria com a língua portuguesa, que há alguns anos, num documento sobre a evangelização da América do Sul, emanado da Santa Sé, também só se realçava a missionação feita em castelhano, omitindo-se o espaço eclesial representado pelo Brasil e toda a atividade missionária e catequética desenvolvida em português desde o primeiro Bispado da Bahia, passando-se por Nóbrega e Anchieta, pelos padres da Companhia de Jesus e por Vieira, pelo apostolado dos Beneditinos e dos Capuchinhos, dos Franciscanos e dos Carmelitas – e de tantos outros que deram às terras de Santa Cruz a fisionomia católica que as moldou.

Enquanto prosseguem no Vaticano as diligências da diplomacia e das Conferências dos Bispos para recuperar o idioma da "Nação Fidelíssima" e do maior país católico do mundo, ainda presente também como língua oficial em vários países da África e em Timor-Leste, resta-nos ouvir cinco missas, como o padre Amaro em Leiria, para pedir ao Senhor Deus que inspire os cardeais da Cúria...

NÚMERO EM HOMENAGEM A PAUL TEYSSIER

PAUL TEYSSIER
(1915 – 2002)

N.º 24 – 2º semestre de 2002 – Rio de Janeiro

Paul Teyssier
12.12.1915 – 10.1.2002

Os estudos lingüísticos, filológicos e literários de língua portuguesa sofreram uma perda, sobre dolorosa, enorme, com o falecimento de Paul Teyssier, abatido por uma síncope cardíaca aos 10 de janeiro último, perto da residência em Meudon, Paris, retornando de um encontro com seu editor. Professor da Universidade de Paris-Sorbonne, aposentado há já alguns anos, continuava Teyssier envolvido com pesquisas e trabalhos que, desde a sua tese principal de Doctorat d'État, publicada em 1959, o guindaram a um dos mais altos postos na galeria dos lusitanistas e brasilianistas franceses.

Integrava Paul Teyssier a equipe de universitários da escola desse mestre inolvidável que foi Georges Le Gentil, escola que soube honrar até agora quando trabalhava com seus colegas portugueses a tradução, ampliada e melhorada, de sua tese atrás referida, *La langue de Gil Vicente*.

Com mão de mestre, perspicaz e profundo, teve a boa idéia de mergulhar na cultura portuguesa do Renascimento, da época de Gil Vicente e do Iluminismo. Centrou-se, inicialmente, no teatro vicentino, pelo qual, convidando a pesquisas, circulavam personagens de variadas condições sociais com suas variedades lingüísticas em todo o domínio do idioma: na fonética, na gramática (morfologia e sintaxe), no léxico e na estilística. Além do testemunho vivo da mentalidade da época, Paul Teyssier embrenhou-se por essa *selva selvaggia* que já tinha atraído a erudição de uma Michaëlis de Vasconcelos (*Notas Vicentinas* [1912-1922], de Óscar de Pratt (*Gil Vicente*: *Notas e Comentários* [1931], de seu próprio mestre Georges Le Gentil, e onde Manuel Said Ali encontrara farto material para suas investigações lingüístico-filológicas. Isto sem contar o livro pioneiro de Braamcamp Freire sobre *Vida e Obras de Gil Vicente* [1919].

Em *La langue de Gil Vicente*, nas 554 páginas de que se compõe a obra, Teyssier estuda principalmente aspectos lexicais que sinalizam as variedades sociais e até sutilezas psicológicas. Surpreende as formas arcaicas utilizadas pelas mulheres mais velhas em contraste com as formas novas de Inês Pereira e de outras raparigas postas em cena.

Surpreende, por exemplo, a variação dos ditongos *ou*/*oi* no linguajar dos judeus, além da fala dos parvos, dos negros, em oposição ao linguajar pedantesco dos clérigos de meia ciência, dos advogados matreiros, do enamorado Velho da horta. Não deixa de lado a questão do "sayagués" (língua

pastoril) e os interessantes e intrigantes problemas que põe o emprego do plurilingüismo no teatro vicentino.

De tudo isto tratou o mestre com a pertinência não só de um profundo conhecedor da língua portuguesa, mas de um lingüista que possuía a técnica para suas perquirições sempre muito bem desenvolvidas. Está claro que muita coisa dessa extraordinária riqueza idiomática não pôde ser contemplada na edição francesa de 1959. O próprio autor em conversa ou em comunicação em congressos já o afirmara; de modo que, passados tantos anos debruçado sobre o teatro vicentino e sobre autores contemporâneos que integraram sua escola no século XVI, esperamos todos que essa tão esperada tradução portuguesa venha preencher várias dessas lacunas, algumas das quais já constituíram temas de estudos publicados no correr dos anos.

Ainda no domínio dos estudos vicentinos, devemos a Teyssier uma brilhante síntese do dramaturgo no livro *Gil Vicente, o Autor e a Obra* (Biblioteca Breve, Lisboa, 1982), e uma edição crítica e comentada de *Romagem d'Agravados* (Paris, 1975). Mais recentemente, coordenava na Série Lusitana das Editions Chandeigne, de Paris, a seção Teatro de Gil Vicente, em que publicou até agora dois dos quatro volumes de edição crítica, com introdução, tradução francesa e preciosas notas; *Triomphe de l'hiver et du printemps* (Triunfo do Inverno e do Verão), *Le plainte de Maria la Noirande* (Pranto de Maria Parda), a que se seguirão outras obras vicentinas.

Ao lado dessa atividade, Paul Teyssier se foi cada vez mais inteirando da língua portuguesa em toda sua dimensão histórica, geográfica e social. Tanto penetrava na *Comédia de Dio*, de Simão Machado (de que nos deu uma edição crítica, publicada pelas Edizioni dell'Ateneo, de Roma, em 1969), como na explicação da passagem em "picardo" vicentino do *Auto das Fadas*; ou no estudo da pronúncia das vogais portuguesas no século XVI; ou na descrição dos dêiticos espaciais no português do século XIV ao XVI; ou no intrincado significado do termo *fanchono* da conhecida *Comédia do Fanchono* de Antônio Ferreira; ou na importância de Jerônimo Cardoso como o pioneiro da lexicografia portuguesa com seus três dicionários, especialmente o português-latino, publicado em 1562-1563; ou no estudo da negação nos crioulos portugueses, entre muitos outros palpitantes assuntos.

Toda essa atividade entrevê o filão propriamente literário que nunca deixou de atrair esse mestre extraordinário. Comecemos pela sua impecável tradução para o francês de *Os Maias*, de Eça de Queirós, sem desprezar seu interesse pela literatura brasileira, refletido no ensaio sobre o mito indianista na literatura brasileira ou noutro sobre a brasilidade do Rio Grande do Sul vista pelos intelectuais modernistas, ou ainda no estudo acerca do Brasil primitivo e mágico de Guimarães Rosa, de *Grande Sertão: Veredas*. Além de

temas pontuais de língua e de literatura, Paul Teyssier enfrentou outros de maior amplitude e de permanente discussão, como suas considerações relativas ao avesso do ufanismo da epopéia, na expansão do império português, (já no tocante à fé foi veemente na *Exortação da Guerra*), fustigado, por exemplo, no aparentemente desrespeitoso *O Auto da India* (1509), encenado perante o rei e a rainha de Portugal, numa fase de ascensão do poderio náutico e militar do país, ou ainda na *Peregrinação* (só publicada em 1614), dessa extraordinária figura da literatura portuguesa de viagens, ainda mina à espera de mil investigações, que é Fernão Mendes Pinto.

A esses estudos de preocupação mais ampla podemos juntar suas considerações sobre o humanismo português e a Europa; um outro relativo às fronteiras da latinidade e mais aquele sobre a língua portuguesa no mundo.

Eram concorridíssimas as sessões de congressos em que falaria Paul Teyssier, bem como repletas eram as salas de seus cursos universitários pelas numerosas instituições homenageadas com a sua presença simpática e acolhedora, quase sempre na companhia da jovial Madame Geneviève Teyssier, a quem rendemos também nossa homenagem.

Conhecedor profundo da língua portuguesa na sua construção histórica e na sua funcionalidade sincrônica, Paul Teyssier estava fortemente habilitado a escrever duas sínteses magníficas no domínio lingüístico: a *História da Língua Portuguesa*, publicada inicialmente na prestante coleção francesa *Que sais-je*? (1980), traduzida e anotada pelo seu amigo (1982, Lisboa, Sá da Costa Editora) e nosso saudoso mestre Celso Cunha; e o *Manual de Língua Portuguesa* (Portugal-Brasil, Paris, Editions Klincksieck, 1976), traduzido por Margarida Chorão de Carvalho (Coimbra, Coimbra Editora, 1989), em que revela a apreensão dos usos mais sutis de nossa língua nas duas bandas do Atlântico.

Em 1990 a Fundação Calouste Gulbenkian, com apresentação de sua diretora, a saudosa Maria de Lourdes Belchior, homenageia Paul Teyssier, reunindo 14 dos seus escritos no volume *Études de littérature et de linguistique* (Centro Cultural Português-Paris) e com rica notícia bibliográfica. Evelina Verdelho e Telmo Verdelho nos oferecem a seguir comovido retrato de corpo inteiro do Homem e do Intelectual que foi Paul Teyssier. Agora, cabe aos seus discípulos e amigos a publicação de seus esparsos, que sobem a mais de meia centena de títulos.

É este investigador admirável que perde a França; é este profundo cultor da Cultura, da Língua e das Literaturas em português que perdem os discípulos e estudiosos desses domínios humanísticos por ele lavrados com a finura da *sagesse* e a erudição do *savoir*; é, enfim, esse Amigo perdido que, para consolo nosso, guardaremos em nossa lembrança e em nosso coração machucado.

Evanildo Bechara

PAUL TEYSSIER

In Memoriam (1915-2002)

Evelina Verdelho
Univ. de Coimbra

Telmo Verdelho
Univ. de Aveiro

No termo de uma existência em plenitude como Cidadão e Homem de Ciência, Paul Teyssier partiu. Conscientes de quanto o seu labor beneficiou o conhecimento da Língua Portuguesa, da Literatura e da Cultura do Brasil e Portugal, é-nos muito grato fazer neste lugar uma evocação da sua vida e obra. Com as nossas palavras, que pretendem ser um gesto de elevado reconhecimento e de profundo respeito perante a sua memória, juntamo-nos a outros testemunhos que o homenagearam, alguns ainda em vida, designadamente o de José da Silva Terra, "Paul Teyssier", publicado no volume XXIII de Homenagem a Paul Teyssier dos *Arquivos do Centro Cultural Português* (Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. IX-XVI), que coordenou[1], e o de Albert Audubert, "À Memória de Paul Teyssier", impresso no volume 42 dos *Cadernos de Estudos Lingüísticos* do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (Campinas, IEL, 2002, pp.147-154)[2].

1. Traços de um perfil humano e intelectual superior

Paul Teyssier nasceu em 12 de dezembro de 1915, na cidade normanda de Argentan, e faleceu em 10 de janeiro de 2002, em Meudon, localidade próxima de Paris. Afetado por problemas de saúde há algum tempo, nem por

[1] José da Silva Terra elaborou também um artigo muito informativo sobre Paul Teyssier, para *Biblos, Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa,* Lisboa / São Paulo, Editorial Verbo, volume V (no prelo).

[2] Como se informa através de breve nota que antecede o texto, e que reproduzimos a seguir, trata-se do «Elogio fúnebre do Professor Paul Teyssier pronunciado por seu discípulo e amigo Albert AUDUBERT, ex-professor de Língua e Literatura Francesas na Universidade de São Paulo, por ocasião da missa celebrada no dia 29 de janeiro de 2002 pelo reverendo ARMOGATHE, capelão da École Normale Supérieure, na Igreja de Saint Séverin, em Paris».

isso deixara de realizar diversos e exigentes trabalhos, a que se entregava com entusiasmo e lucidez nunca esmorecidos, até ao último dia. Repousa para sempre na sua dileta Corrèze, na cidade de Uzèrche, região do Limousin. Era aí, no lugar de Vernéjoux, que se recolhia regularmente em tempo de férias, na tranqüilidade de mansão acastelada recebida do Pai, e que agora mantém viva a sua lembrança, no espólio conservado dos seus livros[3], e na saudade dos familiares – cujos nomes, talentos e graças dos mais novos enchiam de sorriso o seu rosto.

Paul Teyssier foi aluno distinto do Lycée Louis-le-Grand de Paris e da École Normale Supérieure. Em 1939 obteve o título de "Agrégé" em Gramática, mas, sobrevindo entretanto a Segunda Grande Guerra Mundial, foi mobilizado como oficial, ficando suspenso o início da sua atividade profissional. Feito prisioneiro pelos alemães, conseguiu evadir-se. Depois de ensinar um ano no Lycée Edmond Perrier de Tulle, em 1941 veio para Portugal, com a Esposa e dois filhos, a fim de lecionar na École Française – depois Institut Français – de Lisboa. Aí permaneceu até 1944, tendo sido nomeado nesse ano Diretor da delegação da instituição no Porto, onde viveu até 1947. Foi nesse contexto – também de convívio fecundo entre compatriotas do mundo das letras e das artes, identificados pelo afastamento em relação a Vichy – que iniciou a ligação a Portugal, posteriormente alargada ao Brasil e a outras paragens lusófonas, mantida e aprofundada ao longo de toda a vida, através da docência e da investigação, de diversas atividades e funções científico-culturais, e não menos de dedicação e afeto. Acolhido no humilde canto lusitano – onde nasceram os dois filhos mais novos – retribuiu as benesses simples, que o próprio quadro natural e a distância da situação de guerra propiciavam, com uma admirável e generosa disponibilidade para saber ver as gentes, para se interessar pelas suas língua e cultura. A história é feita do que realmente aconteceu e não do que poderia ter acontecido, mas não podemos deixar de pensar no que teríamos perdido – os patrícios de Gil Vicente e Guimarães Rosa – se os passos de Paul Teyssier e sua família não se tivessem encaminhado para Portugal, num tempo em que o país, apesar das suas faltas e limitações, foi um espaço de abrigo e tranqüilidade para muitos que vinham de fora.

Regressado a França no ano de 1947 para exercer funções no Ministère des Affaires Étrangères, foi "Chargé de Mission" na Direction Générale des Relations Culturelles, Scientifiques et Techniques até 1953. Nesta data retomou o caminho da docência, ingressando na Universidade de Toulouse, primeiro como "Chargé d'Enseignement", depois como "Maître de Conférences" e

[3] Na residência de Vernéjoux estão guardados os livros sobre assuntos relativos a França. Os livros sobre literatura e língua portuguesas encontram-se na Universidade de Paris-Sorbonne, onde constituem o Fundo Paul Teyssier.

"Professeur de Portugais". Deixou esta Universidade em 1958, para desempenhar o cargo de Conselheiro Cultural da Embaixada de França e chefe da missão universitária e cultural francesa, primeiramente na Tunísia (Tunes), até 1961, e em Itália (Roma), a partir de 1962, após um breve período em que foi Diretor do Institut Français de Nápoles. Em 1967 foi nomeado Reitor da Universidade de Dakar, no Senegal, cargo que exerceu até 1971. Nesse ano reiniciou funções docentes, na qualidade de Professor da Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV), onde foi para ele criada a cadeira de Língua e Literatura Portuguesa, e onde permaneceu até à sua jubilação, prestigiado pelo alto nível dos cursos e seminários que ministrava, requerido como orientador de teses de doutoramento por numerosos investigadores, franceses e estrangeiros. O fato de tão ilustre Professor, da Universidade da Sorbonne, se consagrar à língua portuguesa e à literatura neste idioma[4], nas vertentes brasileira e européia, representou para estas importante benefício e privilégio que cumpre assinalar. Em Portugal, além de ter sido há alguns anos condecorado como Oficial da Ordem da Instrução Pública e recebido como Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, foi-lhe concedido o doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Lisboa. Através de outros gestos significativos, pretendeu-se manifestar-lhe reconhecimento público, com a elevação que não desmerecesse da figura humana e científica que foi Paul Teyssier, e que continua a ser, na obra que nos legou – mas a marcha implacável do tempo não permitiu que fossem concretizados em sua vida.

Paul Teyssier desde cedo conjugou a atividade docente e ocupações do âmbito diplomático e administrativo com a investigação no campo das Humanidades, tendo sabido aproveitar excelentemente o contato com várias línguas e culturas, românicas e não românicas, para ampliar e aprofundar os seus saberes, aptidões e motivos de interesse.

Quem redige o presente texto só pôde acompanhar de perto o percurso existencial de Paul Teyssier a partir dos finais da década de Setenta (conhecíamos já então, naturalmente, além de outros estudos, *Le langage de Gil Vicente*, a sua tese de doutoramento apresentada à Universidade de Paris-Sorbonne, em 1956, e publicada em 1959 – uma das mais marcantes obras que lêramos no período da nossa formação em Filologia Românica, como alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Ao longo de vários anos de convívio extraordinariamente enriquecedor, tivemos a possibilidade de presenciar evocações de vivências de tempos anteriores – sempre nítidas, freqüentemente animadas por reconstituições na sua voz bem marcada e por

[4] Paul Teyssier interessou-se por outras áreas das Humanidades, para além da Lusitanística, como manifesta a bibliografia que publicou.

fino humor. Foi-nos assim dado conhecer o seu relacionamento com personalidades cimeiras do panorama político e cultural de alguns países, como, por exemplo: Habib Bourguiba (presidente da Tunísia no período em que, com a saída do embaixador francês, coube a Paul Teyssier importantes intervenções na negociação de questões políticas, entre esse país e a França); Léopold Senghor (além de poeta, presidente do Senegal, na época em que foi Reitor em Dakar); no que toca ao espaço português, Mário Soares, quando o que havia de ser mais tarde Presidente da República de Portugal esteve exilado em Paris, antes da revolução do 25 de abril de 1974. Assistimos a várias conferências e estivemos presentes em diversos seminários do nosso Mestre. Como seria de esperar, lemos com detenção a sua vasta bibliografia. Seguimos o desempenho de diversas atividades, funções, incumbências, quase sempre de grande relevo – como foi, em tempos recentes (1996 e 1998-1999), a sua participação num júri internacional de avaliação das Universidades portuguesas. De quanto nos foi dado conhecer, fica-nos a convicção de que, para quanto foi chamado ou a quanto se dirigiu, Paul Teyssier era dotado de um conjunto de qualidades naturais de exceção, que à partida constituíam condição de garantia do êxito que alcançava, do respeito e também da simpatia que suscitava.

Paul Teyssier possuía um espírito brilhantemente arguto e lúcido, que, por exemplo, o levava a distinguir com facilidade o que era pertinente nas matérias e questões que se ofereciam ao seu estudo. Em conseqüência, os seus trabalhos são modelarmente sucintos e claros, sem enchimentos desnecessários à custa de dados ou observações que nada adiantem a conhecimentos já adquiridos. Era um poliglota que se movimentava com uma disponibilidade e competência surpreendentes nas línguas mais desencontradas: para além do mosaico românico que lhe era familiar em quase toda a sua extensão, exprimia-se com rigor acadêmico em inglês e alemão, falava o árabe, era um latinista e helenista exímio, e recuperava oportunamente a memória indoeuropeia do sânscrito.

O seu trato nas instâncias universitárias e científicas, e certamente também nos meios da diplomacia e administração pública, passava mais pela afabilidade e menos pela imposição da sua autoridade, que no entanto era inquestionável. Em algumas ocasiões, ouvimo-lo a louvar abertamente os méritos de pessoas com quem se tinha de algum modo desencontrado. É certo que não deixamos de o ver reagir por vezes com algum agastamento, mas de então ficou-nos a lembrança de uma espécie de lição cívica, ou outra, que se impunha que desse – como sucedeu em relação a um porteiro da sua Universidade que, dizendo não ter obrigação de o fazer, recusara aceitar-lhe a pasta, pesada de livros, durante os poucos minutos em que o Professor, já longe dos tempos de maior vigor, ia procurar estacionar o automóvel metros

adiante. Uma hora de conversação com o Professor Teyssier, pelo muito de tudo que aprendíamos, pelo gosto com que o escutávamos, fazia crescer a vontade de muitas outras.

Aliás, no rol de imagens de Paul Teyssier que guardamos indeléveis na nossa memória, o Professor, o Conferencista, dir-se-ia fazer do agrado de quem o ouvia um aspecto importante das suas exposições, e isto não foi das coisas menos relevantes em que quisémos ser seus alunos. Quando Paul Teyssier expunha em seminários ou conferências, qualquer assunto parecia interessante, aliciante, o contrário de aborrecido. E no entanto– ou por isso e para isso mesmo – Paul Teyssier punha um grande cuidado na preparação das sessões, incluindo na organização e apresentação dos materiais de apoio que distribuía nessas ocasiões. Antes delas, por vezes vimo-lo dispor-se a alguma concentração – como se fosse um docente ainda não experimentado, que convocasse energias físicas e espirituais para dar uma aula muito boa.

Ao referirmo-nos atrás à ligação de Paul Teyssier a Portugal, Brasil e outros espaços lusófonos, falamos de dedicação e afeto. Estas são palavras que não podem deixar de ser escritas ao evocarmos os seus procedimentos. É óbvio o afeto por si votado à terra que, na primeira metade do século passado, veio encontrar, no seu atraso, muito afastada do país natal. É óbvia a dedicação a portugueses, brasileiros e a outros lusofalantes, com que se cruzou ou que dele se acercaram – alunos, investigadores em início de percurso ou já consagrados, vultos proeminentes das letras, das ciências e da cena política, os quais, aliás, lhe corresponderam com gestos de muita estima e respeitosa deferência. Os nomes dos Professores Celso Cunha, Manuel de Paiva Boléo, Lindley Cintra, José G. Herculano de Carvalho e Aníbal Pinto de Castro – entre os que ele sabia que conhecíamos melhor – vinham com freqüência à sua fala. Gostava de ter notícias de uns e outros. Contamo-nos entre muitos dos que foram objeto da sua confiança e estímulo intelectuais, do seu acompanhamento nos nossos trabalhos e carreiras, e também do seu interesse cheio de humanidade para com as nossas famílias. Muito das nossas vidas, no plano institucional e pessoal, contou com Paul Teyssier, Mestre exigente e solidário.

O teor e modo das publicações, aulas e seminários do grande romanista e lusitanista passaram naturalmente pelos trâmites objetivos e precisos da ciência, pela fundamentação sólida, pela informação vasta, mas estiveram muito longe de se lhes confinar. O gosto do encontro com a língua e cultura de matriz lusa, com os autores em português, modernos, ou do tempo da pimenta e dos escudeiros presunçosos, foi nele por demais evidente, não obstante a sua capacidade para ver de quando em quando algum traço nosso menos lisonjeiro. Em várias ocasiões em que o vimos voltar a Portugal, não escondia a satisfação

pelo reencontro com o nosso sol e nosso mar, principalmente quando contava com a companhia da Esposa a rever lugares – Lisboa e Porto, Arrábida, Sintra... e tantos outros – que no passado tinham freqüentado juntos. Seja permitido registar que o caldo verde e outras especialidades da cozinha tradicional portuguesa iam à mesa de sua casa, em França. Sabemos que outros poderão lembrar vivências semelhantes em relação ao Brasil.

Paul Teyssier foi um trabalhador incansável, como comprovam as numerosas publicações, conferências, participações em congressos e outros encontros científicos, bem como em júris acadêmicos. Muito para além da jubilação na Universidade, continuou a laborar, e o termo da vida física chegou, abruptamente, quando se mantinha em plena atividade intelectual. Até ao fim não se eximiu ao esforço de se atualizar cientificamente, aderindo a perspectivas novas, com entusiasmo, se entendia que traziam contributos enriquecedores ao estudo de autores e matérias.

2. Breve evocação da obra de Paul Teyssier

De entre os vários domínios de pesquisa e de elaboração científica que fazem grande a obra de Paul Teyssier, os estudos lingüístico-literários, orientados para o espaço luso-brasileiro, mereceram um lugar privilegiado e foram particularmente beneficiados pelos talentos, saber e sensibilidade lingüística de que era excepcionalmente dotado.

Toda a sua atividade nos estudos lingüísticos, na filologia, na crítica e na história literária era iluminada por uma bem cumprida preparação acadêmica e por uma erudição que abundava no amplíssimo âmbito da informação humanista, da cultura greco-latina, do mundo árabe e hebraico, das línguas e literaturas modernas ocidentais. Dominava o universo etimológico latino, conhecia as fontes da memória lingüística, os textos e a escrita documental, o latim românico e tabeliônico, e ainda todo o quadro estruturante da evolução diacrônica. Tinha informação recorrida sobre as fontes metalingüísticas do português, com especial destaque para as ortografias, gramáticas e dicionários antigos.

Este saber memorial e documental era magistralmente enquadrado por uma preparação teórica bem lastrada, e sempre oportunamente renovada com as lições mais fecundas da sua contemporaneidade. Na pesquisa e na reflexão sobre a língua, sabia acompanhar, como homem de ciência *inter pares*, as idéias e as propostas metodológicas dos lingüistas, seus contemporâneos e colegas, de doutrina mais comprovada e mais eficaz, e não tanto as modas de brilho fácil, mas transitório. A este propósito dispomos de um depoimento esclarecedor, que foi recolhido por Luciana Stegagno Picchio, uma "Doutora

da Lusofonia" quase gêmea do nosso Mestre, cujo nome ele gostaria por certo de ver aqui mencionado, e que muito gratamente saudamos. Trata-se de um texto tão informativo, tão interessante de biografia e de lição que merece uma recomendada leitura. Data de 1981, mas ilustra com uma persistente atualidade a obra produzida ainda nos mais de vinte anos que se lhe seguiram. Foi apresentado sob o título "Paul Teyssier risponde a tre domande sulla lingua di Gil Vicente", nos *Quaderni portoghesi*, 9-10, pp. 301-308 (cf. *infra,* alínea 3, referência bibliográfica mais desenvolvida). Lembraremos aqui algumas passagens.

Respondendo à primeira pergunta da ilustre Professora italiana sobre a atualidade de *La Langue de Gil Vicente* (publicada vinte e dois anos antes), em face das concepções renovadas no campo da teorização lingüístico-literária, Teyssier deixa anotada a sua permanente vigilância em relação à produção de discurso crítico e à emergência de novas fundamentações teóricas e metodológicas, e destaca a sua clara e justificada preferência pela corrente estruturalista, que inspirou desde o início o seu trabalho sobre a obra vicentina:

> «L'idée centrale du structuralisme c'est que tout système de signes, quel qu'il soit, résulte d'une certaine organisation, et que cette organisation peut s'analyser en termes d'oppositions résultant du jeu de traits distinctifs pertinents. L'intuition initiale, c'est qu'on peut «traiter» selon ce même modèle les unités distinctives d'une langue (la phonologie), son vocabulaire (les unités significatives), son utilisation dans les textes dits littéraires, ou encore ce que l'on appelle traditionnellement le style etc, etc. Or l'idée de base de ma *Langue de Gil Vicente*, c'est d'appliquer cette méthode aux moyens d'expression d'un écrivain ancien caractérisé par l'usage de deux langues, – le portugais et le castillan –, et qui de plus, dans chacune de ces deux langues, pratique une très grande diversification linguistique et stylistique. J'ai voulu en somme découvrir tous les traits distinctifs pertinents qui me permettraient de mettre à jour le code, aujourd'hui en grande partie perdu par suite de l'usure des siècles, qui rend compte du *message* constitué par l'oeuvre de Gil Vicente. C'est là un point de vue et une méthode fondamentalement structuralistes.» (pp. 302-303)

Ao longo do testemunho prestado, Paul Teyssier esclarece o seu percurso escolar e acadêmico, evoca Joseph Vendryès, um dos seus mestres da École Normale Supérieure, e relembra os seminários de André Martinet na École Pratique des Hautes Études (ano letivo de 1937-1938), onde aprofundou os princípios e métodos da fonologia inspirados pela Escola de Praga:

> «(...) j'ai compris alors pour la première fois, avec une grande netteté, que ces principes et ces méthodes étaient d'une valeur très générale. Tout ce qui a suivi, et qui appartient à l'histoire de la culture, m'a donc paru parfaitement logique et normal: Martinet et Jakobson à New-York, Lévy-Strauss, puis le retour en Europe et l'extraordinaire développement du structuralisme dans l'ensemble des «sciences humaines.» (pp. 303-304)

O predomínio da perspectiva sincrônica – «On était arrivé, durant ces dernières années, à des excès tout à fait extraordinaires. La notion même de linguistique historique était bannie» (p. 304) – não o impediu de valorizar a história da língua portuguesa, superando a tradicional «gramática histórica» por uma perspectiva transversal, que ele designava «diachronie des synchronies» (p. 304). Nesse depoimento, alarga ainda a reflexão a outros aspectos inovadores do pensamento teórico contemporâneo, com novas disciplinas, como a semiologia e a sociolingüística. Menciona algumas insatisfações a que gostaria de corresponder, no seu trabalho, especialmente no respeitante ao estudo do estilo e do léxico – «la théorie des «champs lexicaux» et la sémantique structurale» (p. 305) – e entre os autores que o acompanham na fundamentação epistemológica, cita os nomes de Eugenio Coseriu, Horst Geckeler (*Zur Wortfelddiskussion*) e Uriel Weinrich (*Languages in contact*).

Nas duas décadas (tão breves, mal a nosso grado) em que, depois da publicação deste depoimento, tivemos o privilégio da sua companhia em frutuosa existência, Paul Teyssier prosseguiu a atividade letiva e de escrita fecunda, com a mesma cintilação crítica e atualizada prevenção teórica, ampliando o elenco das suas publicações e beneficiando os estudos da língua e da literatura portuguesa.

2.1. O estudioso da língua portuguesa

Para além da fundamentação teórica nas ciências da linguagem, também a leitura do patrimônio textual português e o gosto pela exercitação filológica ofereceram ao Professor Teyssier uma acrescida competência e uma rara capacidade para o estudo da história da língua. Exercitou-se primeiro na leitura e interpretação do texto antigo, percorrendo os clássicos, em leitura minuciosa e comentada. Conhecia e citava com memória viva, não só os lugares comuns da nossa longa tradição escritural, mas também os textos menos freqüentados e até a produção neolatina dos humanistas portugueses. Elaborou mesmo ficheiros de vários autores com especial destaque para a obra completa de Gil

Vicente, de que fez um levantamento exaustivo, e de grande parte da obra de João de Barros.

Deve-se-lhe em particular o impulso para a releitura dos dicionários de Jerônimo Cardoso e de Bento Pereira, que se encontravam quase obliterados no fundo das bibliotecas, completamente desaproveitados como fontes da história da língua e como instrumentos auxiliares para a leitura do acervo documental do português, especialmente do português literário, com destaque para a obra dos autores clássicos.

Do conhecimento dos textos e dos dicionários antigos da língua portuguesa elevou-se à descrição sistemática da língua histórica, e fê-lo com a inteligência de quem sabia acompanhar os últimos desenvolvimentos da ciência lingüística, que entretanto se renovara com as metodologias estruturalistas e que ele tivera já a oportunidade de seguir, como se recolhe do testemunho antes referido.

Os estudos de lingüística portuguesa de Paul Teyssier desdobram-se numa copiosa bibliografia, iniciada nos anos cinqüenta – o *Essai d' explication du passage en 'picard' de l'* Auto das Fadas *de Gil Vicente*, datado daquele ano, é a primeira publicação, desse âmbito de que temos conhecimento – e abrangem vários aspectos do estudo da língua, explorando as perspectivas sincrônica e diacrônica. De entre esse amplo conjunto de trabalhos, que têm em geral a vantagem de corresponder a domínios de pesquisa mais carenciados e menos freqüentados pelos investigadores portugueses e brasileiros, sobressaem três títulos maiores, em que nos vamos deter:

- *La langue de Gil Vicente*, Paris, 1959;
- *Manuel de langue portugaise*, Paris, 1976 / *Manual da Língua Portuguesa*, 1989;
- *Histoire de la langue portugaise*, Paris, 1980 / *História da Língua Portuguesa*, 1982.

La langue de Gil Vicente

O primeiro título, apresentado como tese de doutoramento, trouxe aos estudos vicentinos uma perspectiva inteiramente inovadora. Revalorizou a componente lingüística, como via de acesso essencial para a leitura e para a recuperação dos códigos literários e histórico-culturais da obra de Gil Vicente. Procedeu ao levantamento e à caracterização das múltiplas "línguas" que nela se encontram, e logo, através das identificação lingüística das várias figuras, descobriu e sistematizou o universo das condições humanas, redimensionando o sentido dessa obra e o seu valor testemunhal.

Na "língua" de Mestre Gil revela-se o universo de gentes e de tipos sociais que se movem na Lisboa quinhentista e que também fizeram a sua história. Como esclarece o autor no texto introdutório, «On trouve dans les *autos* vicentins des bergers castillans qui pratiquent l'*estilo pastoril* mis à la mode par les poètes espagnols Juan del Encina et Lucas Fernández; on y trouve des paysans qui parlent un portugais rustique riche en formes archaïques et dialectales; on y trouve des femmes du peuple dont la langue, également portugaise, a certains traits bien particuliers; on y trouve des Juifs, des nègres, des Maures, des Tsiganes qui, en portugais ou en espagnol, se caractérisent également par un langage original; on y trouve même, exceptionnellement, un Italien, un Français et un diable «picard», chacun parlant la langue ou le patois de son pays.» (p. 7).

Paul Teyssier soube perscrutar a originalidade e a arte de Gil Vicente que se encontra em grande parte na capacidade de representar e de tipificar aquele universo, por meio de traços lingüísticos caracterizadores dos vários grupos de figuras típicas. Assim, a parte mais informativa do trabalho consiste justamente no estudo minucioso do *corpus* lingüístico da obra de Gil Vicente e, a partir dele, na análise das variações e ocorrências sistemáticas, indicativas e tipificadoras da galeria de personagens. Além deste aspecto central para a leitura da obra vicentina, *La langue de Gil Vicente* compreende o estudo do bilingüismo luso-castelhano (componente incontornável na língua de Gil Vicente e no horizonte cultural e lingüístico do séc. XVI), e do estilo de Mestre Gil.

La langue de Gil Vicente, desde a sua já remota publicação, serviu de referência para os estudos de história da língua, e foi lida com muito proveito pelos editores e estudiosos de Gil Vicente. Costa Pimpão (que era pelos anos de 1950/1960, um dos leitores mais instruídos de Gil Vicente) considerou-a de «muito interesse» (cf. *Revista de História Literária de Portugal*, Coimbra, I, 1962 pp. 322-329). Mais recentemente – para citar apenas um dos testemunhos mais autorizados – José Augusto Cardoso Bernardes destacou aspectos de mais valia da publicação, inclusivamente em relação «à fixação do texto e à própria delimitação do *corpus*», observando a concluir: «De entre os muitos motivos de interesse de que o estudo de Teyssier ainda hoje se reveste, destaca-se a delimitação socioletal da *langue* que corresponde aos principais grupos do teatro vicentino (judeus, negros, rústicos, alcoviteiras, etc.) e a individualização de alguns dos processos estilísticos mais impressivos, no que constitui um precioso contributo (ainda pouco aproveitado) para o estudo semiológico da interação dramática e para a definição morfológica de alguns dos grandes gêneros do teatro vicentino» (cf. *Sátira e lirismo. Modelos de síntese no teatro de Gil Vicente*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1996, p. 14).

Sobre perspectivas abertas – e confirmadas ao longo de décadas – por *La langue de Gil Vicente*, pronunciou-se o Autor no depoimento publicado nos *Quaderni portoghesi* já acima citado, em particular quando declarou:

> «Je pense que, malgré tout, mon livre n'a pas été inutile, et qu'il le reste oujours. Je pense avoir réalisé une oeuvre modeste mais indispensable, qui a consisté à *décoder* un grand nombre des structures significatives du système linguistique complexe de Gil Vicente. Je constate qu'effectivement le code ainsi mis à jour, code dont on avait perdu la clef en grande partie depuis le XVIe siècle, fonctionne non seulement pour la lecture de Gil Vicente lui-même, mais aussi pour celle de beaucoup d'autres oeuvres anciennes. Je constate aussi que le même code révèle des points importants qui concernent l'histoire de la langue portugaise en général. Bien plus, sur certains sujets précis, comme par exemple la créolistique, mon livre a servi de point de départ. On s'est aperçu par exemple que l'analyse de la *língua de preto* fournissait des données intéressantes pour le problème de la genèse des créoles, qui aujourd'hui fascine véritablement les linguistes.» (pp. 305-306)

O trabalho de Paul Teyssier foi elaborado, como já acima notamos, com recurso a uma metodologia de pesquisa e de tratamento de dados rigorosa, contrastante com a tradição de discurso impressionista. Mantém nos nossos dias uma grande frescura de informação e um largo leque de sugestões para o encontro com a obra de Mestre Gil, de tal modo que se considerou oportuna a sua tradução e publicação em português, quase cinqüenta anos depois do seu aparecimento. O Autor acolheu a sugestão com agrado, e além de proceder a correções e revisões, introduziu novos materiais, que repercutem novidades decorrentes de estudos ultimamente vindos a público. No momento presente o volume encontra-se em fase final de impressão, na Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Manuel de langue portugaise / *Manual de Língua Portuguesa*

O *Manuel de langue portugaise*, de entre todos os manuais que foram produzidos fora do espaço lusófono para ensinar português a falantes nativos de outras línguas, é certamente o mais bem elaborado. Publicado pela primeira vez em Paris em 1976, tem tido uma justificada fortuna editorial, com sucessivas tiragens em francês. A tradução para português, efetuada por Margarida Chorão de Carvalho, que veio a público em Portugal em1989, constitui hoje em dia uma obra de referência no ensino e estudo da língua.

Entre os aspectos mais interessantes da obra conta-se, por um lado, o propósito de corresponder às solicitações da ambivalência das duas normas – portuguesa e brasileira – e, por outro lado, o compromisso sincero e bem fundamentado com o interesse do espaço lusófono em preservar a unidade da língua. O "Prólogo da versão portuguesa", assinado pelo Autor, é esclarecedor no que respeita a estes dois objetivos, aparentemente contrários. Paul Teyssier relembra que «(...) o português ganhou, neste fim do século XX, dimensões verdadeiramente planetárias, e que se tornou impossível descrevê-lo corretamente sem ter em conta a sua diversidade» (p. 5). Solicita entretanto os leitores nativos da nossa língua para atenderem às vantagens da sua perspectiva de falante estrangeiro, equidistante de Portugal e do Brasil, deixando implícito que o reconhecimento e a compreensão das diferenças que separam a norma de Portugal e a do Brasil devem ser apreciados como um alargamento da competência lingüística dos falantes. Por sobre todas as diferenças, sustenta a unidade da língua como interesse superior dos povos que a falam, ao escrever: «Mas para além destas oposições, e destes contrastes, desejo que este *Manual* possa convencer os seus utilizadores da unidade fundamental da língua portuguesa. Possam eles daí deduzir que a salvaguarda desta unidade é um imperativo maior para todos os povos interessados!» (p. 69).

O *Manual* deve ser estimado como um valioso serviço prestado à língua portuguesa. É um texto exemplar para a descrição do português contemporâneo, de uso fácil e de informação sólida. Além de um amplo índice alfabético de palavras e assuntos, vem acompanhado de uma bibliografia de "Obras recomendadas" (Anexo nº 2) e de um elenco das "Referências dos livros citados" (Anexo nº 3). Na lista apresentada de quarenta e seis títulos de obras citadas, vinte são de autores brasileiros, garantindo-se assim um universo de representação suficientemente amplo e diversificado para as duas variantes.

Histoire de la langue portugaise */ História da Língua Portuguesa*

Este título é um dos que conferem à obra de Paul Teyssier um assinalável sentido de atualidade, como de quem tinha sobre o mundo e sobre a ciência uma visão crítica e amplamente dimensionada. A história da língua portuguesa era, entre as grandes línguas europeias, uma das menos estudadas. Faltava-lhe sobretudo uma sistematização dos conhecimentos disseminados em estudos parcelares. Ora, justamente, a *Histoire de la langue portugaise/História da Língua Portuguesa*, de aparência modesta, mas de grande conteúdo informativo e científico, veio corresponder, com grande oportunidade, a essa ressentida falta de uma elaboração de síntese no âmbito da lingüística histórica.

Teve uma primeira edição, em Paris, em 1980, na bem conhecida coleção "Que sais-je?" das Presses Universitaires de France, e foi logo em seguida objeto de uma excelente tradução portuguesa autorizada por Celso Cunha (*quoque insignis magister*), editada em Lisboa, em 1982. Desde então teve diversas tiragens, e continua sendo o manual mais procurado para o estudo e o ensino da história da língua portuguesa.

Além de atual e oportuno e de estudadamente breve (diremos melhor "compacto"), este compêndio é ainda inovador porque propõe, pela primeira vez, uma visão alargada da diacronia do português, desde as suas origens latinas e galego-portuguesas da idade média, até à pluralização diatópica contemporânea. Abrange, nos três últimos capítulos, "O português europeu (do século XIV aos nossos dias)", "O português do Brasil" e "O português na África e na Ásia".

A versão portuguesa, sem prejudicar a virtude da brevidade e da síntese imposta pelos condicionamentos da edição francesa, foi objeto de uma revisão completa, como esclarece o Autor no "Prefácio", e oferece algumas melhorias que a tornam mais útil para os estudiosos lusófonos. Na reedição traduzida, o texto foi enriquecido e corroborado com cerca de cem notas de rodapé, nas quais foram incluídas «todas as referências e justificações necessárias». Além disso, foi ampliada a bibliografia com indicação dos principais títulos da especialidade. A informação do breve compêndio ficou assim plenamente fundamentada, e os estudantes podem encontrar nele linhas de remissão e fontes bibliográficas abertas para todo o horizonte do conhecimento no âmbito da lingüística histórica do português.

No "Prefácio" o Autor, faz referência e agradece observações e sugestões a Celso Cunha, que traduziu o volume, e a Lindley Cintra. A menção dos nomes destes dois vultos, dos mais insignes da lingüística portuguesa, seus contemporâneos – que nos é grato evocar aqui também com saudosa lembrança – indicia o gosto magnânimo do convívio intelectual e científico que caracterizava o Professor Teyssier e o seu espaço de relação, lugar de encontro e de referência tutelar para os estudiosos portugueses, brasileiros e lusitanistas em geral. O Mestre partilhava o saber como um filósofo antigo, integrava no gosto de viver a alegria da ciência e da docência, e por isso, pela sua sabedoria e pela elegância convivial, ilustrava com a sua presença os encontros de estudos e reuniões que tinham o privilégio da sua participação.

Outros estudos lingüísticos

Aos três grandes títulos atrás destacados poderemos ainda acrescentar a obra que se encontra no prelo, anunciada pelo editor Michel Chandeigne,

Intercompréhension romane: du français à l'espagnol, à l'italien et au portugais. Trata-se de um trabalho integrado em um projeto suscitado pelo Professor Jørgen Schmitt Jensen, da Dinamarca, relativo à intercomunicabilidade românica em quatro línguas – francês, espanhol, italiano, português (Portugal-Brasil) – ou seja, o Projeto IC-4, depois transformado em IC-5, por acrescento do romeno, no âmbito de um conjunto de pesquisas programadas sobre a intercompreensão lingüística, particularmente entre as línguas latinas. Paul Teyssier revelou-se um participante operoso e raramente competente no exercício de vaivém entre as várias línguas. Em tal contexto colaborou num "dossier" de *Le français dans le monde – Recherches et applications,* de janeiro de 1997 ("L'intercomprehension: le cas des langues romanes"), com um artigo intitulado "L'Amérique latine: perspective géolinguistique", e finalmente, alargou o seu contributo à feitura dessa obra de descrição interlingüística que deixou em provas tipográficas e em que demonstra, mais uma vez, a sua elevada competência plurilingue. O texto do Professor Teyssier é considerado e aguardado como modelo por outros colaboradores do projeto.

Os estudos de Paul Teyssier, na área da lingüística histórica e da línguística portuguesa em geral, incluem ainda um conjunto de trabalhos (alguns verdadeiramente preciosos) dispersos por vários domínios de especialidade que tentaremos roteirar, com brevidade, conscientes da dificuldade de dar conta do interesse, profundidade e grandeza de toda a sua obra, e que em outros momentos não deixará certamente de ser objeto da análise mais detida que justifica. Esses trabalhos em grande parte vieram a público em textos de média ou pequena dimensão, que resultaram da participação em reuniões científicas (alguns deles em congressos internacionais de lingüística românica), ou de pedidos de colaboração em publicações especializadas, como foi o caso do *Lexikon der Romanistischen Linguistik* (Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1994 e 1995). Predominam nesse conjunto de estudos algumas vertentes temáticas que o motivaram mais assiduamente, nos últimos anos de atividade.

Entre os temas de confessada predilecção, que suscitaram o espírito científico e o ânimo laborioso do Professor Paul Teyssier, salientam-se o estudo dos crioulos e a história da língua portuguesa, incluindo a vertente da historiografia lingüística, especialmente da lexicografia antiga, e sobretudo da obra de Jerônimo Cardoso, como fonte de informação privilegiada. Estes temas foram por ele escolhidos como objeto de lecionação em vários seminários anuais de DEA, na Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV), desde o final da década de Setenta. Referir-nos-emos a alguns que seguimos mais de perto.

No ano letivo de 1982/1983 o estudo dos crioulos ocupou o Seminário anunciado sob o título "Recherches sur les créoles portugais". Na sessão

inaugural o Professor Teyssier apresentou uma amplíssima informação introdutória sobre os crioulos em geral. Esclareceu os conceitos de "pidgin" e de "crioulo" e traçou um panorama exaustivo sobre todos os crioulos conhecidos de base lexical europeia, destacando depois os crioulos de base lexical portuguesa, na África, na Ásia e na América. Deu notícia crítica da bibliografia existente, enunciou algumas teses sobre a origem e desenvolvimento dos crioulos, e terminou com a leitura comentada de textos que documentam historicamente os crioulos. Nas sessões seguintes, distribuídas quinzenalmente ao longo do ano letivo, tratou, entre outros, os seguintes temas: as estruturas de negação nos crioulos de base lexical portuguesa (de África, Ásia e América); o sistema das pessoas gramaticais; o sistema dos verbos: os marcadores de aspecto e de tempo; os verbos "ser" e "ter" nos crioulos portugueses da Ásia. Os textos publicados posteriormente por Paul Teyssier sobre os crioulos, na sequência destas sessões, dão notícia apenas de uma pequena parte da informação que preencheu o Seminário deste fecundo ano letivo.

No ano letivo de 1983/1984 os Seminários foram em parte dedicados à pré-história da língua portuguesa com o estudo de textos de latim bárbaro produzidos no espaço desta língua entre os séculos IX e XII. Sem abdicar da sua perspectiva crítica, Teyssier foi particularmente sensível à obra de Roger Wright, *Late Latin and Early Romance* (Liverpool, 1982), que valoriza a indistinção latino-românica, contra a perturbação provocada pela emergência das escritas vulgares. Aproveitou então o Seminário para retomar uma interessante bibliografia pouco freqüentada pelos estudantes da história da língua portuguesa, especialmente os seguintes trabalhos, baseados exclusivamente nas edições dos *Portugaliae Monumenta Historica*: Norman Sacks, *The latinity of dated documents in the portuguese territory* (Filadélfia,1941); Leif Sletsjø, *Le développement de "l" et "n" en ancien portugais* (Oslo-Paris1959); e ainda Wolf-Dieter Lange, *Philologische Studien zur Latinität westhispanischer Privaturkunden des 9.-12 Jahrhunderts* (Leiden und Köln 1966).

No prospecto em que se anunciava este curso de seminário o Prof. Teyssier acrescentou o seguinte comentário de motivação:

> «Le plus ancien texte écrit en gallaïco-portugais qui soit connu à ce jour date des années 1214-1216. Mais nous possédons pour la période antérieure, et depuis le IXe siècle, des documents rédigés en un latin très particulier. Ce "latin barbare", on l'a remarqué depuis longtemps, laisse transparaître à chaque instant les formes et les tours de la langue vulgaire destinée à devenir le portugais.

> Les recherches poursuivies depuis plusieurs années en divers lieux sur les documents du même genre qui apparaissent dans les pays romans en général ont permis de perfectionner dans des proportions considérables les méthodes de lecture de ces textes. De plus la linguistique contemporaine, en particulier la sociolinguistique, nous offre des instruments d' analyse autrefois inconnus. Il est donc possible d' aborder ces documents avec des yeux neufs et d' essayer de les interpréter avec des concepts rajeunis.»

A partir da leitura e análise dos textos de latim tabeliônico, o Professor Teyssier explicava a emergência do vulgar, a formação do artigo, a metamorfose da flexão verbal, a vinculação e fixação da ordem sintática, e podia entender-se, pela sua análise, que os falantes de "linguagem", daquele tempo que precedeu e coincidiu ainda com o aparecimento da escrita vernácula, não tinham grande dificuldade em entender a língua "alatinada" ou o latim "vulgarizado", em que era escrita a documentação da época e em especial o registo das relações contratuais.

A história da língua foi por certo o objeto de estudo que mais motivou o Professor Paul Teyssier ao longo de toda a sua carreira de Mestre universitário, e o que lhe suscitou os trabalhos de investigação que mais o terão entusiasmado. Conseguiu mobilizar um conhecimento global da língua portuguesa partindo de estudos de pormenor, observando unidades e pequenos fatos da língua, analisando micro-estruturas morfológicas e sintáticas, hierarquizando subsistemas lexicais, pesquisando e criticando as fontes da memória lingüística, e recuperando sempre, em cada instância de trabalho, a dimensão panorâmica do português e do seu percurso diacrônico. Alguns títulos produzidos, no âmbito desta investigação, continuam a oferecer informação indispensável e insuperável. Deverão relembrar-se especialmente "La prononciation des voyelles portugaises au XVIe siècle d'après le système orthographique de João de Barros" (Nápoles, 1966), "Le système des déictiques spatiaux en portugais au XIVe, XVe et XVIe siècles" (Paris, 1981), e também os três textos publicados no *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, "Graphétique et graphématique", 1994, VI, 2, pp. 148-160, "Histoire externe de la langue", 1994, VI, 2, pp. 461-472, e "La koiné portugaise", 1995, II, 2, pp. 679-692 (vejam-se abaixo, alínea 3, referências bibliográficas mais desenvolvidas).

No quadro dos estudos da história da língua se situa também um conjunto de publicações breves e lições produzidas em Seminários de pós-graduação, que tiveram como referência motivadora a leitura crítica dos dicionários antigos portugueses, com particular destaque para os de Jerônimo Cardoso.

A valorização das fontes lexicográficas antigas foi um dos contributos mais apreciáveis para os estudos da lingüística histórica portuguesa. O artigo

"Jerônimo Cardoso et les origines de la lexicographie portugaise" que data de 1980 (veja-se *infra,* alínea 3, indicação bibliográfica desenvolvida), ficou sendo uma referência imprescindível, a que se seguiram vários outros textos que retomaram a obra do primeiro dicionarista português como objeto de leitura. Dentro do mesmo âmbito, foram também decisivos os Seminários realizados na Universidade de Paris-Sorbonne, ao longo de vários anos letivos (desde pelo menos 1978-1979), bem como o lançamento e a dinamização de um projecto de registo e tratamento computorizado de todo o *corpus* lexicográfico de Jerônimo Cardoso, efetuado entre 1980 e 1984 por um dos signatários do presente texto (Telmo Verdelho), e que se encontra disponível para estudo em arquivo informatizado, na Universidade de Aveiro.

Ainda sobre a lexicografia portuguesa do século XVI, lecionou o Professor Teyssier um Seminário excelente de erudição e de exercitação pedagógica (como era seu timbre), integrado num curso de Mestrado da Faculdade de Letras de Lisboa, que decorreu entre 7 e 24 de maio de 1985. Deu lição sobre o aproveitamento dos dicionários antigos como fonte inexaurível para estudos de vocabulário e para apoio à leitura de textos quinhentistas. Uma das sessões foi dedicada ao tema "Vocabulaire de "bonheur" et du "malheur" dans Jerônimo Cardoso", tendo sido acompanhado de um dossier por ele fornecido em que se recolhiam todas as ocorrências contextuadas (várias dezenas) com as respectivas derivações, de formas como *dita/desdita; ventura/aventura/desaventura; fortuna/afortunado; desastre; mofina; coitado; próspero; felicidade*. O Professor propôs um quadro de interpretação em que se confrontava a especificidade semântica de cada um dos termos, avaliando também a sua freqüência e vitalidade, e notando os reajustamentos que este sistema onomaseológico sofreria em outros momentos da língua, documentados por novos dicionários. Para além das descrições minuciosas e meticulosas de micro-estruturas lexicais, a reflexão de Paul Teyssier nunca perdia a dimensão da visão ampla da realidade lingüística. O Seminário sobre a lexicografia do século XVI repercutiu, em remissões sincrônicas e diacrônicas, a memória integral da língua.

A perspectiva alargada, e o exercício de ver de perto e de longe, caracterizam toda a obra de Paul Teyssier. Com a atitude de visão superior, pôde fazer sinteses notáveis como são os dois manuais de orientação pedagógica acima citados, ou ainda o texto intitulado "Les frontières de la Latinité", que data de 1983. Neste mesmo espírito cabem também alguns textos de reflexão sobre o quadro político e sobre o horizonte geo-estratégico da língua portuguesa. Relembrem-se a propósito duas conferências sobre a língua portuguesa no mundo e sobre a especificidade do Português, publicadas, respectivamente, em 1984 e 1996 (cf. *infra*, alínea 3).

2.2. Paul Teyssier, editor e tradutor

Como editor e tradutor, Paul Teyssier legou-nos um conjunto de publicações que constituem um contributo muito valioso para o encontro com o acervo textual originalmente escrito em língua portuguesa, e alargamento da sua difusão, em condições de grande rigor, esclarecimento e agradável fruição. Tais publicações justificadamente têm sido tomadas como modelo por outros investigadores[5].

Do trabalho de editor de Paul Teyssier resultaram as edições críticas da *Comédia de Dio*, de Simão Machado (edição publicada pelas Edizioni dell'Ateneo, em Roma, 1966), e de várias peças vicentinas: *Romagem d'agravados* (Paris, Éditions Hispaniques, Association pour l' Encouragement aux Études Hispaniques, 1975); *Pranto de Maria Parda* (*La plainte de Marie la Noiraude,* Éditions Chandeigne, Paris, 1995); *Triunfo do Inverno & do Verão* (*Triomphe de l' Hiver & du Printemps*, Paris, m. ed., 1997); *Barca do Inferno* (*La barque de l' Enfer,* Paris, m. ed., 2000).

Paul Teyssier fez acompanhar as suas propostas de leitura de introdução – que, no caso da *Comédia de Dio* se estende por mais de sessenta páginas –, de aparato crítico e de notas explicativas, cujo grau de desenvolvimento atendeu ao público a que se dirigiam e por certo também a outros fatores condicionantes do âmbito editorial. Juntou ainda bibliografias e, algumas vezes, índices lingüísticos (lista seletiva de formas lingüísticas, com indicação de lugar de ocorrência). Com os textos do *Pranto da Maria Parda* e da *Barca do Inferno* fez também publicar em anexo fac-símiles, respectivamente, quanto à primeira peça, das duas versões existentes (uma de folha volante, que datará de 1522, e outra de 1564, incluída na *Copilaçam* das obras de Gil Vicente), e, quanto à segunda, da edição original (1518). As três últimas peças foram apresentadas com tradução francesa, o que veio tornar possível, ou mais fácil, o seu acesso a leitores pouco familiarizados com a língua portuguesa, e também com o espanhol das falas de algumas figuras.

Quer nas introduções, quer em excursos apresentados após as lições dos textos, Paul Teyssier, além de informar sobre a tradição ou transmissão das obras, sobre os testemunhos que serviram de base às suas leituras, e de expor as normas de transcrição que seguiu, focou outros pontos, detendo-se em aspectos relativos à caracterização genológica das peças, e no que concerne a comédia de Simão

[5] Cf., por exemplo: Gil Vicente, *Le jeu de l'âme, Le jeu de la foire (Auto da Alma – Auto da feira).* Édition critique, introduction, traductions françaises et notes d'Anne-Marie Quint. Paris, Éditions Chandeigne, 1997; ver em especial p. 23; *Idem, La farce des muletiers (Farsa dos almocreves).* Édition critique, introduction, traduction française et notes d'Olinda Kleiman. Paris, Éditions Chandeigne, 1997; ver em especial p. 24.

Machado, à sua inserção no teatro peninsular dos séculos XVI e XVII (na tradição portuguesa do *auto* herdada de Gil Vicente e na *comedia* espanhola), sobre o qual fez observações de grande interesse. A versificação das obras, e muito em especial a sua linguagem e estilo, mereceram sempre a melhor atenção de Paul Teyssier, recebendo o estudo do "bilingüismo" luso-espanhol, que dominou a escrita em Portugal nos referidos séculos, substanciosoas informações. Em relação à comédia de Simão Machado, Teyssier analisou em particular aspectos do seu espanhol (lusismos) e traços do "português rústico" de algumas figuras, distinguindo os que já se encontram em Gil Vicente e os que constituem novidade em relação a este autor. No que toca às peças vicentinas, considerou diferentes formas de expressão, como as linguagens de regateiras, personagens rústicas e fidalgos. É de sublinhar que as notas explicativas elaboradas por Paul Teyssier não se limitam a fornecer elementos esclarecedores de referências e de lugares difíceis dos textos editados, oferecendo freqüentemente comentários sobre aspectos de diferentes planos da língua. Não raro nelas encontramos textos metalexicográficos, que são suscetíveis de constituir um importante contributo para a elaboração de um vocabulário da língua portuguesa quinhentista e seiscentista (veja-se, por exemplo, na edição de *Romagem d'agravados,* a nota sobre "fidalgos de grande aviso", pp. 73-74).

A elevada qualidade das edições e traduções assinadas por Paul Teyssier muito deve a aspectos do seu perfil científico que atrás ficaram assinalados, como a formação e informação que possuía de Crítica textual, e que patenteou em Seminários que dedicou a temas desta área. Especialmente relevante foi o seu profundo e documentado conhecimento da língua portuguesa, nas variedades diacrônicas, diatópicas e diastráticas, em particular da língua portuguesa dos séculos XVI e XVII, a que cedo o levou o contato detido com a linguagem de Gil Vicente, requerido pela preparação da tese de doutoramento, e depois os numerosos estudos que preparou ao longo da vida. Valiosa foi também a familiaridade que estabeleceu com a lexicografia histórica do português, sobretudo os dicionários de Jerônimo Cardoso. Assim, ao preparar as edições críticas, o Professor Teyssier estava singularmente habilitado, em particular para tomar as opções certas na transcrição de textos antigos, ou seja, para decidir quais os aspectos da apresentação gráfica dos textos-base que deviam ser modernizados ou mantidos, tendo em vista o acesso a públicos amplos (e não apenas de leitores com preparação filológica), sem desvirtuar a língua contemporânea dos textos. Certamente consciente do apoio que o seu saber poderia propiciar a outros editores menos documentados sobre o português de Quinhentos, no trabalho "Normes pour une édition critique des oeuvres de Gil Vicente" – primeiramente apresentado no Colóquio sobre crítica textual portuguesa (Paris 20-24 de outubro de 1981), depois publicado nas respectivas *Actes* (Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986,

pp. 123-130) – além de se ter pronunciado sobre o tipo de edição das obras do Dramaturgo que se impunha trazer a público, visando a preparação de edições críticas de autores do século XVI, e em particular de Gil Vicente, Paul Teyssier expôs uma "lista das modernizações legítimas numa edição crítica", seguida de exemplos de aspectos da língua portuguesa quinhentista que deveriam ser conservados (cf. ob. cit., pp. 127-130). Sublinho que não deixou de se deter em recomendações de pormenor – só aparentemente insignificantes – como as de o editor dever respeitar: o lugar do acento em formas como *espirito*; a distinção entre os ditongos *eo* e *eu* em formas como *Deos* e *meu*; os casos de polimorfismo, em formas como *menino/minino* e *dizia/dezia;* os casos de alternância, em formas como *meo/meio*, *cea/ceia*, etc.

Para além da informação e formação filológica e lingüística de que dispôs Paul Teyssier – e que dele fizeram um romanista de reconhecida autoridade e um lusitanista de exceção – outros atributos o qualificaram e habilitaram como editor e tradutor. Estamos a pensar na sua ampla e segura formação literária, histórica e cultural, e muito em especial na sua capacidade para "entrar" nos textos, para intuir os seus segredos, para os ler – e dar a ler – com visível prazer. Digno ainda de menção é que uma tal personalidadade, tal como solicitava a colegas de trabalho a opinião sobre algumas interpretações a que se inclinava, não se eximiu a explicitar, em algumas notas aos textos, que as alusões das palavras em análise lhe escapavam (veja-se, por exemplo, *Romagem d'agravados,* pp. 99 e 100). A assunção humilde da limitação dos saberes pessoais – apanágio dos homens verdadeiramente sábios – é uma das grandes lições deste Professor da Universidade da Sorbonne.

Para além das traduções que acompanharam as edições críticas de obras acima indicadas, Paul Teyssier traduziu para francês alguns outros textos, que fizeram jus ao seu labor, quer pelo lugar proeminente que ocupam no património literário português, quer pelo que testemunham e documentam sobre a gesta das descobertas e viagens por paragens estranhas e longínquas (não raro marcadas por sofrimentos incomensuráveis). São os seguintes: *Os Maias*, de Eça de Queirós (a tradução representa um marco de grande relevo na divulgação além-fronteiras da literatura portuguesa dos tempos modernos); *Memoravel relaçam da perda da nau conceiçam que os turcos queimarão* (...), escrita por João Carvalho Mascarenhas, primeiramente editada em 1627; narrações de viagens de Vasco da Gama à Índia, da primeira em 1497-1499 (texto anônimo atribuído a Álvaro Velho), e da segunda, em 1502-1503 (versão em italiano do texto original português de Tomé Lopes, e que foi publicada nas *Navigazioni e Viaggi de Giambattista Ramusio*,Veneza, 1550, 1554 e 1563, e texto anônimo em português, transmitido por manuscrito da Biblioteca Nacional de Viena). Também no caso das traduções, os textos trazidos a

público são acompanhados de informações importantes, expostas em introduções e notas minuciosas, sobre aspectos da língua, acontecimentos, datas, lugares, que muito contribuem para que a leitura não aconteça com indiferença e ligeireza. Deixou também no prelo a tradução do italino para francês de *L'Itinerario de Ludovico di Varthema* (relato de viagens à Arábia e Índia, em 1503-1508).

Paul Teyssier fica sendo uma das figuras mais distintas na exornada galeria de lusitanistas franceses, merecendo destaque entre os nomes memoráveis de Ferdinand Denis, Pierre David, Georges Le Gentil, Marcel Bataillon, Israel Salvator Révah, e de (mais recentemente falecidos) Roger Bismut, Léon Bourdon, Raymond Cantel, R. A. Lawton e Jean Aubin.

Como homem de ciência e pedagogo, como paladino da língua e da cultura lusófona, como cultor da amizade e da afabilidade, como Mestre inesquecível, haveremos de cultivar e louvar a sua obra e homenagear a sua memória. Portugal, o Brasil e todo o espaço lusófono hão de lembrá-lo sempre.

3. Publicações

3.1. Estudos: livros, artigos, textos de comunicações, *varia*

"Quem era Homero? Ou Vítor Bérard e a Odisseia". In *Afinidades, Revista de Cultura Luso-Francesa,* 6, Junho de 1944, pp. 47-56.

E ressurgiu das trevas... a verdadeira história da França de 1940 a 1944. Trad. de F. V. Peixoto da Fonseca. Lisboa, Bertrand [D. L. 1945]. 294, [1] p.

*Essai d'explication du passage en 'picard' de l'*Auto das Fadas *de Gil Vicente*. Coimbra Editora, 1950. [4], 25 p. Separata do *Bulletin des Études Portugaises*, XIV (1950), Lisboa, pp. 220-245.

Prefácio a: Domingos Azevedo, *Grande dicionário português-francês* (1841-1910). 4ª edição. Lisboa, Livraria Bertrand, 1953. "O Prefácio manteve-se em várias edições posteriores.

L'História de Portugal de Fernando Oliveira d'après le manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris. Comunicação apresentada ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Lisboa, 1957. Separata das respectivas *Actas,* Lisboa, I (1959), pp. 359-379.

Les relations entre Dom Francisco Manuel de Melo et le résident français Lanier. Lisboa, Bertrand, 1958, 16 p. Separata do *Bulletin des Études Portugaises*, XX (1957), Lisboa, pp. 217-228.

"Le mythe indianiste dans la littérature brésilienne". In *Littérature*, Annales publiées par la Faculté des Lettres de Toulouse, VII (1958), pp. 99-114. "Publicado de novo em *Études de Littérature et de Linguistique.* Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1990, pp. 101-116.

La langue de Gil Vicente. Paris, Klincksieck, 1959, 554 p. " Está no prelo a tradução portuguesa, aumentada (a publicar pela Imprensa Nacional Casa da Moeda).

"Le vocabulaire d'origine espagnole dans l'industrie tunisienne de la chéchia". In *Mélanges offerts à Marcel Bataillon.* Bordeaux, 1962, pp. 732-740.

Nous partons pour le Portugal. Paris, Presses Universitaires de France, 1963. 193 p. 2ª ed. 1970, 200 p.

"La prononciation des voyelles portugaises au XVIe siècle d'après le système orthographique de João de Barros". In *Annali dell'lstituto Universitario Orientale*, Sezione Romanza, Napoli, VIII, fasc. 1 (1966), pp. 127-198.

"La palette de Camões: étude du vocabulaire des couleurs et de la lumière dans les *Lusíadas*". Comunicação apresentada à I Reunião Internacional de Camonistas, Lisboa, 15-18 de Novembro de 1972. Separata das respectivas *Actas*, 1973, pp. 7-41.

Le mythe d'Inês de Castro – La Reine Morte (Resumo de conferência). In *Arquivos do Centro Cultural Português*, VII, 1973, pp. 569-572.

"Les textes en *aljamía* portugaise. Ce qu'ils nous apprennent sur la prononciation du portugais au début du XVIe siècle". Texto de comunicação apresentada ao XIV Congresso Internacional de Lingüística e Filologia Românica, Nápoles, 1974. Publicado nas respectivas actas, vol. V, pp. 181-196.

La Castro est bien d'António Ferreira. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976. Separata dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, X, 1976, pp. 695-733.

Manuel de langue portugaise (*Portugal–Brasil*). Paris, Klincksieck, 1976. 2ª ed. cor., 1984. Outras eds.: 1992; 2002. – Trad. portuguesa de Margarida Chorão de Carvalho, com o título *Manual de língua portuguesa*. Coimbra Editora, 1989. Com "Prólogo da versão portuguesa" do Autor, pp. 5-6.

"Les pauvres dans le théâtre de Gil Vicente". In *Misère et gueuserie au temps de la Renaissance*. Publications du Centre de Recherches sur la Renaissance, Université de Paris-Sorbonne, I (1976), pp. 5-17.

Prefácio a: *Le voyage de Magellan: raconté par un homme qui fut en sa compagnie*. Ed. lit. de Pierre Valière, trad. e coment. par Fernando Oliveira. Paris, Centro Cultural Português, 1976.

"Un problème d'histoire littéraire luso-espagnole: la genèse de l'épisode macabre dans le mythe d'Inès de Castro". In *Mélanges offerts à Charles Aubrun.* Paris, 1976, pp. 323-335.

"Essai d'explication du vilancete de Camões: *Com vossos olhos Gonçalves...*". In *Les cultures ibériques en devenir.* Essais publiés en *Hommage à la Mémoire de Marcel Bataillon*, Fondation Singer-Polignac, Paris, 1977, pp. 707-718. Publicado de novo, com reformulação, em *Études de Littérature et de Linguistique,* pp. 27-42.

"Glória dans Gil Vicente et Camões". In *Iberica*, Cahiers ibériques et ibéroaméricains de l'Université de Paris-Sorbonne, I (1977), Paris, pp. 295-311.

"Lisbonne vue par un humaniste: l'*Urbis Ulisiponis descriptio* de Damião de Góis (1554)". In *Les cités au temps de la Renaissance.* Publications du Centre de Recherches sur la Renaissance, Université de Paris-Sorbonne, II (1977), pp. 137-151.

"Unité et diversité de la langue portugaise". Comunicação apresentada ao XV Congresso International de Lingüística e Filologia Românicas, Rio de Janeiro, 1977.

"L'Humanisme portugais et l'Europe". Lição de encerramento do Colóquio *L'Humanisme portugais et l' Europe*, Tours, juillet 1978. Publicado nos respectivos *Actes,* Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1984, pp. 821-845. – Publicado de novo em *Études de Littérature et de Linguistique,* 1990, pp. 1-26.

"L'or et le laurier: l'étymologie du portugais *louro* ('blond')". In *L'or au temps de la Renaissance. Du mythe à l'économie.* Publications du Centre de Recherches sur la Renaissance, Université de Paris-Sorbonne, III (1978), pp. 105-113. – Publicado de novo em *Études de Littérature et de Linguistique,* pp. 231-242.

Lucius Andreas Resendius: Pourquoi Lucius?. Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1979-1980. Separata de *Humanitas*, XXXI-XXXII, pp. 155-165, [2].

Histoire de la langue portugaise. Paris, Presses Universitaires de France, 1980. 127, [1] p. Trad. por Celso Cunha, com o título *História da língua portuguesa.* Lisboa, Sá da Costa, 1982. 113 p. 2ª ed. m. l., m. ed., 1984; 3ª ed. m. l., m. ed., 1987; 4ª ed. m. l., m. ed., 1990; 5ª ed. m. l., m. ed., 1993; 6ª ed. m. l., m. ed., 1994; 7ª ed. m. l., m. ed., 1997; 8ª ed. m. l., m. ed., 2001. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

"Jerónimo Cardoso et les origines de la lexicographie portugaise". In *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, XLI (1980), Lisboa, pp. 7-32. – Publicado de novo em *Études de Littérature et de Linguistique,* pp. 199-230.

"Une source pour l'histoire du vocabulaire portugais: les dictionnaires de Jerónimo Cardoso (1562, 1562-1563,1569-1570)". Comunicação apresentada ao XVI Congresso Internacional de Lingüística e Filologia Românicas, Palma de Maiorca, 1980, publicada nas respectivas actas, II, Palma de Maiorca, 1985, pp. 245-256.

"Paul Teyssier risponde a tre domande sulla lingua di Gil Vicente". In *Quaderni portoghesi*, Università di Roma e Giardini Editori e Stampatori in Pisa, nº 9-10 (Primavera-Atumno 1981), pp. 301-308. Pisa, 1983.

"Le système des déictiques spatiaux en portugais au XIVe, XVe et XVIe siècles". In *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 6 (mars 1981), Université de Paris-XIII et Librairie Klincksieck, Paris, pp. 5-39. – Publicado de novo em *Études de Littérature et de Linguistique,* pp. 161-198.

"Normes pour une édition critique des oeuvres de Gil Vicente". Comunicação apresentada ao Colloque Critique textuelle portugaise, Paris, Centre Culturel Portugais, 20-24 octobre 1981. Publicada nos *Actes*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 123-130.

"La *brasilidade* du Rio Grande do Sul vue par les intellectuels modernistes, ou le Brésil de la frontière". Comunicação apresentada ao Colloque sur Unité et Diversité de l'Amérique Latine, Université de Bordeaux III, 15-18 septembre 1982, publicada nas respectivas actas, Bordeaux, s. d., II vol., pp. 183-205. – Publicado de novo em *Études de Littérature et de Linguistique,* pp. 117-133.

"Le système des personnes dans les créoles portugais d'Afrique: étude génétique". Texto apresentado em mesa-redonda, Universidade de Lille III, Outubro de 1982. Publicado em *Linguistique génétique, histoire et théories*. Presses Universitaires de Lille, 1988.

Gil Vicente: a obra e o homem. Trad. de Álvaro Salema. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e das Universidades. Distribuição comercial Livraria Bertrand, 1982. 177 p. 2ª ed. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.

História da língua portuguesa. Lisboa, Sá da Costa, 1982. Veja-se acima *Histoire de la langue portugais*e.

"La *Comédia do Fanchono* d'António Ferreira: que signifie ce titre?". In *Arquivos do Centro Cultural Português*, XVII, 1982, pp. 65-78.

"Les frontières de la Latinité". Comunicação apresentada ao Colloque sur la Latinité aujourd' hui, Centre International d'Études Pédagogiques de Sèvres, 8-10 mars 1983. Publicada em *La Latinité aujourd'hui*, Les Amis de Sèvres, nº 1 (mars 1984), pp. 8-17. " Publicado de novo em *Études de Littérature et de Linguistique,* pp. 145-160.

"A língua portuguesa no mundo". Lição final do Congresso sobre a língua portuguesa no mundo, Lisboa, 28 Junho-3 Julho de 1983. Publicada nas respectivas *Actas*, vol. I, Lisboa, 1985, pp. 45-55.

"La négation dans les créoles portugais". Comunicação apresentada ao XVII Congresso Internacional de Lingüística e Filologia Românicas, Aix-en-Provence, 29 août-3 septembre 1983. Publicada nos respectivos *Actes*, vol. 4, Marseille, 1986, pp. 593-604.

Le personnage du brésilien dans le théâtre portugais de la deuxiéme moitié du XVIII siècle. Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. Separata dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIX, 1983, pp. 597-613. " Publicado de novo em *Études de Littérature et de Linguistique,* pp. 59-72.

"La langue portugaise dans le monde". In *Les Langues néo-latines*, 249, 2e trimestre 1984, pp. 5-19.

"O vocabulário das profissões no primeiro dicionário de Jerónimo Cardoso (1562)". In *Forum Litterarum, Miscelânea de estudos literários, lingüísticos e históricos oferecida a J. J. van Besselaar*. Amsterdam, Hans Bots, 1984.

"In Memoriam Pierre Hourcade (1908-1983)". In *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, XLIV-XLV (1985), Paris, pp. 429-437.

"Le Brésil primitif et magique de Guimarães Rosa". In *Amérique Latine*, nº 24 (octobre-décembre 1985), Paris, pp. 72-75. – Publicado de novo em *Études de littérature et de linguistique,* pp. 135-142.

"La langue et la littérature portugaises dans l'enseignement universitaire français: passé, présent, avenir". Comunicação apresentada ao Colloque sur l'enseignement et l'expansion de la littérature portugaise en France, Paris, 21-23 novembre 1985. Publicada nos respectivos *Actes*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 13-20.

"La grammaticalisation des noms des parties du corps: le domaine hispanique et ses créoles". Comunicação apresentada ao Colloque sur la grammaticalisation des noms des parties du corps, Université de Paris-Sorbonne, Département de Linguistique, Paris, 29-30 novembre 1985. Publicado nos respectivos *Actes*.

"Le théâtre populaire portugais après Gil Vicente: quelques travaux imprimés et inédits". In *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, XLIV-XLV (1985), Paris, pp. 475-498.

"Notícia de uma pesquisa sobre os dicionários de Jerónimo Cardoso". Comunicação apresentada no Colóquio de lexicografia, Universidade de Santiago de Compostela, 27 de Fevereiro-2 de Março de 1986.

"La méthode statistique dans l'étude des premiers dictionnaires de la langue portugaise". Comunicação apresentada ao XVIII Congresso Internacional de Linguistica e Filologia Românicas, Trier, 19-24 de Maio de 1986. Publicada nas respectivas actas, Tübingen, 1989, pp. 360-370.

"O vocabulário do cavalo no Brasil: observações sobre certas áreas lexicais". Comunicação apresentada no Simpósio sobre a diversidade lingüística no Brasil, Universidade da Bahia, Salvador, 15-18 de Outubro de 1986. Publicada nas respectivas actas.

"Réflexions sur un futur dictionnaire bilingue français-portugais et portugais-français. Comunicação apresentada ao Colloque "Portugal-Brésil-France, histoire et culture", Paris, 25-27 mai 1987. Publicada nos respectivos *Actes,* Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 337-353.

"As duas versões do Auto do Filodemo". Comunicação apresentada na V Reunião Internacional de Camonistas (São Paulo, Julho de 1987), publicada nas respectivas *Actas*, em 1992[6].

"Un nouvel accord orthographique". In *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, XLVI-XLVII (1987), Paris, pp. 287-297.

Les Maias, cent ans après. Conferência inaugural do Colloque "Eça de Queirós et la culture de son temps", Paris, Centre Culturel Portugais, 22-23 avril 1988. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1988.

"Mais où sont passées les cédilles?". In *Défense de la langue française*, mars-avril 1988, nº 142, pp. 49-52.

"L'envers de l'épopée". In *Critique*, vol. 44, nº 495-496 (août-septembre 1988), Paris, pp. 676-683 (versão reduzida). Publicada integralmente em *Études de littérature et de linguistique,* pp. 43-58.

[6] Cf. Leodegário A. de Azevedo Filho, "Paul Teyssier e o teatro de Camões". In *Soletras*, nº3, Revista do Departamento de Letras da Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Artigo disponibilizado virtualmente em <http://www.filologia.org.br/soletras/3/11.htm>.

Études de litterature et de linguistique. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. XVII, 271, [1] p.

"Estrados e cadeiras: estudo de alguns objetos culturais em Gil Vicente e na escola vicentina". In *Studies in Portuguese Literature and History in Honour of Luís de Sousa Rebelo*. London, Boydell & Brewer Ltd., 1993, pp. 63-72.

"Especificidade do Português". Comunicação apresentada ao Congresso Internacional sobre o português, Lisboa, 1994, publicada nas respectivas *Actas*, Lisboa, Colibri, 1996, vol. II, pp.191-207.

"Portugiesisch: Graphetik und Graphemik / Graphétique et graphématique". In *Lexicon der Romanistischen Linguistiken* (LRL). Ed. por Günter Holtus, Michael Metzeltin, Christian Schmitt. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1994, VI, 2, nº 420, pp. 148-160.

"Portugiesisch: Externe Sprachgeschichte / Histoire externe de la langue". In *Lexicon der Romanistischen Linguistiken* (LRL). Ed. por Günter Holtus, Michael Metzeltin, Christian Schmitt. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1994, VI, 2, nº 444, pp. 461-472.

"Le paradoxe du Cardinal Saraiva: A língua portuguesa não é filha da latina". In *O Amor das letras e das gentes. In Honor of Maria de Lourdes Belchior Pontes*. Edit. by João Camilo dos Santos & Frederick G. Williams. Center for Portuguese Studies, University of California at Santa Barbara, 1995, pp. 9-16.

"Portugiesische Koine / La koinè portugaise". In *Lexicon der Romanistischen Linguistiken* (LRL). Ed. por Günter Holtus, Michael Metzeltin, Christian Schmitt. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1995, II, 2, nº 161, pp. 679-692.

"A propos des mots *mano* et *mana* dans Gil Vicente". In *Miscelânia de estudos lingüísticos, filológicos e literários*. In *Memoriam de Celso Cunha*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1995, pp.731-741.

"L'Amérique latine: perspective géolinguistique". In *Le français dans le monde*, Paris, janvier 1997.

"Le sens caché des noms propres". In *Sigila,* nº4, octobre 1999. Disponibilizado virtualmente em http://www.sigila.msh-paris.fr/noms_caches.htm.

Dictionnaire de littérature brésilienne. Paris, Quadrige, Presses Universitaires de France, 2000.

Le vocabulaire des sièges, des repas et des quatres saisons. Separata de *Leituras – Gil Vicente. Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S. 3, nº II, Outubro de 2002-Abril de 2003.

Intercompréhension romane: du français à l'espagnol, à l'italien et au portugais. No prelo (a publicar pelas Éditions Chandeigne, Paris [7]).

3.2. Edições e traduções

Simão Machado, *Comédia de Dio*. Édition critique, introduction et commentaire. Rome, Edizioni dell' Ateneo, 1969.

Gil Vicente, *Romagem d'agravados*. Édition critique, introduction et notes. Paris, Éditions Hispaniques, 1975[8].

Gil Vicente, *La plainte de Marie la Noiraude (Pranto da Maria Parda).* Édition critique, introduction, traduction française et notes. Paris, Éditions Chandeigne, 1995. Publicada antes com o título "Plaintes de Maria Parda". In *Anthologie de la poésie portugaise du XIIe au XXe siècle,* por Isabel Meyrelles, NRF Gallimard, Paris, 1971, pp. 51-55.

Gil Vicente, *Triomphe de l' Hiver & du Printemps (Triunfo do Inverno & do Verão)*. Édition critique, introduction, traduction française et notes. Paris, m. ed., 1997.

Gil Vicente, *La barque de l'Enfer (Auto da Barca do Inferno)*. Édition critique, introduction, traduction française et notes. Paris, Chandeigne, 2000.

Eça de Queirós, *Os Maias*. 1ª ed. com o título *Une famille portugaise*. Paris, Club Bibliophile de France, 1956, 2 vols.; 2ª éd. revista e corrigida intitulada *Les Maia*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian et Presses Universitaires de France, 1971, 2 vols.; 3ª ed. idem, Société des Éditions Portugaises, 31 rue Gay-Lussac, Paris, 1982, 2 vols., com dois hors texte d' Arpad Szenes e Vieira da Silva. Novas eds. Paris, Chandeigne, Unesco, 1997, e Chandeigne, 2000.

Gil Vicente, *Auto da Sibila Cassandra, Auto da Barca da Glória, Tragicomédia de D. Duardos*. Tradução com os títulos "Auto de la Sibylle Cassandre", "Auto de la Barque du Paradis", "Tragi-Comédie de Don Duardos". In *Théâtre espagnol du XVIe siècle*, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard, 1º vol., 1983, pp. 199-269 (texto) e 880-905 (notícias, notas e variantes).

---

[7] O aparecimento deste livro e de *L'Itinerario de Ludovico di Varthema* (indicado *infra*) deverá ocorrer até Setembro de 2004. Manifestamos o nosso agradecimento a Michel Chandeigne, editor de várias obras de Paul Teyssier, por esta informação e outras que muito prezamos.

[8] Cf. Recensão crítica de Justino Mendes de Almeida, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, X, 1976, pp. 760-768.

Joaõ Carvalho Mascarenhas, *Memoravel relaçam da perda da nao conceiçam que os turcos queimararão à vista da barra de Lisboa* (...). Lisboa, 1627. Tradução publicada com o título *Esclave à Alger. Récit de captivité de João de Mascarenhas (1621-1626).* Paris, Éditions Chandeigne, 1993.

Voyages de Vasco de Gama. Relations des expéditions de 1497-1499 & 1502-1503. Traduites et annotées par Paul Teyssier et Paul Valentin et présentées par Jean Aubin. Paris, Éditions Chandeigne, 1995.

Vasco da Gama. La Relation du premier voyage aux Indes (1497-1499). Paris, Éditions Chandeigne, 1998.

L' Itinerario de Ludovico di Varthema. No prelo (a publicar pelas Éditions Chandeigne, Paris).

Considerações sobre os Tipos *Ela Fala Esquisito* e *Ela Chega Cansada* no Português Coloquial e Literário do Brasil e de Portugal[1]

Martin Hummel
Univ. Graz

Não parece ser difícil afirmar que as palavras *cansado* e *esquisito* são adjetivos, uma vez que se flexionam, por exemplo, quando aparecem junto a um substantivo feminino: *uma mulher cansada, uma mulher esquisita.* Mas existem ocorrências destas formas que nos deixam na dúvida. É o caso de *cansado* em *ela chega cansada* e de *esquisito* em *ela fala esquisito*. No primeiro caso, *cansado* é flexionado, no segundo caso o "adjetivo" não sofre nenhum tipo de flexão. Os próprios falantes costumam estar na dúvida quando se lhes pergunta se a frase *ela fala esquisito* está correta ou não, se se deve escrever ou não. O certo é que esta frase se utiliza, e freqüentemente, sobretudo no português falado coloquial do Brasil.[2] Será que quem a usa fala mal o português? Será abuso lingüístico?[3] Não me parece acertada tal opinião. Até poderíamos pensar na hipótese de que o tipo *ela fala esquisito* conserve a mais pura tradição românica, na medida em que as formas hoje consideradas

[1] Versão revisada e atualizada do artigo com o mesmo título antes publicado em: *Estudos de gramática portuguesa (II),* eds. Eberhard Gärtner/Christine Hundt/Axel Schönberger, Frankfurt/Main (TFM) 2000: 87-123.

[2] Thomas já anotou: "The adjective is found in many cases which would logically require an adverb. [O brasileiro falado] vacillates between agreement and nonagreement, i.e., whether to consider such words adjectives or adverbs (1969: 47)".

[3] Este problema normativo leva a maioria das gramáticas a não prestar devida atenção aos adjetivos adverbializados. Só a edição brasileira da gramática de Cunha/Cintra (1985: 258) cita um exemplo convincente (*D. Felismina sorriu amarelo);* na edição portuguesa vêm exemplos ambíguos como *cantara triste* que só no plural permitiriam uma classificação inequívoca (*cantaram triste[s]*) (1984: 267). Será que foi mais fácil encontrar um exemplo no português do Brasil? Bechara descreve os adjetivos adverbializados breve mas corretamente, sem no entanto chamar a atenção para a preferência que os falantes dão a estes advérbios na linguagem coloquial (Bechara [37]1999: 294-5).

advérbios autênticos ou "corretos" do tipo *fortemente* ou *tranqüilamente* só apareceram nas línguas românicas.[4] Sobrepuseram-se, portanto, de alguma maneira, aos advérbios preexistentes do tipo *forte* (adv. lat. *forte*).[5] Daí a coexistência de dois advérbios, como, por exemplo, em *bater forte na bola* ou *bater fortemente.*

Hoje, ocorrências do tipo *ela fala esquisito* ou *correr rápido,* nas línguas românicas, têm a ver, de alguma forma, com a diferenciação das linguagens culta-escrita por um lado e falada-coloquial por outro lado.[6] Passei bastante tempo a observar o emprego dos advérbios em *-mente* na linguagem falada coloquial em Portugal e no Brasil. Empregam-se muito pouco. Prefere-se, no Brasil, *faço isso rápido* a *faço isso rapidamente.* Em Portugal também se utiliza *rápido* como advérbio, mas continua a predominar a forma alternativa *depressa.* Os advérbios em *-mente* são utilizados sim, tanto no Brasil como em Portugal, mas na variante dos advérbios de frase (o tipo *felizmente não caiu).* Os advérbios de modo propriamente ditos, como *rapidamente,* são pouco freqüentes (v. § 3).

Não me é possível, nesta breve contribuição, tratar de todas as questões acima levantadas. Só quis chamar a atenção para a complexidade não só sincrônica como também histórica dos problemas ligados a estas construções, a fim de pôr em relevo o interesse que a pesquisa tem, neste caso, tanto para o português como também para o conjunto das línguas românicas e sua tradição oral-escrita. Examinarei exclusivamente o emprego, funcionamento e função dos tipos flexionado *(ela chega cansada)* e não flexionado *(ela fala esquisito)* na linguagem falada e escrita no português do Brasil e de Portugal de hoje. Para maior clareza da exposição, convém definir, antes de começar e por mais usuais que sejam, os termos *adjetivo* e *advérbio de modo*. Ambas as categorias têm a função de atributo: atribuem uma característica (o seu significado lexical) a uma outra palavra. No caso do adjetivo, esta outra palavra é um substantivo, no caso do advérbio, um verbo (*corre rápido, corre rapidamente)* ou até, em construções que não nos interessam aqui, um adjetivo (*altamente importante*), um outro advérbio (*bem rapidamente*) ou um enunciado (advérbio de frase).

---

[4] O sufixo *-mente* é uma inovação românica. Já no latim existiam paráfrases do tipo *sedula mente, prona mente, devota mente* (Lausberg 1982: 147). Mas *mente* ainda não é um sufixo. Trata-se do ablativo do substantivo feminino *mens,-tis.* Devemos ao gênero deste substantivo a atual regra de formação dos advérbios com o sufixo *mente* que se junta à forma feminina do adjetivo: *tranqüilo* > *tranqüilamente.* A melhor síntese da origem heterogênea da categoria "advérbio" nas línguas românicas continua ser a de Lausberg (1982: 140-51). Cf. Deutschmann 1959 e Meier 1948: 60-1.

[5] V. Hummel (2000: 417-481), Hummel 2002a e Hummel 2002b.

[6] Um dos melhores estudos sobre os adjetivos adverbais no português continua a ser o de Meier 1948.

1. O tipo *ela chega cansada*

1.1 Adjetivo adverbal e adjetivo adnominal

É preciso distinguir o emprego *adverbal* do adjetivo do seu emprego *adnominal*, que é o uso mais (re)conhecido:

(1a) adnominal: *A senhora cansada corre.*

(1b) adverbal: *A senhora corre cansada.*

Na primeira frase, o adjetivo vem junto a um substantivo, razão pela qual falamos em *adjetivo adnominal*. Na segunda frase, o adjetivo aparece junto a um verbo. Daí o termo *adjetivo adverbal* (e não *adverbial!)* que proponho aqui. Nos dois casos, o adjetivo tem uma função atributiva em relação ao sujeito da frase, o substantivo *a senhora*.[7] Trata-se de adjetivos autênticos cuja flexão depende deste substantivo. Mas qual é a diferença entre as duas estruturas? Consideremos mais um exemplo:

(2a) *A senhora pobre morreu.*

(2b) *A senhora morreu pobre.*

Na primeira frase, o adjetivo *pobre* é um atributo do substantivo *a senhora* e faz parte do sintagma nominal que constitui o sujeito da frase. A atribuição realizada não sofre nenhuma restrição. Trata-se de um atributo pleno ou *absoluto*. Na segunda frase, *pobre* também é atributo do substantivo-sujeito, mas sem fazer parte deste grupo nominal. Pertence ao grupo verbal. A atribuição assim realizada já não é absoluta. Sofre uma limitação externa ao grupo nominal *a senhora* na medida em que a função atributiva é *condicionada* pelo verbo *morrer*.[8] O adjetivo caracteriza o seu substantivo somente *dentro do escopo* que lhe abre o verbo: *a senhora* ***estava*** *pobre no momento em que morreu.* Não é de excluir que a senhora já tivesse sido rica em alguma fase da vida dela anterior à morte. A frase até sugere esta idéia, na medida em que insiste no fato de a senhora ter estado pobre no momento da morte. Na primeira frase, o adjetivo não sofre nenhuma restrição deste tipo: *uma senhora, que* ***era*** *pobre, morreu.* Marquei, nas duas paráfrases que empreguei, os verbos *ser* e *estar* respectivamente. Não é por acaso que utilizamos o verbo *ser*, indicando uma qualidade intrínseca, essencial, na paráfrase de (2a), e o verbo *estar*, indicando uma

[7] Não tratarei aqui os adjetivos adverbais dirigidos ao objeto direto do verbo como por exemplo em *Carlos encontrou-a pensativa.* Cf. Cunha/Cintra 1985: 255-6, Figueiredo 1974: 56-7 e 60-1, Luft ⁹1989: 31-2, Borba 1996: 61.

[8] Por isso pode-se falar em *atributos predicativos* para caracterizar a função do adjetivo adverbal, como sugeriu Gärtner (1998: 155). O adjetivo adverbal pertence à parte predicativa da frase.

qualidade ocasional, limitada a uma situação, na frase (2b). Utiliza-se o verbo *ser* no caso da atribuição absoluta, e o verbo *estar* no caso da atribuição condicionada pelo verbo.

Poder-se-ia criticar esta argumentação dizendo que esta alternância de *ser* e *estar* não se verifica nas paráfrases de (1a) e (1b): *A senhora, que está cansada, corre* vs. *A senhora está cansada quando corre.* Temos que utilizar, em ambos os casos, o verbo *estar*. Mas isso não contradiz a análise acima referida. *Cansado* é um adjetivo que, por si próprio, implica uma limitação temporal da propriedade expressa pelo seu significado lexical. O cansaço é uma característica passageira, a pobreza não forçosamente. Por isso, o adjetivo *cansado* é sempre utilizado com o verbo *estar*. O emprego adverbal de *cansado* naturalmente em nada altera esta característica. Só se pode mostrar a diferença entre construções com adjetivo adverbal e as com adjetivo adnominal através do emprego de *estar* ou *ser* quando se trata de um adjetivo preferentemente utilizado com *ser: uma pessoa é pobre.* De forma que utilizamos excepcionalmente *estar* na paráfrase de (2b), porque o significado lexical de *pobre* é limitado ocasionalmente por um verbo: *a senhora estava pobre quando morreu.* A mesma situação se verifica com adjetivos de cor como *verde* que costumam designar qualidades físicas consideradas essenciais:

(3a) *Os seus olhos verdes brilham.*

Os seus olhos, que são verdes, brilham.[9]

(3b) *Os seus olhos brilham verdes.*

Os seus olhos estão verdes no momento em que o observador capta o seu brilhar.

Podemos concluir portanto que o adjetivo adverbal se caracteriza funcionalmente por um traço 'atribuição condicionada pelo verbo' que o distingue do adjetivo adnominal.

Não é exato o lugar comum, segundo o qual as construções com adjetivo adverbal só ocorrem com verbos intransitivos (v. Fonseca 1989: 53). Contei 41 adjetivos adverbais com verbos transitivos nos 186 exemplos do corpus literário utilizado neste estudo (v. Bibliografia), o que corresponde a 22% das ocorrências. Para dar um exemplo: "O italiano [...] olhava tranquilo as janelas fechadas do palácio [...] (Saramago 1982: 167)". Observa-se, portanto, uma

[9] Ponho a frase relativa entre vírgulas porque o sentido especificador do adjetivo adnominal não faz sentido aqui: **Os seus olhos verdes (e não os azuis) brilham.*

preferência pelo emprego destes adjetivos com verbos intransitivos, mas estamos longe da exclusividade formulada por Fonseca. No corpus literário utilizado em Hummel 1998, baseado em 4 romances de Eça de Queirós, a relação numérica é de 171 verbos transitivos para 327 verbos intransitivos, ou seja de 34 % de verbos transitivos nos 498 exemplos.

1.2 Construções com verbo copulativo

Convém separar bem as construções com adjetivo adverbal das chamadas construções com verbo copulativo. No primeiro caso, a paráfrase com *quando* é possível, no segundo caso, não:

(4a) *Manuela andava nervosa de um lado para outro.* → **Manuela estava nervosa quando andava de um lado para outro.*

(4b) *Manuela andava nervosa.* (= 'estava nervosa') → **Manuela estava nervosa quando andava.*

Só no primeiro caso temos duas predicações separáveis.[10]

1.3 O matiz "adverbial" dos adjetivos adverbais

Em frases como *A senhora morreu pobre* ou *A senhora chegou cansada*, os adjetivos caracterizam um estado temporalmente limitado do sujeito. *A senhora morreu pobre* encontra-se em oposição pertinente a *A senhora morreu pobremente* onde o advérbio indica as circunstâncias da morte.[11] O adjetivo *pobre* em *A senhora morreu pobre* não tem nenhum matiz adverbial. Mas em frases como *A senhora corre feliz* já poderíamos achar que *feliz* tanto se refere ao sujeito *a senhora* quanto ao verbo *correr*, caracterizando a maneira como a senhora corre. Por isso, não é de admirar que alguns tenham analisado o adjetivo adverbal como forma intermediária entre adjetivo e advérbio:

[Em *O carro anda vagoroso*] "em vez do advérbio empregamos o adjectivo, com que pretendemos ao mesmo tempo caracterizar o acto e o sujeito. [...] sentimos que o adjectivo, à força de querer ser tudo, nem caracteriza energicamente a acção nem o sujeito, embora penda para este último (Lapa [11]1982: 242)".

---

[10] Para mais pormenor v. Gärtner (1998a: 155-6; cf. 80-86), a quem fui buscar o exemplo, e Hummel (2000: 178-86, 222-46 e Hummel 2001).

[11] Esta oposição já não existe entre *correr rápido* e *correr rapidamente* (v. aqui § 3).

Trata-se, na nossa opinião, de uma análise errada. O matiz adverbial do adjetivo adverbal *feliz* é o resultado de uma inferência: O ouvinte da frase *A senhora corre feliz* julga saber que o estado "feliz" do sujeito não poderá naturalmente deixar de se refletir na maneira de correr da senhora. Daí o matiz adverbial. Trata-se de um efeito *inferido* que se manifesta ao nível do significado da frase, entidade semanticamente determinada pelo *sentido* ou *lógica* do conjunto das palavras que a constituem.[12] Uma frase não precisa de ser verdadeira, mas tem que ter sentido. Daí a importância de efeitos inferenciais. No que diz respeito ao funcionamento propriamente lingüístico dos adjetivos adverbais, o matiz adverbial é um mero efeito secundário, como se pode verificar em frases como *Ela morreu pobre* onde tal inferência não se dá. A única constante funcional que podemos, portanto, eliminar do conjunto das construções adverbais possíveis é a função "atributo de sujeito condicionado pelo verbo".[13]

1.4 Referência do adjetivo adverbal ao *sujeito temático* do verbo

O adjetivo adverbal da frase *Ela chega cansada* atribui a característica "cansado" ao sujeito gramatical da frase *ela.* Curiosamente, estes adjetivos nem sempre precisam de sujeito gramatical para funcionar. Este fato, geralmente ignorado, verifica-se quando o adjetivo adverbal vem junto a formas verbais infinitas:

"Por estes barracões repousam os operários [...] só a esteira no chão, o dormir vestido, a capa por inteiro agasalho [...]" (Saramago: 273).

Assim descreve José Saramago a vida dos operários que constroem o convento de Mafra: Vivem em barracões onde o "dormir vestido" é uma das características que mais saltam à vista. Tratando-se de um infinitivo substantivado, poderíamos pensar que se trata, de fato, não de um adjetivo adverbal, indicando o estado dos operários que dormem, mas de um adjetivo adnominal como em *a árvore verde.* Mas isto não se verifica. Há uma oposição nítida entre, por exemplo, *o martelar metálico*, onde o próprio *martelar* tem a característica de ser ou de soar *metálico,* e *o dormir vestido* onde não é *o*

[12] Cf. Cunha/Cintra 1985: 257-8.

[13] Alguns advérbios em *-mente* sofrem inferências em sentido oposto: *alegremente* ou *cruelmente* são atributos de um verbo que *implicam* uma atitude correspondente da parte do sujeito. Mas não diríamos, como sugere Vilela, que se trata de "adverbiais orientados para os actantes (Vilela 1995a: 192)" ou até "complementos do sujeito (ibid.: 200)". São atributos do verbo cujos efeitos inferenciais implicam certos actantes.

dormir que está "vestido" mas sim as pessoas que dormem.[14] *Vestido* refere-se portanto ao sujeito implícito de *dormir*. Funcionalmente, temos que considerar esta construção como variante do emprego adverbal do adjetivo *vestido* em frases como:

(5a) *Os operários dormem vestidos.*

(5b) *O fato de os operários dormirem vestidos.*

(5c) *O dormir vestido dos operários.*

(5d) *O dormir vestido.*

Podemos concluir que um adjetivo adverbal não precisa de sujeito gramatical explícito (tipo *eles dormem vestidos*) nem semi-explícito (tipo *dormem vestidos*) para funcionar. Basta que o verbo inclua um sujeito tácito, que prefiro chamar *sujeito temático*. Na grande maioria das construções com adjetivo adverbal, este sujeito temático é o *agente* de um verbo de ação: *ela corre cansada.* Mas o termo *agente* não cobre todas as facetas possíveis. Não poderíamos falar em *agente* no caso do verbo processual *dormir,* em *dormir vestido.* Temos, portanto, que recorrer a um termo mais geral, *sujeito temático,* por exemplo.

Nas seguintes frases, o adjetivo adverbal aparece junto a uma outra forma infinita do verbo, o gerúndio:

"Virgínia podia ver as grossas pernas de Luela pendendo flácidas da cama" (Fagundes Telles: 105).

"Revia-se com extraordinária nitidez correndo alucinada pelo pátio [...]" (Fagundes Telles: 101).

"fez uma espécie de cabeleira brotando emaranhada em todos os sentidos" (Fagundes Telles: 134).

Nestas frases, os adjetivos adverbais referem-se ao sujeito temático dos gerúndios *pendendo, correndo,* etc. São flexionados, porque este sujeito temático aparece na mesma frase explicitamente sob a forma de objeto direto que depende do verbo principal da frase, por exemplo, do verbo *ver,* na primeira frase. Na frase seguinte, o sujeito temático vem explícito no complemento do adjetivo *de acácias:*

Estou cheia de acácias balançando amarelas [...] (Lispector: 23).

[14] É só no primeiro caso, *o martelar metálico,* que podemos falar em *infinitivo substantivado,* tratando-se, no segundo caso, de um grupo verbal *dormir vestido* substantivado na sua totalidade.

Mencionemos finalmente as construções com o verbo *deixar* que permitem também confirmar estas observações:

"Deixo o cavalo livre correr fogoso." (Lispector: 23).

"acaso o deixariam ir sentado numa galera [...]" (Saramago: 311).

Os adjetivos adverbais destas duas frases referem-se a um sujeito temático que vem explícito como objeto direto do verbo *deixar.* As construções com adjetivo adverbal contidas nestas frases carecem de sujeito gramatical.

As construções analisadas neste parágrafo não correspondem às ocorrências mais freqüentes de adjetivos adverbais. Feito o rastreio de 4 romances de Eça de Queirós, verificámos, em Hummel 1998, que a configuração prototípica das construções com adjetivo adverbal compreende um adjetivo adverbal caracterizador do estado psíquico de uma pessoa (sujeito) que fala ou que se move, como por exemplo em *Maria gritou aflita* (Hummel 1998: 174). Os exemplos marginais que acabamos de analisar provam, no entanto, que não se deve afirmar que estes adjetivos precisam de um sujeito gramatical para funcionar. Precisam de um sujeito temático que *pode* vir explícito na frase como sujeito gramatical. A possível independência funcional dos adjetivos adverbais da presença de um sujeito gramatical confirma-se, além disso, pelo fato de sintagmas como *dormir vestido* e *correr fogoso* serem perfeitamente compreensíveis com ou sem sujeito.

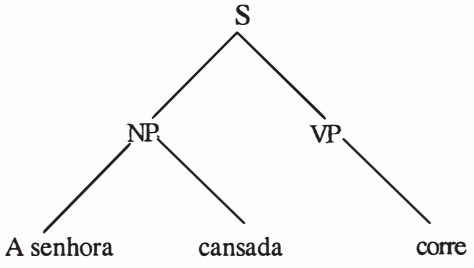
Este fato ajuda, aliás, a resolver uma polêmica que existe, no âmbito da gramática generativa, acerca dos adjetivos adverbais, analisados aí como *predicados secundários.*[15] Existem dois campos: uns dizem, chefiados por Williams,[16] que o predicado secundário é um simples predicado do sujeito (nós dizemos *atributo),* análise que basicamente corresponde à nossa; outros, por exemplo, Aarts 1992, propuseram uma análise em *small clauses*. Neste tipo de análise, o sujeito aparece duas vezes, a segunda vez na chamada *small clause.* Corresponde, no fundo, a uma análise do tipo: *ela corre cansada = ela corre e ela está cansada.* Simplifico um pouco, mas o princípio é bem esse. Ora bem, seria mesmo necessário recorrer a uma análise tão complicada como a das *small clauses*? A necessidade vem de uma das exigências internas da teoria generativa: uma constituente subordinada não pode, em nenhum caso, referir-se simultaneamente a duas constituentes sobreordenadas. Ora, no caso da

[15] Este termo é valioso na medida em que permite incluir construções do tipo *ela corre cantando* na análise. Considero, portanto, *predicação secundária* como termo genérico e *adjetivo adverbal* como termo designando a variante mais saliente de predicação secundária. Sobre a predicação secundária em português v. Marrafa 1993 e Pereira 1997.

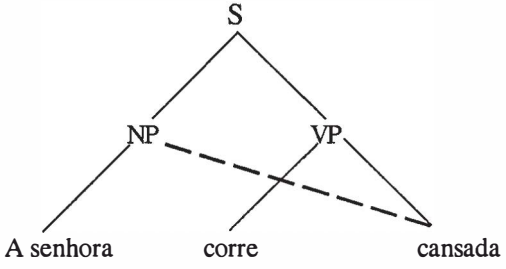
[16] V. a síntese dos trabalhos de Williams em Winkler (1997: 50-7).

predicação secundária, isso parece ser o caso: sintaticamente fazem parte do grupo verbal (VP) que determina o escopo da atribuição: *ela corre cansada* = *ela só está cansada durante a ação "correr"*. Semanticamente, são atributos do sujeito da frase *ela*, que rege a flexão do adjetivo. Têm portanto, a mesma função que um adjetivo adnominal, só que não fazem parte do grupo nominal (NP) mas de VP. Se se respeitasse esta dupla função no diagrama, chegar-se-ia à seguinte representação gráfica da sintaxe do adjetivo adnominal (diagrama I) e do adjetivo adverbal (diagrama II), algo heterodoxa no caso do adjetivo adverbal:

Adjetivo adnominal



Adjetivo adverbal



A meu ver, este dilema, se ~~um~~ nunca ser explicitado abertamente, é bem a origem dos problemas que levaram alguns a propor *small clauses*. Mas esta solução é complicada demais, motivada ainda por cima não pela realidade lingüística mas pelas exigências da teoria lingüística (cf. Winkler 1997: 18-50). A solução é mais simples. Os predicados secundários dependem, sintaticamente, do verbo, e referem-se ao sujeito *temático* deste verbo, que pode ou não aparecer como sujeito gramatical da frase. Podemos, portanto, tirar a linha heterodoxa "_____". Só que se torna então evidente que o esquema

sintático pouco ou nada diz sobre o funcionamento da construção: a referência ao sujeito temático é invisível. É preciso incluir a morfologia, quer dizer, a flexão que diz a quem pertence o adjetivo adverbal, o, até, as próprias qualidades da categoria "adjetivo" que nos faz "buscar" o seu substantivo.

Convém acrescentar mais uma observação: o adjetivo adnominal que é, digamos, o adjetivo normal, faz sempre parte de um grupo nominal, determinando, dentro deste grupo, um substantivo que lhe é sobreordenado (v. diagrama I). O adjetivo adverbal, porém, quando aparece com um sujeito explícito, já não se refere só a uma palavra, isto é, a um substantivo, mas ao grupo inteiro, quer dizer, à unidade sintática que chamamos *sujeito*. Na frase *"As meninas loiras que não dormiram bem durante a noite* chegaram cansadas esta manhã", o adjetivo adverbal refere-se ao conjunto posto em itálico. Refere-se ao sujeito da frase, não só a um substantivo.

Existem predicados secundários que se referem ao objeto direto da frase, como, por exemplo, em *encontrei-a cansada*. Não disponho aqui de espaço suficiente para analisar este caso, mas a análise aqui desenvolvida aplica-se a estes casos também. Não precisamos de *small clauses*.[17] O adjetivo refere-se ao objeto direto da frase, descrevendo uma característica do objeto extralingüístico designado cujo escopo se vê limitado pelo verbo *encontrar*. É mais difícil provar que o objeto direto pode faltar como pode faltar o sujeito gramatical dos adjetivos adverbais referentes ao sujeito. Mas basta considerar outras línguas para nos convencermos. São muito usuais, em alemão e em inglês, verbos compostos do tipo al. *totschießen* 'atirar com o resultado de matar' ou ingl. *to shoot dead.* São verbos lexicalizados que não precisam de objeto direto explícito para funcionarem. Referem-se a um objeto temático genérico, que pode ou não vir explícito na frase.[18]

[17] Com exceção, provavelmente, de frases como *Considero o problema resolvido* que se podem (ou se devem) explicar por uma elipse do verbo *ser*.

[18] Um caso interessante são sintagmas franceses como *servir chaud, boire frais, manger gras,* etc. que se citam sem objeto direto ao qual, teoricamente, se referem os "adjetivos". São expressões com objecto directo implícito. Daí o seu caráter genérico. Tratar-se-ia, conforme esta análise, de adjetivos e não de advérbios.

2. O tipo *ela fala esquisito*

Historicamente, estes advérbios constituem um grupo bastante heterogêneo. Convergem nele advérbios como *alto* em *falar alto*, nascidos como tais no latim, com adjetivos adverbializados do tipo *eles falam esquisito*, freqüentes no português falado coloquial. O termo *adjetivo adverbializado* é algo problemático na medida em que advérbios como *forte* sempre foram advérbios.[19] De um ponto de vista sincrônico, no entanto, o termo faz sentido, por traduzir bastante bem o que o falante hoje faz quando diz *ela fala esquisito* ou *ela corre rápido*. *Rápido* é um adjetivo que, nesta construção, quer dizer ocasionalmente, passou a advérbio. Sincronicamente, o locutor já não saberia distinguir entre os advérbios *alto* e *esquisito*, na medida em que os dois têm a forma de um adjetivo e podem, de fato, funcionar como adjetivos (*uma torre alta, histórias esquisitas*). Distinguem-se, simplesmente, pelo grau de aceitabilidade, sobretudo quando se trata de escrever. Aceita-se então sem problema o tipo *falar alto* e, mais dificilmente, *falar esquisito*.

Analisemos uns exemplos:[20]

Os remadores [...] remavam certo e sem pressa (Saramago: 39).
já que escrevo tosco e sem ordem (Lispector: 14; o sujeito da frase é feminino).
E falo bem baixo para que os ouvidos sejam obrigados a ficar atentos e a me ouvir (Lispector: 76; o sujeito da frase é feminino).

Nos três casos, o adjetivo adverbializado funciona como atributo do verbo, isto é, como advérbio. Serve como caracterizador da ação expressa pelo verbo, quer dizer como advérbio de modo. Não faz sentido interpretar *alto, tosco* e *baixo* como atributos do substantivo-sujeito. Os locutores, conseqüentemente, não flexionam estas formas. E parece ser esta a diferença em comparação com os adjetivos adverbais analisados na primeira parte: estes são flexionados por se tratar de caracterizadores (atributos) de um substantivo-sujeito temático ou explícito. Os adjetivos adverbializados, por sua vez, não sofrem flexão simplesmente porque não caracterizam um substantivo, mas um verbo. São advérbios mesmo. Por isso podemos substituir *correr rápido* por *correr rapidamente*.

Um pequeno teste mostra que a consciência lingüística dos falantes distingue bem o adjetivo adverbal flexionado dos adjetivos adverbializados

[19] Teyssier, por exemplo, diz que "os adjectivos podem desempenhar a função de advérbios (p. 320)". Menciona os exemplos *falar alto* 'parler haut', *falar difícil* 'employer un langage difficile' e *andar direito* 'marcher droit'. As traduções francesas mostram que este tipo não é estranho a outras línguas românicas.

[20] Mais exemplos em Figueiredo 1955: 129.

invariáveis. Uma frase como *ela fala baixa*, bastante artificial do ponto de vista da norma lingüística, obrigaria a imaginar alguma posição física da pessoa que fala. O mesmo aconteceria, se opuséssemos a frase, usual no Brasil, *ela joga sujo* à frase inusual *ela joga suja*. Na primeira frase, o advérbio *sujo* caracteriza metaforicamente uma maneira de jogar que não respeita o *fairplay*; na segunda frase, o adjetivo *sujo* caracterizaria, se alguém pronunciasse esta frase, o fato de a pessoa estar suja enquanto joga. Vemos aparecer nitidamente uma intuição lingüística que distingue entre *sujo*-advérbio e *sujo*-adjetivo.[21] Do mesmo modo, podemos confrontar a expressão usual *dormimos picado* 'dormimos sem interrupção' com a frase *dormimos picados* que significaria 'picados por insetos', se alguém chegasse a pronunciá-la.

Mas não é preciso tanto artifício para pôr em evidência a diferenciação das duas construções na consciência lingüística dos locutores. Existem provas nos textos literários do nosso corpus. No seguinte exemplo *direito* tem valor adverbial:

Não posso ver direito, só distingo os vultos (Fagundes Telles: 141).

Direito é atributo do verbo *ver*. É advérbio e não sofre flexão. É muito freqüente este emprego do advérbio *direito* na linguagem coloquial, sobretudo no Brasil. Consideremos agora o emprego de *direito* na seguinte citação:

a procissão é uma serpente enorme que não cabe direita no Rossio e por isso se vai curvando e recurvando como se determinasse chegar a toda a parte [...] (Saramago: 52).

Neste exemplo, que é preciso ler duas vezes para compreender bem, por causa da alta freqüência de *direito*-advérbio, *direito* não caracteriza o verbo mas o substantivo *a serpente*. Saramago exprime, pela forma flexionada *direita*, que a serpente não caberia no Largo do Rossio se tivesse uma forma linear por ser demasiado comprida. *Direito* funciona como adjetivo. A sua ocorrência num texto literário não é por acaso. Este emprego, bem menos usual que o do advérbio homófono, pertence a um estilo elaborado. A mesma oposição de adjetivo adverbializado e adjetivo adverbal se observa nos seguintes exemplos:

[21] Por isso, os exemplos do já citado Thomas não convencem. Não tenho a certeza de que se diga indiferentemente *Elas corriam ligeiras como o vento* ou *Elas corriam ligeiro como o vento* (1969: 47). A frase é demasiado literária para pertencer à linguagem falada coloquial, como Thomas pretende. Semanticamente faria sentido escrever *Elas corriam ligeiras*. A extensão da frase por *como o vento* acentua a dinâmica processual que causa certa contradição na frase. Seria mais lógico escrever *As nuvens vogavam/passavam ligeiras como penas*. Do ponto de vista do sentido da frase, *correr ligeiro como o vento* parece melhor, porque o valor adverbial da forma invariável se enquadra bastante bem, embora possamos duvidar de que se escreva uma tal frase. O trabalho de Thomas carece de exemplos autênticos citados da linguagem falada e, sobretudo, de uma diferenciação dos registros.

"um passarinho [...] seguia reto em direção ao sol" (Fagundes Telles: 78).

"Mas o homem de pé sobre o único pé - dorme reto" (Lispector: 97).

No primeiro exemplo, *reto* é advérbio. Caracteriza a maneira de voar. No segundo exemplo, *reto* chama a atenção para a posição do homem que dorme, embora esta interpretação não seja visível porque o sujeito masculino não exige flexão. Sendo a colocação "verbo + *reto*" a mesma, o ouvinte ou leitor destas frases não tem nenhuma marca formal para distinguir *reto*-advérbio de *reto*-adjetivo. É um mero fato de *interpretação*.[22]

Convém chamar a atenção para mais uma diferença entre adjetivos adverbais e adjetivos adverbializados. Construções com adjetivos adverbais costumam ser únicas, quer dizer, são resultados de uma produtividade livre. O falante junta verbo e adjetivo *ad hoc*. Os adjetivos adverbializados, no entanto, são altamente usuais e muitas vezes fixos. Poder-se-ia falar de séries fechadas ou quase-fechadas.[23] Muitas destas combinações são sintagmas fixos com sentido metafórico: *jogar sujo, passar batido, dormir picado*. São sintagmas que o falante apreende como expressões estabelecidas. Também são típicos, por outro lado, esquemas do tipo "*falar* + X", onde X é substituível por toda uma série de adjetivos adverbializados (*falar alto, baixo, claro, errado, grave, suave,* etc.).

O falante não tem problemas em fornecer toda uma lista de expressões deste tipo quando se lhe dá um exemplo. E não os cita numa frase inteira, com sujeito, mas como sintagma, por exemplo, *passar batido*. Tal não acontece com os adjetivos adverbais. Nem sequer "*chegar* + ADJ", que é uma das poucas construções que se utilizam com certa freqüência na linguagem falada, conhece qualquer tipo de fixação sintagmática. O locutor normalmente não é capaz de mencionar construções semelhantes a partir do exemplo *ela chega cansada.* São construções livres e produtivas que o falante realiza com as regras produtivas do sistema lingüístico. As construções com adjetivo adverbializado, pelo contrário, precisam de ser normais e usuais, embora não forçosamente em qualquer registo lingüístico. Dependem funcionalmente de condições bastante restritivas.

[22] O caso de *direito, direto/direto* e *reto* mereceria um estudo à parte. Cabe mencionar, entre outras particularidades, a flexão mecânica do advérbio em frases como *Vamos directos à praia* (Portugal) onde a flexão do advérbio (!) reflete mecanicamente e sem função a desinência do verbo *-os*. Cf. Castilho [2]1991: 117-8.

[23] Vilela fala também de fórmulas já lexicalizadas: *falar/chorar/rir alto/baixo, vender/custar caro/barato, respirar fundo*, etc. (1995b: 190). Curiosamente, fala também em produtividade não só em relação a *vestir jovem, votar laranja* como também referindo-se às tais fórmulas lexicalizadas (*falar alto, pagar caro, falar grosso*) (ibid: 193).

Não é fácil descrever estas condições de funcionamento dos adjetivos adverbializados, uma vez que constituem um conjunto histórica e sincronicamente heterogêneo. Queria, no entanto, esboçar algumas linhas de argumentação que talvez possam contribuir para uma melhor compreensão dos fenômenos.

Uma das condições que se impõem aos adjetivos adverbializados é a sua colocação: aparecem sempre junto ao verbo. Esta estreita ligação e até fixação sintagmática de verbo e adjetivo adverbializado tem causas funcionais. Não dispondo de marca morfológica, o adjetivo adverbializado precisa de aparecer junto ao verbo. Pode, quando muito, introduzir-se um advérbio de intensidade: *chorar bem manso, falar bem baixo,* etc. Não se trata porém de uma excepção à regra na medida em que *bem manso* é uma simples extensão interna do grupo adverbial. Na minha coleção de exemplos não aparece nenhuma exceção a esta regra. Pelo contrário, o advérbio de modo marcado, isto é, o tipo *rapidamente*, é bem mais móvel quanto à sua posição na frase.

Mas a regra da ocorrência junto ao verbo, melhor dito: depois do verbo, ainda não chega para descrever a construção, uma vez que os adjetivos adverbais também ocorrem em posição pós-verbal. Para evitar a ambiguidade potencial de construções como *ela chora manso* e *ela chora mansa*, o locutor prefere adverbializar adjetivos que são pouco ambíguos a este respeito. São estes, por exemplo, adjetivos como *rápido* e *lento,* cujo significado lexical está predestinado a caracterizar uma ação. Quando aparecem junto a um verbo, como, por exemplo, em *ela corre rápido*, o ouvinte só pensa em relacionar *rápido* com o verbo, e não com o sujeito, por causa do seu conteúdo lexical.[24] Por isso mesmo, o advérbio *rápido* não precisa da marca *-mente*. A linguagem coloquial faz uso desta possibilidade de economia. O mesmo acontece com adjetivos abstratos como *automático, urgente, dire(c)to, fácil*, etc., que são outros adjetivos adverbializados típicos.

A falta de marca morfológica é tolerável, além disso, quando o adjetivo adverbializado entra num esquema sintagmático do tipo "*falar* + X". Os brasileiros questionados preferem nitidamente formas não flexionadas (adjetivos adverbializados) com o verbo falar: *ela fala errado* vs. *(?)ela fala errada*, *falam suave* vs. **falam suaves*.

Uma última possibilidade para viabilizar adjetivos adverbializados é a sua metaforização e fixação sintagmática como em *jogar sujo*. São expressões que encontramos como tais no dicionário. Pertencem à norma lingüística.

[24] Isto não quer dizer que os falantes, ou sobretudo autores de textos literários, não possam, por motivos expressivos, utilizar uma frase como *ela corre rápida*. Cf. Hundertmark-Santos Martins que explica o uso dos adjetivos adverbais pela sua expressividade (1998: 247).

Creio que a grande maioria de adjetivos adverbializados obedece a um dos critérios que acabo de mencionar. Pode haver algumas exceções que se justificam pelo contexto, sobretudo no Brasil, onde o advérbio sem a marca *-mente* é provavelmente o esquema dominante na linguagem falada coloquial. Um esquema dominante já não precisa de ser marcado pelas restrições acima mencionadas. Existe então uma certa liberdade relativamente a um núcleo de adjetivos adverbializados que correspondem aos critérios mencionados.

As seguintes listas de exemplos, que registei na linguagem falada coloquial durante estadas em Portugal e no Brasil, confirmam a validade dos critérios acima mencionados, pelo menos como tendências:

Portugal:

mandar urgente a.c.
a máquina desliga automático
fazer/falar/pintar diferente
pedir directo à administração
vens direitinho a
eles falam esquisito
abusar imenso do tempo
alugar mais fácil a.c.
escrever horroroso
fazemos isso independente
as pessoas gostam de comer lento
secar rápido
é preciso dizer exacto

Brasil:

jogar aberto/duro/pesado/sujo
passei batido [sujeito feminino]
vamos falar claro
preciso contar direitinho
entrou direto
trabalhar duro
dormimos picado
comer escondido
comprar separado
ela tem medo de cobrar errado
preciso de pessoas que pensam diferente
resolvi bem espontâneo [sujeito feminino]
engordar fácil
falar gozado/errado/grave/suave/esquisito
faz mal comer nervoso
Pega leve, pelo amor de Deus!
penso negativo [sujeito feminino]
o rim funciona acelerado
parar rápido
comparecer urgente
deslizar legal

Na lista dos adjetivos adverbializados do português de Portugal não aparece nenhum particípio do passado. É que este tipo de adjetivo significa características estáticas, quer dizer, estados em que se encontra alguém. Por isso mesmo cumpre otimamente as condições para o emprego como adjetivo adverbal: *ela chega cansada.* A maior parte dos adjetivos adverbais são de

fato particípios do passado (Hummel 2000: 82-87). E é esta característica que torna mais difícil a adverbialização destes adjetivos, na medida em que têm pouca ou nenhuma afinidade para caracterizar processos, como se pode verificar pelo contraste de *ela chega cansada*, frase perfeitamente aceitável, e *ele chega cansadamente*, que seria uma frase pouco usual.

Na lista dos adjetivos adverbializados no português do Brasil, pelo contrário, aparecem alguns adjetivos que têm a forma de particípios do passado. Os sintagmas *falar gozado* e *falar errado* entram no esquema "*falar* + X". É verdade que os adjetivos subjacentes *gozado* e *errado* têm a forma de um particípio, mas são particípios largamente adjetivados que pouco têm a ver, hoje, com os verbos correspondentes. São adjetivos autênticos e não formas de um verbo. *Jogar pesado*, por sua vez, é uma expressão metafórica sintagmaticamente consagrada. Mas restam os sintagmas *comer escondido* e *comprar separado* onde os adjetivos subjacentes deixam transparecer bastante bem o verbo correspondente. Classifiquei estes exemplos como adjetivos adverbializados porque não estavam flexionados, embora o contexto o tivesse exigido, se se tratasse de adjetivos adverbais. No caso de *comprar separado*, a flexão teria que depender do objeto direto. Mas ouvi *comprar separado as coisas* e não *comprei separadas as coisas*. A explicação que mais convence é a da usualização sintagmática do conjunto "verbo + adjetivo adverbializado" que conduz o falante a já não associar o "adjetivo" ao sujeito ou ao objeto direto, até nos casos onde isso seria possível. O falante apreende *comer escondido* e *comprar separado* como sintagmas independentes, e, ao inseri-los numa frase, já não os relaciona com o sujeito ou objeto explícito da frase. Os sintagmas são tratados como se fossem verbos complexos.

No seguinte exemplo, o sujeito falante é uma mulher, mas *manso* não é flexionado:

Chego a chorar manso de tristeza (Lispector: 89).

Chorar manso é bastante aceitável, mas *chorar manso de tristeza* já é mais ousado, na medida em que faz pensar em uma característica do sujeito de *chorar*. A meu ver, exemplos como este, só se podem explicar pela existência, na consciência lingüística dos falantes, de um verbo complexo *chorar manso*. Este processo de lexicalização confirma-se semanticamente. *Chorar manso* significa "chorar baixinho". No caso de *ela come escondido* com o significado lexicalizado 'comer às escondidas', existe até uma oposição semântica com a variante não lexicalizada *ela come escondida* '= escondida mesmo'. A existência dos sintagmas *comer às escondidas* (usual em Portugal) e *chorar de mansinho* (usual no Brasil) aponta para uma possível explicação dos verbos complexos como compressão econômica de sintagmas mais explícitos.

Examinamos, até agora, a dimensão paradigmática do uso dos adjetivos adverbializados. Mas talvez seja mais importante para a explicação do emprego destes advérbios, e nomeadamente para a sua flexão, a dimensão sintagmática. Os meus dados não permitem explorar esta dimensão como mereceria. Limito-me a chamar a atenção para um dos resultados obtidos de um questionário que entreguei a 3 falantes brasileiros paulistas ou cariocas. As seguintes frases foram comentadas unanimemente pelas respostas entre parênteses:

(6a) *As pessoas gostam de comer muito lento.* [usual]

(6b) *As pessoas gostam de comer muito lentas*. [não aceitável]

(6c) *Ela come lento*. [não aceitável]

(6d) *Ela come lenta.* [usual]

Parece que as formas não flexionadas se aceitam melhor à medida que aumenta a distância do sujeito de *comer* e que se estabelece uma independência sintática do conjunto "verbo + adjetivo/advérbio". Recordemos que os adjetivos adverbializados se fixam na consciência lingüística dos falantes preferentemente sob a forma "verbo + adjetivo adverbializado". Os exemplos (6a-d) mostram que existem distribuições sintáticas que favorecem a ocorrência destas formas. Semanticamente, as ocorrências com relativa distância ou independência dos adjetivos adverbializados correspondem a um emprego tendencialmente *genérico* do sintagma "verbo + adjetivo adverbializado". O processo designado não é percebido como processo específico executado por um sujeito específico mas como *tipo de processo*, por exemplo "comer lento", que, nas frases atuais da linguagem, é executado *ocasionalmente* pelo sujeito específico da frase. Corresponde a esta análise semântica o fato de os falantes costumarem apreender os adjetivos adverbializados juntamente com um verbo ou um grupo de verbos.

Em construções com vários adjetivos/advérbios intervém, a meu ver, um outro fator: O falante tem tendência a recorrer às formas não marcadas sempre que uma ou mais destas formas têm uma afinidade adverbial e são utilizadas freqüentemente na variante adverbializada, como no caso de *lento* e *macio,* no seguinte exemplo:

Tremeluz e é elástico. Como o andar de uma negra pantera lustrosa que vi e que andava macio, lento e perigoso (Lispector: 32).

Este exemplo leva-nos a formular uma hipótese ousada: não será possível pensar que o português do Brasil esteja implicado, pelo menos no uso lingüístico de alguns falantes, numa tendência que deixa o ouvinte decidir, conforme o sentido da frase, se a palavra invariável que se segue a um verbo funciona como atributo do sujeito ou como atributo do verbo? Em Portugal não se observa tal tendência. No Brasil, esta tendência insere-se numa tendência geral para o

enfraquecimento da flexão nominal.[25] Callou cita um exemplo que pertence a um dialecto rural em Mato Grosso onde o adjetivo pode ser analisado como adjetivo adverbal não flexionado:

eu vim de lá *pequeno* (indagada a informante sobre o lugar de onde viera) (Callou 1998: 265).

Temos que explicar mais um fato que parece caracterizar o emprego dos adjetivos adverbializados: as opiniões dos falantes sobre a usualidade ou aceitabilidade costumam ser diferentes. A causa principal é, provavelmente, que o falante se vê confrontado com um problema de norma lingüística. Aprendeu, por exemplo, que tal ou tal construção não deveria ser escrita nem ser utilizada na linguagem falada culta. Por isso é muito importante basear-se, empiricamente, em frases realmente pronunciadas. Um outro fator que intervém é a falta do contexto situacional em que a frase ocorreu, quando se pergunta se uma das frases acima mencionadas é usual ou não. Na linguagem coloquial, a situação em que uma frase foi pronunciada, é de grande importância. As divergências nas opiniões expressas pelos falantes têm que ver, além disso, com a tendência para utilizar adjetivos adverbializados em gíria, quer dizer, em linguagens próprias de um grupo social. Algumas séries como *jogar aberto/duro/pesado/sujo* surgem, sobretudo, quando se fala de desporto. Na linguagem do jornalismo político surgem sintagmas como *votar laranja/socialista,* etc. mencionados por Vilela (v. *supra)* que resultam de uma compressão econômica de frases como *votar pelo partido socialista*. Em francês, é freqüente, na linguagem coloquial, reduzir os sintagmas *parler de politique* a *parler politique*. *Politique* é substantivo aqui, mas o resultado da compressão poderia ser interpretado por analogia com *parler clair*, por exemplo. Estes exemplos mostram mais uma vez a heterogeneidade das fontes de onde nascem sintagmas que se integram ou parecem integrar-se no paradigma dos adjetivos adverbializados.

O levantamento de dados por questionário que fiz não permite obter resultados estatísticos por causa do pequeno número de falantes interrogados (3 brasileiros, 3 portugueses). Não me parece sem interesse, no entanto, apresentar, a título de exemplo, os resultados da comparação de 2 questionários. Trata-se das respostas de 2 lingüistas, uma de São Paulo, a outra de Lisboa. As respostas são comparáveis, sobretudo porque os dois falantes compreenderam espontaneamente possíveis diferenças de interpretação, como, por exemplo, entre *jogar sujo* (adjetivo adverbializado) e *ela joga suja* (adjetivo adverbal). Cada uma das 69 perguntas do questionário, baseadas nos *corpora* literário e

[25] V. as contribuições ao volume *'Substandard' e mudança no português do Brasil* (Große/ Zimmermann 1998).

coloquial falado do presente estudo, continha duas frases: uma com a variante flexionada do adjetivo, a outra com a não flexionada. Os falantes tinham que indicar se a variante é usual ou não. Tive que excluir, *a posteriori,* 5 exemplos por causa de ambigüidades imprevistas. Convém excluir, além disso, 7 brasileirismos (*dormir gostoso, dormir picado, passar batido, falar gozado, conversar legal, beijar gostoso, escrever horroroso*) que não permitiram nenhuma avaliação do uso no caso do português de Portugal. 32 das restantes 52 perguntas foram respondidas identicamente pela professora brasileira e pela professora portuguesa. Em 17 casos, a falante brasileira aceitou a variante não flexionada onde a falante portuguesa a rejeitou. O contrário só aconteceu num caso. Torna-se portanto evidente uma nítida preferência pela forma não flexionada no Brasil. Cabe recordar que, no caso dos brasileirismos excluídos, a forma não flexionada é também a mais usual ou a única possível. O alto grau de usualidade destes brasileirismos contribui sem dúvida para a expansão das formas não flexionadas em geral. A falante portuguesa aceitou em 8 casos a forma flexionada, interpretando-a como adjetivo adverbal, onde a brasileira a rejeitou. A falante brasileira aceitou 3 formas flexionadas onde a colega portuguesa as rejeitou - mas o motivo foi diferente. Parece haver uma tendência na linguagem popular para flexionar certas formas que não se flexionam na linguagem coloquial usual (por exemplo *ela fala esquisita).* Correspondem a casos como *vamos diretos a,* usuais em Portugal, onde o falante flexiona o advérbio mecanicamente.

3. *Falar rápido* vs. *falar rapidamente*

Não é fácil compreender e explicar a pouca freqüência dos adjetivos em *-mente* na linguagem coloquial falada. Será mesmo tão baixa a freqüência? Os locutores, lingüistas ou não, ficam muito em dúvida quando confrontados com tal afirmação. Já acreditam mais quando se diz que os advérbios de frase, como em *felizmente veio,* são freqüentes, sim, mas não advérbios de modo atributos de um verbo como em *vir tranqüilamente.* Na observação imparcial é evidente: são pouco usuais. Na *Gramática do Português Falado* quase desaparecem no quadro referente aos tipos de advérbios. Os advérbios de modo modificadores de um verbo são uma categoria marginal entre 32 outras categorias.[26] O grupo dos chamados "advérbios qualitativos", que reune

[26] Castilho ²1991: 95-7. São mencionados os seguintes advérbios: *calmamente, precocemente, completamente, rapidamente, globalmente, pausadamente, brabamente, permanentemente, exageradamente, seriamente, inteiramente, exclusivamente, diretamente* (págs. 115-7). Alguns preenchem um papel de intensificador (*seriamente*), outros referem-se ao tempo (*precocemente*). No caso do português falado em Portugal, Brauer-Figueiredo chama a atenção para o emprego do advérbio em *–mente* como intensificador expressivo tanto do adjetivo (*extremamente árido)* como também do verbo (*coisas que me interessavam loucamente*), com menor freqüência no segundo caso, a julgar pelos seus exemplos (Brauer-Figueiredo 1999: 392-4).

advérbios modificadores de verbos ou de adjetivos, tem 155 ocorrências no corpus desta gramática. Esta freqüência absoluta corresponde a 12% dos advérbios do corpus (Ilari 1992: 299-303). Uma análise mais pormenorizada leva Antônio de Oliveira a reduzir este número a 116 ocorrências (Ilari 1992: 299-303). 35 destas ocorrências correspondem a advérbios modificadores de um adjetivo. 32 delas são realizadas por *bem* (30) ou *mal* (2). O único advérbio em *-mente* mencionado é *tipicamente*. A freqüência dos advérbios modificadores de um verbo é de 81. Este grupo contém os advérbios muito freqüentes *bem* e *depressa*. Os advérbios em *-mente* mencionados são *categoricamente, rapidamente, precocemente* e *calmamente*. O autor infelizmente não indica as freqüências exatas. Dado que deveríamos excluir as formas *bem* e *depressa*, podemos concluir que a ocorrência dos advérbios em *-mente* modificadores de um verbo deve ser bem inferior a 81, num corpus de 1264 advérbios, isto é, inferior a 6%.[27] É evidente que estes advérbios não constituem o centro do emprego dos adjetivos em *-mente* na linguagem falada. A realidade da língua falada contradiz, portanto, as gramáticas e o ensino do português, onde a função principal dos advérbios em *-mente* parece ser a de atributo de verbos.[28] O menos que se pode dizer é que existe um hiato entre a alegada função fundamental deste advérbio[29] e a freqüência do advérbio nesta função. E recordemos que o corpus utilizado na *Gramática do Português Falado* não corresponde à linguagem coloquial mas à linguagem falada culta, o que poderia levar a sobreestimar a freqüência deste tipo de advérbios, como vamos ver no que se segue.[30]

Mas como enquadrar neste cenário a seguinte observação de uma professora universitária brasileira? Os professores que corrigem os trabalhos escritos dos alunos vêem-se confrontados com um sem-fim de advérbios em *-mente* atributos de um verbo. É óbvio que os falantes sabem utilizá-los. A única explicação adequada parece ser a seguinte: Os advérbios de modo atributos de um verbo correspondem à linguagem elaborada, a uma linguagem que serve para alguém se exprimir diferenciadamente. Ora bem, a necessidade ou desejo de exprimir-se elaboradamente são mínimos na expressão diária, no registo coloquial. Basta

[27] Não é portanto tão óbvio como o pretende Bhat (1994: 19) considerar os advérbios modificadores de um verbo como advérbios prototípicos.

[28] Vilela exprime esta situação: "Há, em relação aos advérbios, uma tendência para distinguir um centro e uma periferia: os advérbios centrais, os que actuam a nível da palavra - o verbo, os actantes - que é especificada semanticamente [...] e os que exprimem paradigmaticamente uma circunstância (os advérbios de lugar e os de tempo), estes já fora do centro, e, finalmente, os advérbios da periferia, os chamados "advérbios de frase" [...] (Vilela 1995a: 191)".

[29] "O advérbio é, fundamentalmente, um modificador do verbo (Cunha/Cintra 1985: 529)".

[30] Cf. Zimmermann 1998 sobres os termos *língua culta* e *língua não culta*.

que o locutor disponha de uma série relativamente limitada de advérbios de modo, advérbios estes que justamente correspondem a antigos advérbios consagrados como *forte, alto, devagar, depressa,* etc. Dito de outra forma: estes adjetivos são freqüentes porque correspondem às necessidades expressivas do registo coloquial, isto é, o registo básico de qualquer língua natural. Deve ter sido esta usualidade que contribuiu, historicamente, para preservar alguns deles da moda do sufixo *-mente* (v. Lapa [11]1982: 243). Temos assim duplicações como *forte-fortemente.* A forma concorrente *fortemente* não conseguiu substituir-se a *forte*. No caso de *alto-altamente*, desenvolveu-se uma especialização funcional, limitando-se o último à função de intensificador de adjetivos. Outra conseqüência importante: no registo coloquial, que corresponde ao nível de expressão habitual de muitos falantes, sobretudo em épocas passadas, estes advérbios curtos constituem o modelo dominante que os falantes podem utilizar quando precisam de se expressar mais pormenorizadamente. Daí, possivelmente, a origem de frases como *ela come nervoso* ou *ela fala esquisito.* Mas estas extensões, possíveis mas bastante limitadas, não satisfazem os desejos de expressão da linguagem culta. O falante recorre então a uma outra série produtiva: a dos advérbios em *-mente,* baseada na lista quase ilimitada de adjetivos. É isto que acontece quando os alunos chegam à universidade: utilizam os advérbios em *-mente* para a linguagem escrita culta. A diferença relativamente ao português de Portugal, aliás, não é a de haver maior freqüência de advérbios em *-mente* atributos de um verbo na linguagem coloquial. Também não se ouvem muito. A situação é mais ou menos a mesma. O que é diferente é a maior limitação do emprego dos adjetivos adverbializados.

4. Português falado e português escrito

Como é sabido, "o" português falado e "o" português escrito não existem como registos da linguagem.[31] Quem fala assim, pensa normalmente na oposição entre o português coloquial e o "bom" português de textos literários. Esta análise já é mais acertada, apesar de haver, sobretudo na literatura do século XX, obras literárias com elementos de estilo falado coloquial. Se a seguir distinguimos entre a ocorrência de adjetivos adverbais e de adjetivos adverbializados em textos literários, por um lado, e em linguagem falada, por outro, é simplesmente por motivos empíricos. O corpus literário analisado é constituído pelas obras literárias mencionadas na bibliografia. A coleção de exemplos da linguagem falada coloquial foi feita no dia a dia durante estadas

[31] V. por exemplo Biber 1988.

em Portugal e no Brasil.[32] As estadas em Portugal somam-se em vários meses de observação, enquanto que as estadas no Brasil se reduzem a poucas semanas. Eis aqui os resultados (os números entre parênteses correspondem à freqüência ao nível dos *types*, indicando a primeira cifra os *tokens*):

Português de Portugal

	literário	coloquial falado
adjetivos adverbais	91 [77]	12 [11]
adjetivos adverbializados	17 [10]	33 [18]

Português do Brasil

	literário	coloquial falado
adjetivos adverbais	95 [82]	32 [26]
adjetivos adverbializados	14 [14]	71 [31]

Apesar da heterogeneidade dos textos literários, que de certo modo refletem a heteroglossia social, surgem tendências bastante nítidas na comparação das colunas "literário" e "coloquial falado". O que mais salta à vista é a alta freqüência dos adjetivos adverbializados na linguagem coloquial falada do Brasil. Confirma o que os próprios falantes costumam saber: os brasileiros usam e, para alguns, abusam da adverbialização dos adjetivos. Como já vimos, alguns deles são considerados brasileirismos pelos portugueses. A freqüência é bem mais alta que nos textos literários onde predominam, tanto no Brasil como em Portugal, os adjetivos adverbais. Os adjetivos adverbais pertencem à linguagem elaborada. Encontrei, só em *O Crime do Padre Amaro* de Eça de Queirós, 226 exemplos em 490 páginas.[33] Em jornais de Portugal, que analisei durante cerca de um mês, registei 41 adjetivos adverbais e só onze adjetivos adverbializados. Confirma-se assim tanto a fraca permeabilidade de textos escritos não coloquiais a este tipo de advérbio como também o carácter literário dos adjetivos adverbais, na medida em que a sua freqüência em jornais

[32] Excluí alguns exemplos anotados que outros falantes julgaram absolutamente inaceitáveis e inusuais. Fiz isso para evitar as dúvidas que surgem ao ler Thomas 1969 ou o estudo de Kany sobre o espanhol americano (sobretudo Kany 1969: 53-5), onde o leitor se pergunta se a frase citada realmente foi dita assim. Mais vale reter frases aceitas por mais de um falante do que entrar numa polêmica que dificilmente se pode evitar no campo do emprego dos adjetivos adverbializados.

[33] V. Hummel 1998: 154. Excluí, como é evidente, os adjetivos destacados, isto é, o tipo *A senhora chegou, cansada.*

é bem inferior à dos textos literários. O critério distintivo não é o caráter falado ou escrito do texto mas a oposição literário vs. não literário, no caso dos adjetivos adverbais, e elaborado-culto vs. coloquial, no caso dos adjetivos adverbializados. Estes últimos são pouco freqüentes em textos escritos pela simples razão de que estes textos costumam pertencer à expressão culta dos falantes. Cada um sabe que certas coisas se dizem, mas não se escrevem. Na comunicação informal, em cartas entre amigos, por exemplo, os adjetivos adverbializados abundam tanto como na linguagem falada coloquial.

É importante ver que não se trata de uma tendência meramente portuguesa ou brasileira mas sim românica. Ao comparar a linguagem falada culta na Cidade do México com a linguagem falada não culta, de Mello observa que a freqüência dos adjetivos adverbializados é duas vezes maior no segundo caso (1992: 227-8). O emprego dos advérbios em *-mente* aumenta, portanto, com o nível de formação e cultura lingüísticas. Na França, os dados reunidos por mim vão no mesmo sentido, embora os adjetivos adverbializados se encontrem marginalizados após um século de escolaridade obrigatória (Hummel [em preparação]). Poder-se-ia concluir que a freqüência dos advérbios em *-mente* vai aumentando com o prestígio da norma lingüística do correto na consciência dos falantes. Por isso, a freqüência dos adjetivos adverbializados na Europa não é, provavelmente, menor do que no Novo Mundo, por se tratar de formas menos tradicionais utilizadas abusivamente, mas pelo maior peso da prática e tradição normativas em todas as camadas sociais.[34]

A freqüência dos adjetivos adverbais no português coloquial do Brasil é inferior à dos adjetivos adverbais no corpus literário, mas esta freqüência sempre é quase três vezes superior à de Portugal. Na linguagem falada coloquial do Brasil, tanto os adjetivos adverbais como os adjetivos adverbializados são mais freqüentes do que em Portugal. Será que se sustentam mutuamente? É possível, mas os dados não nos permitem afirmá-lo com certeza.

A comparação das freqüências *type/token* no português coloquial confirma a tendência para a fixação dos adjetivos adverbializados: algumas formas são altamente recorrentes. Os mais freqüentes são, no Brasil: *rápido* (19 vezes), *fácil* (10), *errado* (4) e *separado* (4); em Portugal: *rápido* (6), *direto* (5), *direito* (3) e *diferente* (3).[35] No que diz respeito aos verbos, convém mencionar, nas construções com adjetivos adverbializados, a freqüência elevada

[34] Cf. Zimmermann (1988:28) que chama a atenção para a atitude tolerante dos brasileiros em relação à variação lingüística.

[35] Só registei uma vez as formas *falar alto/baixo,* que apareceriam com muita freqüência, se as tivesse registado todas. Convém mencionar que os falantes portugueses parecem confundir os advérbios *direto* e *direito,* que atualizam o mesmo sentido nas frases registadas.

de *ir* (6), *falar* (4) e *fazer* (4), em Portugal, e de *falar* (9), *fazer* (5) e *jogar* (4), no Brasil.

Pelo lado dos adjetivos adverbais, a recorrência é mínima. O único caso digno de ser mencionado é o adjetivo *tranqüilo*, no português falado coloquial do Brasil, que aparece três vezes. A fixação é, portanto, bem fraca. Mas parece haver, tanto em Portugal como no Brasil, um núcleo de verbos que aparece com adjetivos adverbais. São verbos que, semanticamente, favorecem a menção de um estado do sujeito: *voltar, acordar, chegar, entrar, nascer, terminar*.[36] Este núcleo parece ser uma característica da linguagem falada coloquial, na medida em que no corpus literário nos encontramos perante uma manifesta variedade de verbos. Aí estes verbos também aparecem com maior freqüência. Juntam-se-lhes, no entanto, outros verbos: *correr* (8 vezes), *morrer* (8), *olhar* (8), *chegar* (6), *dormir* (6), *sair* (6), *ir* (5), *cair* (4), *nascer* (4), *sorrir* (4), *subir* (4), *caminhar* (3), *entrar* (3), *voltar* (3).[37] Nos adjetivos do corpus literário predomina igualmente a variedade. Só têm maior freqüência *sentado* (5), *absolvido* (3), *desafiante* (3), *inteiro* (3) e *mudo* (3) [I]. Basta um autor ter preferência por um adjetivo específico para que este adjetivo apareça entre os mais freqüentes do corpus. No corpus de romances de Eça de Queirós utilizado em Hummel 1998, os adjetivos mais freqüentes são *furioso, sério, aterrado, junto, comovido, impaciente* e *morto* [II] (1998a: 173). O fato de não haver nem um adjetivo idêntico nas listas [I] e [II] leva à conclusão de que as preferências observadas são de ordem estilística. Dependem de opções individuais.

Mas não é só o emprego de tal ou tal verbo ou adjetivo que depende de opções estilísticas. O mesmo vale até para o emprego das construções. O quadro seguinte mostra as preferências dos autores do nosso corpus:

	adjetivos adverbais	adjetivos adverbializados
Lygia Fagundes Telles	61	2
Clarice Lispector	34	12
José Saramago	86	12
Luis de Sttau Monteiro	5	5

[36] As respostas ao questionário confirmam estes dados. Os falantes não aceitaram formas não flexionadas com estes verbos (*acordei assustada* mas não **acordei assustado* com sujeito feminino) com exceção de adjetivos adverbializados típicos: *Não tive tempo sequer de chegar direito* é usual, até quando fala uma mulher, *Não tive tempo sequer de chegar direita* não é de excluir, mas não seria corrente. Seria até mais popular.

[37] Não havendo qualquer especificidade diatópica, no caso dos adjetivos adverbais, reuni os dados dos *corpora* literários brasileiro e português para aumentar a relevância estatística.

Não é por acaso que o romance *Um Homem não Chora* de Sttau Monteiro contém tão poucos adjetivos adverbais. Trata-se de um texto neo-realista escrito num estilo simples e sóbrio. Os adjetivos adverbais não penetram neste estilo pelo mesmo motivo por que se vê limitado o seu emprego na linguagem falada coloquial: são próprios de um estilo elaborado, como, por exemplo, o de José Saramago. O caráter essencialmente estilístico do emprego dos adjetivos adverbais impede qualquer diferenciação do português do Brasil do de Portugal. Depende de cada autor, individualmente. É por isso que só os dados referentes à linguagem falada coloquial do Brasil e de Portugal se prestam à análise de diferenças diatópicas entre os dois espaços lusofalantes.

Conclusão

A partir da base empírica de um corpus literário e de exemplos tirados do português falado coloquial do Brasil e de Portugal, mostrei que os locutores distinguem bem entre aquilo a que chamo adjetivos adverbais, que são adjetivos autênticos funcionando como atributo do sujeito gramatical ou temático da frase, e aquilo a que chamo, a partir de um ponto de vista exclusivamente sincrônico, adjetivos adverbializados, que são advérbios funcionando como atributos de um verbo. *Ela joga sujo* faz pensar em outra coisa do que *ela joga suja.* Tanto no português de Portugal como no do Brasil, os adjetivos adverbais pertencem preferentemente a um estilo literário elaborado, ao passo que os adjetivos adverbializados fazem parte da linguagem falada coloquial. Ocorrem com maior freqüência no português do Brasil que no de Portugal. Até se registam casos duvidosos que levam os próprios falantes brasileiros a falar em abuso. Trata-se, a meu ver, de uma destas zonas de ambigüidade, de onde, por vezes, surgem mudanças lingüísticas.

Bibliografia

Corpus literário

LISPECTOR, Clarice ([13]1994 [=1973]): *Água Viva*, Rio de Janeiro: Francisco Alves.

MONTEIRO, Luis de Sttau ([5]1973 [=1960]): *Um Homem não Chora*, Lisboa: Ática.

SARAMAGO, José ([22]1994 [=1982]): *Memorial do Convento,* Lisboa: Caminho.

TELLES, Lygia Fagundes ([18]1984 [=1954]): *Ciranda de Pedra*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bibliografia lingüística

AARTS, Bas (1992): *Small Clauses in English*, Berlin / New York: Mouton de Gruyter.

BECHARA, Evanildo ([37]1999): *Moderna Gramática Portuguesa,* Rio de Janeiro: Lucerna.

BHAT, D.N.S. (1994): *The Adjectival Category,* Amsterdam / Philadelphia: Benjamins.

BIBER, Douglas (1988): *Variation Across Speech and Writing*, Cambridge: Cambridge University Press.

BORBA, Francisco S. (1996): *Uma Gramática de Valências para o Português,* São Paulo: Ática.

BRAUER-FIGUEIREDO, Maria de Fátima Viegas (1999): *Gesprochenes Portugiesisch,* Frankfurt: TFM.

CALLOU, Dinah Maria Isensee (1998): "Um estudo em tempo real em dialeto rural brasileiro: questões morfossintáticas", em: Große/Zimmermann (1998: 255-272).

CASTELEIRO, João Malaca (1981): *Sintaxe Transformacional do Adjectivo*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (ed.) ([2]1991): *Gramática do Português Falado*, vol. 1, Campinas: Editora da Unicamp.

CUNHA, Celso Ferreira da/Cintra, Luís F. Lindley (1984): *Nova gramática do português contemporâneo*, Lisboa: Sá da Costa.

_____. (1985): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DEUTSCHMANN, Olaf (1959): *Zum Adverb im Romanischen*, Tübingen: Niemeyer.

FIGUEIREDO, Cândido de (1955): *Gramática Sintética da Língua Portuguesa,* Lisboa: Livraria Clássica.

FIGUEIREDO, J. M. Nunes de (1974): *Compêndio de Gramática Portuguesa,* Porto: Porto Editora.

FONSECA, Joaquim (1989): "Aspectos da sintaxe do adjectivo em português", em: *Línguas e literaturas*, em: *Revista da Faculdade de Letras do Porto* II,6: 43-57.

GÄRTNER, Eberhard (1998a): *Grammatik der portugiesischen Sprache*, Tübingen: Niemeyer.

_____. (1998b): "Zur Entwicklung der Satzstrukturbeschreibung in brasilianischen Gebrauchsgrammatiken des Portugiesischen", em: Hummel, Martin / Ossenkop, Christina (eds.) (1998): *Lusitanica et Românica.* Festschrift für Dieter Woll, Hamburg: Buske: 271-283.

GROßE, Sybille / Zimmermann, Klaus (eds.) (1998): *'Substandard' e mudança no português do Brasil*, Frankfurt: TFM

HUMMEL, Martin (1998): "Textlinguistische und stilistische Aspekte der Verwendung adverbaler Adjektive bei Eça de Queirós", em: Hummel/Ossenkop (1998: 153-176).

_____. (2000): *Adverbale Adjektive im Spanischen. Konstruktionen des Typs* Los niños duermen tranquilos *und* María corre rápido, Tübingen: Niemeyer.

_____. (2001): "Adjetivos adverbales flexionados y adjetivos adverbializados invariables en castellano contemporáneo. Construcciones del tipo *Los niños duermen tranquilos* y *María corre rápido*", em: *Lengua* 12 (Universidad Mayor de San Andrés, La Paz): 9-52.

_____. (2002a), "A conversão do adjetivo em advérbio em perspectiva sincrônica e diacrônica", Actas do *Sexto Congresso da AIL - Associação Internacional de Lusitanistas* (Rio de Janeiro, 08 a 13 de Agosto de 1999), http://www.geocities.com/ail_br/ail.html.

_____. (2002b), "Sincronía y diacronía del sistema atributivo de las lenguas românicas", em: *Lengua* (Universidad Mayor de San Andrés, La Paz) 13: 9-48.

_____. [em preparação]: *Synchronie et diachronie du système attributif français.*

HUMMEL, Martin/OSSENKOP, Christina (eds.) (1998): *Lusitanica et Romanica.* Festschrift für Dieter Woll, Hamburg: Buske.

HUNDERTMARK-SANTOS MARTINS, Maria Teresa ([2]1998): *Portugiesische Grammatik*, Tübingen: Niemeyer.

ILARI, Rodolfo (ed.) (1992): *Gramática do Português Falado*, vol. 2, Campinas: Editora da Unicamp.

KANY, Charles E. (1969): *Sintaxis hispanoamericana,* Madrid: Arco Libros.

LAPA, M. Rodrigues ([11]1982): *Estilística da Língua Portuguesa*, Coimbra: Coimbra Editora.

LAUSBERG, Heinrich (1982): *Lingüística románica: Morfología*, Madrid: Gredos.

LUFT, Celso Pedro ([9]1989): *Moderna Gramática Brasileira,* São Paulo: Globo.

MARRAFA, Palmira (1993): *Predicação Secundária e Predicados Complexos em Português*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Universidade de Lisboa.

MEIER, Harri (1948): "Adjectivo e advérbio", em: *Ensaios de filologia românica*, Lisboa: Edição da Revista de Portugal: 55-114.

MELLO, George de (1992): "Adjetivos adverbializados en el español culto hablado de diez ciudades", em: *Lingüística Española Actual* 14: 225-242.

PEREIRA, Susana Gomes Costa (1997): *Contributos para a Abordagem da Predicação Secundária em Português,* Lisboa: Dissertação de Mestrado: Universidade Nova de Lisboa.

TEYSSIER, Paul (1989): *Manual de Língua Portuguesa (Portugal-Brasil)*, Coimbra: Coimbra Editora.

THOMAS, Earl W. (1969): *The Syntax of Spoken Brazilian Portuguese*, Nashville: Vanderbilt University Press.

VILELA, Mário (1995a): *Ensino da Língua Portuguesa: Léxico, Dicionário, Gramática,* Coimbra: Almedina.

_____. (1995b): *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra (Almedina).

WINKLER, Susanne (1997): *Focus and Secondary Predication*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

ZIMMERMANN, Klaus (1998): "'Substandard' lingüístico, língua não-padrão e mudança no português do Brasil: introdução teórica e metodológica", em: Große/Zimmermann (1998: 11-36).

Leitura e Ensino no Brasil do Século XIX

Leonor Lopes Fávero
PUC/USP/CNPq

O trabalho examina a questão da leitura e do ensino da língua portuguesa na escola brasileira no século XIX, especialmente no Colégio de Pedro II, proposto como modelo. Sem imprensa até a chegada de D. João VI, o que levava necessariamente à impressão fora do país, os livros eram poucos e caros.

> Não era possível que uma indústria colonial fizesse concorrência às da metrópole. (...) A tipografia portuguesa nunca chegou, nessa época, a ser uma verdadeira indústria. Permitir uma tipografia no Brasil era prejudicial aos impressores do Reino. Era também perigoso. Controlar o que se imprimisse num vasto território como o do Brasil, de maneira que não circulassem "a nossa Santa Fé", não era somente difícil, era impossível.
>
> (Borba de Moraes, 1979, p. 65)

Alfredo Ferreira de Carvalho (1908, p. 17) fala de pequena tipografia que imprimia letras de câmbio e orações e que teria sido fechada por ordem régia de 8 de julho de 1706, mas Martins (1957, p. 338), pesquisando o assunto, afirma não ter encontrado vestígios de Ordem Régia e encara com "prudente desconfiança a idéia de que tivesse existido uma tipografia no Recife, naquele ano".

O alvará de 1720 de D. João V proibia a instalação no país de manufaturas, inclusive as dedicadas às "letras impressas". Tentativas de burla não deram resultado, como a de Antônio Isidoro da Fonseca, impressor português que viu frustrada, em 1747, sua experiência de montar uma impressora no Brasil. Isidoro conseguiu imprimir quatro pequenos trabalhos: *Relação da entrada que fez o excellentíssimo e reverendíssimo senhor D. Fr. Antônio do Desterro Malheiro bispo do Rio de Janeiro em o primeiro deste ano de 1747*, redigida pelo juiz de fora Luis Antônio Rosado da Cunha, um folheto de vinte e duas páginas e os avulsos: *Em applauso do Excellentíssimo e Reverendíssimo senhor D. Fr. Antônio do Desterro Malheiro, Digníssimo bispo desta cidade*, com dezessete folhas em que as cinco primeiras continham um *Romance*

Heróico e as restantes epigramas em latim e um soneto em português e as *Conclusões Metafísicas*, tese escrita pelo jesuíta Francisco de Faria (Borba de Moraes, op. cit., p. 63).

Em 6 de julho desse mesmo ano, uma Provisão mandava fechar a tipografia e remeter todo o material para o Reino. Dizia a Provisão:

> Faço saber a vós governador e capitão general da Capitania do Rio de Janeiro que por constar que desse reino tem ido para o Estado do Brasil quantidade de letras de imprensa, no qual não é conveniente se imprimam papéis no tempo presente, nem ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu ofício, aonde as despesas são maiores que no reino, do qual podem ir impressos os livros e papéis no mesmo tempo, em que dele devem ir as licenças da Inquisição do meu Conselho Ultramarino, sem as quais se não podem imprimir, nem correrem as obras; portanto, se vos ordena que, constando-vos que se acham algumas letras de imprensa nos limites do vosso governo, as mandeis sequestrar, e remeter para este reino por conta e risco de seus donos, a entregar a quem eles quiserem, e mandareis notificar aos donos das mesmas letras e aos oficiais da imprensa que houver, para que não imprimam livros, obras ou papéis alguns avulsos, sem embargo de quaisquer licenças que tenham para a dita impressão, cominando-lhe a pena de que, fazendo o contrário, serão remetidos presos para este reino à ordem do meu Conselho Ultramarino, para se lhe imporem as penas em que tiverem incorrido, na conformidade das leis e ordens minhas, e aos ouvidores e ministros, mandareis intimar da minha parte esta mesma ordem para que lhe dêem a sua devida execução e a façam registrar nas suas ouvidorias.
>
> (o documento está em Lajolo e Zilberman, 1999, p. 123).

Com a chegada da Corte em 1808, D. João necessitava de uma tipografia que imprimisse seus atos e deliberações. Nos porões da nau Medusa viera, ainda encaixotada, uma tipografia completa encomendada na Inglaterra pelo futuro Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para sua Secretaria dos Negócios Estrangeiros; na opinião de Borba de Moraes (1993, XVII) o fato de não terem sido esquecidos os caixotes constitui mais uma prova do planejamento da transferência da Corte e não de uma fuga desordenada.

A instalação dessa tipografia deu-se de forma rápida, pois, tendo a Corte desembarcado na Bahia em 22 de janeiro, a 8 de março transferia-se para o Rio, de 13 de maio é o decreto que cria a Real Oficina Tipográfica e já nesse mesmo dia saía o primeiro impresso aí feito: a *Relação dos Despachos publicados na Corte...*, um folheto de 27 páginas que continham não só os despachos assinados no dia, mas todos os atos anteriores incluindo decretos, cartas, nomeação e promoção de oficiais do exército, "desde a feliz chegada de S.A.R." e que não tinham sido publicados por falta de tipografia.

E o que se publicava nessa imprensa? Quem custeava as publicações?

O custo da impressão oficial era coberto pelo Estado, mas Nizza da Silva (1973, p. 445) admite que havia obras encomendadas e pagas pelo Estado, pois documento transcrito em parte por ela e aqui reproduzido a seguir, alude a essa possibilidade: a propósito de uma publicação contra os pedreiros livres, o conde de Linhares escreveu a José Bernardes de Castro, da Junta Diretora da Impressão Régia:

> ... sendo o folheto junto cheio de obscenidades, e não combatendo como era de esperar os falsos princípios e péssimas conseqüências, a ridícula seita dos pedreiros livres, deve ao menos deixar-se conhecer ao público que é obra que o governo consentiu que se imprimisse, mas que não mandou imprimir, e eu me lisongeio de que Vm. não imprimiu tal folheto por conta da Impressão Régia.

Quando isso não acontecia, eram os próprios autores que pagavam pela impressão e o faziam através de subscrição e, no caso de não haver subscritos em número suficiente para o custeio da obra, esta não viria à luz. O chamamento para a subscrição se dava ou por anúncios que o autor mandava publicar nos jornais ou por prospectos que enfatizavam o interesse e a utilidade da obra. Assim, Monsenhor Pizarro financiou suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, argumentando, no prospecto publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 73 de 1819:

> Pretende o autor das memórias sobreditas levá-las à estampa, rogando por isso ao público assaz distinto (em utilidade de quem se desvelou) queira prestar-lhe o seu honroso obséquio de assinatura de 8$000 réis.
>
> (Id. ibid.)

Durante o período de 1808 a 1822, a Impressão Régia deteve o monopólio da imprensa e a censura se fazia com mão forte. O monopólio e a censura terminam somente em 1821 pela Constituição imposta a D. João após a Revolução do Porto em 1820. Segundo o mesmo Borba de Moraes (1979, p. 118), teriam sido impressos no período 1250 livros; Hallewell (1985, p. 144) afirma terem sido 1173 e Vale Cabral (1881, apud Martins, 1977, p. 29), 1154, o que representa um número significativo se considerarmos que em Portugal a Impressão Régia publicou 1230 obras em trinta e dois anos.

Exemplos de obras publicadas:

1808 – *Memória História da Invasão dos Franceses em Portugal no Ano de 1807*. Embora não assinado é de D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro.

1809 – *Elementos de Geometria e Tratado de Trigonometria* de Le Gendre e *Elementos de Álgebra* – obras destinadas aos alunos da Academia Militar.
Marília de Dirceu.

1810 – *Tratado de Aritmética* de Lacroix e *Tratado Elementar de Física* de Haüy – destinadas à Escola Militar
Tratado de Inflamação, Feridas e Úlceras de Antelmo Richerand.

1811 – *Compêndio da Obra da Riqueza das Nações* de Adam Smith, traduzida do inglês por Bento da Silva Lisboa; *Método Novo de Curar Segura e Prontamente o Antraz ou Corbúnculo e a Pústula Maligna* de Santa Ana Gomes. *Elementos de Álgebra* de Lacroix – para uso dos alunos da Escola Militar.

1812 – *Elementos de Geometria Analítica* de Longe; *Ensaio sobre os Perigos das Sepulturas dentro das Cidades e nos seus Contornos* de José Correia Picanço. *Variações dos Triângulos Esféricos* de Araújo Guimarães.

1813 – *Aforismos sobre as Hemorragias Uterinas e Puerperais* de Thomaz Denman; *Tratado de Ótica* de La Caille; *Plano dos Estudos de Cirurgia.*

1814 – *Elementos de Astronomia* para uso dos alunos da Escola Militar; *Aforismos sobre a Aplicação e Uso do Forceps e Vectis* – para uso das escolas médico-cirúrgicas.

1815 – *Elementos de Geodésia* de Araújo Guimarães; *Compêndios de Medicina Prática* de José Maria Bomtempo.

1816 – *Filosofia Química* de Fourcroy; *Ifigênia* de Racine traduzida em versos portugueses.

No período que precedeu a Independência (1821-1822) a Impressão Régia só imprimiu cartas, discursos, panfletos, dentro da luta verbal pela Independência. Como se pode observar os livros didáticos estavam voltados para o ensino superior e para um ensino mais prático e mais utilitarista, diferente do que era ministrado pelos jesuítas e que se caracterizava por um sentido mais humanista e explicado pela política joanina em relação ao ensino. Sobre o fato assim se expressa Fernando de Azevedo em *A Cultura Brasileira* (1958, T. III, 69-70):

> A obra de D. João VI, antes ditada pelas necessidades imediatas do que sugerida por qualquer modelo, lembra, sob certo aspecto, a obra escolar da Revolução. As escolas técnicas, na França, velhas e novas, já haviam acentuado o seu predomínio à medida que declinava a influência das universidades; e a ideologia da Revolução francesa propagava por toda a parte um preconceito anti-universitário. Todo conhecimento não utilitário, todo aquele que compromete a personalidade inteira do indivíduo, parecia-lhe suspeito. O que importava,

> no clímax revolucionário europeu, favorecido pelo desenvolvimento das ciências e pelo declínio do prestígio das velhas universidades, era aquisição de uma certa técnica especial, de uma certa ciência limitada, de uma profissão.

Não se sabe até que ponto a tendência anti-universitária tenha influído na opção de D. João VI de criar escolas destinadas ao preparo de pessoas que atendessem ao serviço público. Era preciso providenciar a defesa da colônia: criam-se em 1808 a Academia Real da Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar para formar oficiais e engenheiros civis. E, por serem necessários médicos e cirurgiões para a Marinha (para tratar os doentes a bordo das naus) e o Exército (para cuidar da população das povoações logínquas), seguem-nas o curso de cirurgia na Bahia e de anatomia e cirurgia no Rio de Janeiro a que se acrescentam em 1809 os de medicina que em 1813, ampliados, vão constituir a origem do ensino médico.

Quanto aos livros para o ensino de língua portuguesa não foram muitos. Da *Bibliografia da Imprensa Régia* (1808-1822) apresentada por Ana Maria Camargo e Rubens Borba de Moraes (1993) constam:

> *A Arte de Gramática da Língua Portuguesa* de Antônio José dos Reis Lobato em reedição de 1812. Essa obra publicada inicialmente em 1770 foi a primeira gramática de Português tornada oficial, pelo Alvará Régio de 1770 que determinava que "nas aulas de Letras os mestres sejam obrigados previamente a instruir os discípulos na Gramática Portuguesa" de Antônio José dos Reis Lobato

e, também:

> *Arte de Gramática Portuguesa* do padre Inácio Felizardo Fortes que teve até 1862 uma dezena de edições.
>
> *Novo Epítome de Gramática Latina Moderna* do frei Diogo de Melo Menezes, muito reeditado até 1824.
>
> *Compêndio da Gramática Inglesa e Portuguesa* de Manuel José de Freitas de 1820. Diz no prefácio que resolveu publicá-lo "considerando o tráfico e as relações comerciais da nação Portuguesa com a Inglesa e a falta de um Compêndio da Gramática de ambas" (in Borba de Moraes, 1979, p. 117).

O estudo das línguas portuguesa e inglesa conjuntamente parece ser uma constante na época. Não nos esqueçamos de que a Inglaterra, ao contrário da França de Napoleão, era aliada de Portugal. Nizza da Silva (1974, p. 156) apresenta um anúncio publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro* em que isto se evidencia:

> D. Catarina Jacob toma a liberdade de fazer ciente ao público, que ela tem estabelecido uma academia para instrução de meninas na rua da Lapa, defronte

> da Exma. Duquesa, em que ensinará a ler, escrever e falar as línguas portuguesa, e inglesa gramaticalmente, toda a qualidade de costurar e bordar, e o manejo da casa.

Observa a autora que para a educação feminina eram consideradas matérias básicas ler, escrever, coser e bordar.

Lajolo e Zilberman (op. cit., p. 149) transcrevem a justificativa apresentada por Manuel José de Freitas à página 2 de sua obra para o ensino da gramática das línguas inglesa e portuguesa conjuntamente:

> A gramática de qualquer língua polida sempre foi a chave, que dá entrada ao conhecimento (por não dizer ao templo) da razão humanas; e quando estamos bem possuídos de uma, o caminho é fácil para as outras. Sem alguma gramática, seja da língua nacional, seja de outra existente, ou morta como a latina e grega, não podemos expressar com propriedade e justeza os nossos pensamentos...

Como podemos ver, vigora a idéia de que muitos são os benefícios que se obtêm em aprender gramática e continua a crença num fundo de universais lógicos e de equivalência lógica entre as línguas e de que há um método para todas porque elas obedecem a uma ordem natural (Fávero, 1996).

Não há dúvida de que a presença da Corte e a criação de cursos superiores promoveram uma procura por livros que a Imprensa Régia não tinha como atender. A solução foi importá-los e Hallewell observa que entre 1808 e 1816 as livrarias que eram duas chegam a doze.

Lajolo e Zilberman (op. cit., p. 132) apresentam relação de livros importados, todos de publicação recente (obras estrangeiras, traduzidas, e obras portuguesas) que abasteciam essas livrarias, dentre os quais

> *Arte Poética de Horário*, traduzida por Cândido Lusitano; *Compêndio de Retórica, Elementos de Sintaxe, Introdução da Retórica, Retórica de Gilbert* (2 vols.), *Retórica de Quintiliano, O Consórcio das Flores* de Lacroix, *Fábulas Escolhidas* de La Fontaine, *Os Mártires* de Chateaubriand e, o grande escolhido, *Paulo e Virgínia* de Saint Pierre.

Além do mais os professores não podiam valer-se somente dos livros traduzidos, mas deviam, também, escrever os seus. Nizza da Silva (id., p. 144), ao transcrever os estatutos da Academia Militar do Rio, afirma:

> Os professores podiam requerer a sua jubilação ao fim de 20 anos de exercício na cadeira e seu ordenado anual era de 400$000 réis, além do saldo de sua patente; os substitutos ganhavam 200$000 réis. A importância atribuída pelo Estado à elaboração dos compêndios era tão grande que nenhum lente poderia ser adiantado de posto ou receber recompensas sem ter elaborado um.

O Projeto da Constituição de 1823 prescrevia "uma escola para cada termo, um ginásio para cada comarca e universidades nos mais apropriados lugares".

No ensino das primeiras letras vigorava o método lancasteriano "repartindo o ensino por decúrias, a fim de que os mais adiantados discípulos se exercitem no ensino dos menos adiantados... Criar-se-á em cada capital da província uma escola lancasteriana onde se ensinem e se habilitem os mestres que devem depois propagar este método por todo o Império" (projeto de reforma Januário Cunha Barbosa – 1826. O documento está em Moacyr, 1936, p. 150).

Falhadas essas soluções e dissolvida a Assembléia Constituinte, não houve tempo de promulgar nenhum projeto sobre a educação, o que vai ocorrer somente em 1827, quando uma lei determina a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos, além de escolas para meninas nas vilas e cidades mais populosas. A lei se restringia ao ensino de primeiras letras e com a aplicação do método lancasteriano, porém os resultados continuavam negativos.

Quanto ao ensino secundário, havia a proliferação de aulas avulsas e particulares, continuando o sistema das aulas régias inaugurado por Pombal no século XVIII. Deviam chegar a cem e consistiam no ensino do latim, comércio, geometria, francês, retórica e filosofia, e foram diminuindo com o tempo, até sua extinção em 1857, por não tratarem de todas as disciplinas necessárias aos exames preparatórios, por haver dificuldades por parte dos alunos de se deslocarem de uma residência do professor a outra, acabando por serem procuradas só por aqueles que, embora não tendo condições de ingressarem no ensino superior, queriam instruir-se. Assim, bem ou mal, as aulas avulsas prestavam serviço aos alunos menos aquinhoados economicamente.

Na tentativa de organizar de alguma forma o ensino, a partir do Ato Adicional de 1834 são criados os liceus provinciais que consistiam, na prática, de aulas avulsas reunidas num mesmo prédio: em 1835, o Ateneu no Rio Grande do Norte, em 1836 os Liceus da Bahia e da Paraíba e, finalmente, em 1837, na Corte, o Colégio de Pedro II.

Nesse ano, sob a regência de Araújo Lima, Ministro e Secretário da Justiça e Interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, o antigo, Seminário de S. Joaquim é transformado em colégio de instrução secundária com o nome de Colégio de Pedro II.

Como bem diz Haidar (1972, p. 95):

> A história do ensino público na Corte reduz-se durante o Império à história do Colégio de Pedro II, o único estabelecimento público dessa natureza existente na cidade do Rio de Janeiro. Em tais condições, o conhecimento das intenções que nortearam as inúmeras reformas sofridas pelo Colégio criado por Vasconcelos equivale, de certo modo, ao conhecimento do pensamento oficial acerca da natureza e dos objetivos do ensino secundário.

No discurso pronunciado pelo então Ministro e Secretário de Estado e Justiça e Interino do Império, no ato de inauguração, podemos detectar alguns traços da natureza, dos objetivos e da filosofia a serem adotados. Afirma, assim, que um dos meios, e talvez o mais proveitoso, de fazer sentir os inconvenientes de um regulamento é a sua fiel e pontual observância.

Elogiando "o talento e a capacidade de morigerar-se da sociedade brasileira" observa ter o governo criado o Colégio "sem nenhum cálculo de interesse pecuniário, nenhum motivo menos nobre e patriótico, que o desejo da boa educação da mocidade e do estabelecimento de proveitosos estudiosos".

Para a seguir a definir as intenções do Colégio:

> Manter e unicamente adotar os bons métodos; resistir a inovações que não tenham a sanção do tempo e o abono de felizes resultados; proscrever e fazer abortar todas as espertezas de especuladores astutos que ilaqueiam a credulidade dos pais de família com promessas fáceis e rápidos progressos na educação de seus filhos; e repelir os charlatães que aspiram à celebridade, inculcando princípios que a razão desconhece, e muitas vezes, assustada, reprova.

Nesse mesmo discurso Bernardo de Vasconcelos deixa claro que o governo não pretendia que o Colégio substituísse os particulares, mas:

> o intento do Regente Interino criando este Colégio é oferecer um exemplar ou norma aos que já se acham instituídos nesta Capital por alguns particulares; convencido como está de que a educação colegial é preferível à educação privada.

O modelo foi o francês (Portugal não era mais o único a ser seguido); a França cuja influência vem claramente expressa, diante do fracasso das Escolas Centrais, reimplantava, sob o Consulado e o Império, as escolas do Ancien Régime: predomínio das letras clássicas, ao lado das línguas modernas, ciências e história.

O currículo era seriado, até então apanágio dos seminários e se distribuía por oito séries, com uma ênfase acentuada nos estudos clássicos, latim e grego, o primeiro presente nas seis séries iniciais e o segundo, em três, e um número pequeno de aulas de gramática nacional, estudada somente nas duas primeiras séries. A razão de isto ocorrer tal vez esteja na clientela a que a Instituição se

dirigia: "destinado antes à preparação de uma elite do que à educação do povo" (Azevedo, op. cit., p. 572). Mantém-se de acordo com os desejos dessa elite que ao entrar na escola já dominava a norma culta: assim eram mais importantes o *latim* e a *retórica* do que a *gramática filosófica e nacional* para a qual dois anos eram mais do que suficientes.

O conhecimento do latim era tão valorizado que o *Plano de Estudos* para o ensino médico nas escolas de medicina de Salvador e Rio de Janeiro previa para o primeiro ano o estudo da anatomia porém no seu 10º item dizia:

> 10º podendo presumir-se que têm o espírito já acostumado os que souberem latim matricular-se-ão logo pela primeira vez no segundo ano, porque estes conhecimentos são necessários no exame das matérias do segundo ano.

Saber latim deveria ser, para o médico, mais importante que saber anatomia, continuando a valorização das *línguas sapienciais*, conforme as Instruções para os Professores de Gramática Latina, Grego e Hebraico e Retórica de 1759 (governo pombalino).

Digno de nota é o fato de que continua a idéia de que o estudo da língua portuguesa devia se limitar ao estudo da gramática.

Os primeiros professores eram especialistas e de renome: Justiniano José da Rocha, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Diogo Maze, Joaquim Manuel de Macedo, Januário da Silva Arvellos e Santiago Nunes Ribeiro.

A predominância das humanidades se acentuou na primeira grande reforma, uma das muitas que sofreu a Instituição durante o Império, em 1841, reforma Antônio Carlos, quando o curso passou a ser de sete anos e o estudo da *gramática geral e nacional*, título sem prestígio diante do *latim,* estava presente só no primeiro ano e o *latim,* cuja carga horária era maior do que a de qualquer outra disciplina, se estendia pelos sete anos.

Em 1856, pela primeira vez, foram propostos e aprovados os programas de ensino, organizados pelo Conselho Diretor. Foi um progresso porque também se indicavam os livros a serem adotados. Para o estudo das línguas o Conselho não estabeleceu normas, indicando, unicamente, leitura, gramática, conversação e versão fácil; para a disciplina gramática geral e nacional, o aluno, "depois de algumas preleções de gramática geral, aperfeiçoa-se na Gramática e Língua Portuguesa" (Macedo, 1942, p. 253). Como se vê, continuamos sob a influência da *gramática geral* e o livro adotado até 1877 é o de Cirilo Dilermando da Silveira. Em 1877 passam a ser adotadas a *Gramática Portuguesa* de Manuel Olímpio Rodrigues da Costa para o primeiro ano e a *Gramática* de Teófilo Braga, para o segundo. Com a reforma de 1882, a obra de Manuel Olímpio fica

para o primeiro ano e a *Gramática* de Júlio Ribeiro, para o segundo, saindo da influência da gramática geral.

Em 1857 um novo decreto altera algumas disposições nas disciplinas: a de gramática geral e nacional passa a denominar-se *Português* e já possui um programa:

Português – Gramática, Leitura

Recitação e exercícios ortográficos

Os livros propostos eram:

Cirilo Dilermando da Silveira – *Gramática da Língua Portuguesa*

Fr. Francisco de S. Luíz: *Sinônimos*; Barker: *Biblioteca Juvenil*

Pe. Antônio Vieira: *Cartas Seletas*

Pe. Caldas: *Poesias Escolhidas*

Quanto aos livros especialmente voltados para a produção escrita de textos (obras hoje conhecidas como *Livros de Redação*), pesquisa realizada por Fernandes (2001) mostra que o primeiro livro do gênero é o *Exercícios de Estilo* de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, publicado em 1885 e que teve inúmeras reedições até 1959. O aparecimento tardio desse livro confirma o que já foi dito: a única preocupação no estudo do Português era o estudo da "gramática nacional".

> Ao que tudo indica a vendagem de seus livros didáticos tinha um peso significativo dentro da Alves e Cia., conforme se confirma pelo fato de Francisco Alves em seu processo de expansão e domínio do mercado editorial de livros didáticos, ter adquirido a Livraria Melilo, de São Paulo, em função dos livros de João Köpke, publicados por esta editora, estarem concorrendo com os livros de Felisberto de Carvalho.
>
> (Fernandes, 2000, p. 40)

O ensino ministrado no colégio-modelo, fortemente europeizante, "adaptado menos às condições especiais do meio do que às tradições morais e intelectuais do país", manteve-se sempre fiel aos anseios de uma classe social que não se comunica com as demais; o discurso intelectual se divorcia da realidade social do país: nem a Independência nem o Romantismo chegam à escola. A valorização do que é nosso, as discussões sobre a língua que aqui falamos se evidenciam no ambiente literário (veja-se, por exemplo, a polêmica entre Alencar e Pinheiro Chagas), porém não chegam à escola, não repercutem ou pouco repercutem no ensino.

Azevedo (op. cit., p. 99) comenta que "Alencar não era um escritor ou poeta do cenáculo que não tivesse querido tocar senão algumas almas da elite, mas um romancista que não tendo o culto da elite, não teve de fazer esforço, para ceder à tendência popular" e talvez por isso não tivesse interessado à aristocracia que se ocupava das letras no país.

O Colégio de Pedro II foi a primeira tentativa do poder central de organizar o ensino regular no país; por isso, deveria constituir-se em modelo para os demais estabelecimentos, fornecendo "a cultura básica necessária às elites dirigentes" porém as inúmeras reformas por que passou e as próprias normas que regulamentavam o ingresso nos cursos superiores e que não exigiam a conclusão do curso secundário regular, acabaram por desfigurá-lo, não permitindo que realizasse seu objetivo inicial que era o de ser o estabelecimento padrão do ensino no país. Essa situação só vai ser revertida em 1890, no período republicano, pela reforma Benjamin Constant, quando passa a denominar-se Ginásio Nacional.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, F. de (1958). *A Cultura Brasileira.* 3ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 3 v.

CAMARGO, A. M. de A & MORAES, R. B. de (1993). *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro.* v. 1, São Paulo, EDUSP/KOSMOS.

CARVALHO, A. F. de (1908). *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908.* Recife, Jornal do Recife.

FÁVERO, L. L. (1996). *As Concepções Lingüísticas no Século XVIII – A Gramática Portuguesa*. Campinas, Editora da UNICAMP.

FERNANDES, G. (2001). *Livros de Redação no Brasil: O Começo de uma História*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, USP.

HAIDAR, M. de L.M. (1972). *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo, EDUSP/Grijalbo.

HALLEWELL, L. (1985). *O Livro no Brasil (Sua História)*. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP.

LAJOLO, M. & ZILBERMAN, R. (1999). *A Formação da Leitura no Brasil*. 3ª ed., São Paulo, Ática.

MACEDO, J. M. de (1942). *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Zélio Valverde.

MARTINS, W. (1986). *A Palavra Escrita. História do Livro, da Imprensa e da Biblioteca.* 2ª ed., São Paulo, Ática.

MORAES, R. B. de (1979). *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial.* Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.

_____. (1993). *A Impressão Régia no Rio de Janeiro: Origens e Produção*.
SILVA, M.B.N. da (1973). "Livro e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)." *Revista de História*. São Paulo, XLVI, nº 94, ano XXIV, abril-junho.
_____. (1974). "Transmissão, Conservação e Difusão da Cultura no Rio de Janeiro (1808-1821)." *Revista de História*. São Paulo XLVII, nº 97, vol. XLVII, ano XXV, janeiro-março.

Texto e Ensino: Análise da Variação Lingüística na Narrativa Literária*

Carlos Eduardo Falcão Uchôa
UFF

1. Introdução: a variação lingüística e seu ensino

Não se ignora que a variação é uma das características centrais da língua em uso. O agir lingüístico, especialmente o de um falante culto, é marcado pela constante variação : sobretudo variação de estilo (ou de registro) e variação de modalidade (falada e escrita), mormente pela seleção de itens lexicais diversificados e pela utilização de construções sintáticas alternativas. É neste domínio lingüístico que se caracteriza basicamente o saber uma língua num grau mais abrangente. O analfabeto não domina a modalidade escrita, porém, a sua fala acusa variação, restrita praticamente a uma variação estilística limitada.

A variação lingüística deve ser, pois, aspecto fundamental no ensino da língua materna. Na verdade, ela está presente em todos os conteúdos deste ensino: numa aula de leitura ou numa de produção textual (incluídas as participações orais dos alunos), a propósito de ocorrências gramaticais, lexicais e fonéticas em tipos de textos diversos. A importância do ensino de tal propriedade lingüística se torna mais premente, e complexa, numa sociedade atual como a nossa, neste limiar do século XXI, caracterizada pela intensa mobilidade, pela circulação de influências culturais diversas e pelo interrelacionamento constante entre variedades escritas e faladas.

O ensino bem orientado da variação – um sério desafio para as obras didáticas no século XXI – contribuirá decisivamente para os alunos irem percebendo e, aos poucos, virem a utilizar as múltiplas possibilidades que envolvem o uso efetivo da língua. Marcuschi (1997:75) observa, com razão, que "Já sabemos como lidar com a regra, mas não temos uma noção muito clara do que seja lidar com a variação intercultural, interpessoal e assim por diante. A variação integra e instaura diferenças que quando não bem-entendidas podem gerar discriminação e preconceito". O ensino direcionado para a

* Texto apresentado ao III *Seminário Superior de Língua Portuguesa*, da Academia Brasileira de Filologia (21-25 de julho de 2003).

ampliação do saber idiomático em sua variação efetiva de uso, que não deixa de obedecer a certas normas, não pode significar, de modo nenhum, uma atenção menor do professor quanto ao domínio da variedade padrão por parte dos alunos, o que os privaria de uma participação mais plena em sua vida social e intelectual, afetando-lhes a competência de apreender e produzir textos na norma culta, o que lhes acarretaria, assim, irreparável prejuízo em sua ascensão social e cultural. A orientação do aprimoramento da língua materna em sua variação, não centrada apenas numa norma padronizadora, é que irá proporcionar, seguramente, a formação de falantes cultos reais, ou seja, falantes identificados como tais por saberem utilizar, com adequação, uma variedade de estilos ou registros que vai do mais formal ao mais informal, em função de suas necessidades de comunicação. Caberá ao professor mostrar ao aluno a necessidade que ele tem de atingir os estilos ou registros mais refletidos, de vez que os mais coloquiais ele já domina, na sua linguagem falada, sendo, contudo, papel da escola conscientizá-lo das condições de uso destes últimos. Não se nega, enfatize-se, a preocupação maior com a variedade padrão, mas o que se defende é um ensino que não se limite à prescrição de regras rígidas, que simplesmente sancionem ou vetem determinadas construções, já que "Na grande maioria dos casos, porém, o que existe é a possibilidade de escolha, por parte do falante, de um ou de outro uso, cada qual com suas implicações socioculturais, com sua posição na hierarquia de valoração e com seus especiais efeitos de sentido, resultando dessa escolha a submissão do falante ao julgamento de adequação de seu enunciado à situação de uso" (Neves, 2003:15).

O ensino da variação lingüística, com base em nossa longa convivência com professores do ensino fundamental e do ensino médio, é encarado com muita insegurança pela maioria dos docentes. Os manuais didáticos costumam referir-se à variação lingüística ainda com certos preconceitos, além de, não poucas vezes, ocorrerem discordâncias metalingüísticas entre os compêndios (o uso culto referido como dialeto ou como registro, o uso coloquial ora identificado com o popular, opondo-se ao uso culto, ora como informal, distenso, contrastando com o uso formal, refletido) e mesmo equívocos em suas considerações teóricas (como a oposição dicotômica, rígida, entre as modalidades falada e escrita, de sorte que formas refletidas seriam da escrita e as coloquiais, da língua falada do povo em geral). Mas, se o professor deve compreender e aceitar o fenômeno da variação, pode-se afirmar que a sua dificuldade maior reside em trabalhar com tal fenômeno no dia-a-dia da sala de aula. E é sobretudo neste ponto que os livros voltados para o ensino mais falham, pouco colaborando com o professor, quer fornecendo-lhe, em parte especial dos compêndios, fontes úteis à atualização dele, quer encaminhando sugestões pertinentes a respeito de como lidar sistemática e pedagogicamente com a variação. Assim é que ocorrências lingüisticamente expressivas a tal

respeito nos textos selecionados, merecedoras, pois, de serem comentadas pelo professor com a participação de seus alunos, não fazem parte em geral de exercícios que levem a discutir e a analisar tais ocorrências.

Sabe-se que a presença de textos de crônicas, às vezes com muitos diálogos, é bem freqüente nos livros escolares de Português. A justificativa para tal escolha se baseia na informalidade, ou simplicidade, deste gênero textual do tipo narrativo; ou seja, uma linguagem mais acessível aos alunos com o relato das coisas cotidianas. Assunto e linguagem aliados fizeram, na verdade, o sucesso da crônica no Brasil. No tratamento de tais textos, os manuais didáticos cometem com freqüência – arrastando os professores que se mostrem despreparados, desprovidos de juízo crítico – um equívoco e uma omissão.

O equívoco está em apresentar a crônica como um texto de linguagem informal ou de estilo ou registro espontâneo, distenso. Nada mais falso. O cronista, não pode o professor ignorar, não deixa de elaborar a linguagem literariamente e lhe dar transcendência. "Veja Nelson Rodrigues [...] Em Nelson, o futebol era quase pretexto, ele gostava mesmo era do jogo textual, cabecear e dar chutes com suas metáforas e hipérboles. [...] No espaço da crônica há uma troca de intersubjetividades. Aí o leitor entra em outra freqüência. Rubem Braga escrevia em FM, a sonoridade de sua frase e a melodia do pensamento têm função na comunicação. Na universidade, diriam que o colunista é denotativo, o cronista conotativo" (Sant'Anna, 1997:272). Em suma, na crônica tem-se um processo, maior ou menor, de elaboração literária e, ante tal processo, não há como falar em estilo ou registro informal. Não é a presença, nas crônicas, de palavras, expressões e recursos gramaticais ou fônicos de estilo tipicamente espontâneo que nos possibilitará falar em textos informais. O que se dá, em casos tais, de modo mais assíduo na fala dos interlocutores, residindo justamente aí a essência da arte literária, é o informal ou mesmo o bem popular refletido, elaborado pelo cronista para alcançar seu intento estético: o de criar a ilusão de uma fala real. "A literatura não é um *achado gramatical,* pondera bem Marcuschi (1997:61), mas uma força expressiva de usar as potencialidades da língua".

Já a omissão dos compêndios escolares, no tocante aos textos das crônicas, está no freqüente silêncio de seus autores no encaminhamento da identificação e análise dos recursos lingüísticos próprios da língua falada, dos de estilo informal ou ainda dos de nível vulgar. Perdem, deste modo, excelente oportunidade de estimularem a introdução, nas aulas de Português, de procedimentos de variedades diversas utilizadas pelos escritores, relacionando-os ao intento estético do autor.

Muitas vezes cria-se evidente descompasso entre a linguagem do texto de uma crônica (mesmo a do narrador, em muitos casos) e de outros tipos de

texto e a seção de gramática, que se atém à norma culta tradicional. O texto deixa de ser pretexto então para comentários ou classificações gramaticais, o que parece sinalizar para uma linguagem não recomendável, que não se deve adotar, quando a orientação lingüístico-pedagógica que visa a um ensino produtivo da língua seria a de identificar, legitimar e explicar as falas dos interlocutores, falas presentes no texto, graças justamente ao conhecimento da realidade lingüística por parte do escritor e ao seu hábil processo de elaboração da língua na ficção. Adotar-se-á assim uma perspectiva de ensino não circunscrita à análise de estruturas formais, mas voltada prioritariamente para o aspecto discursivo da linguagem como atividade sociointerativa, além de se poder refletir, como já se focalizou, sobre o entendimento da essência da linguagem literária.

Este artigo pretende especificamente procurar orientar como o ensino da variação lingüística pode processar-se na narrativa literária, valendo-se, para tal, de uma crônica. Não se ignora, evidentemente, que, ao longo do tempo, os escritores têm-se mostrado mais, ou menos, atentos à língua falada de suas épocas, valendo-se dela em nível de diálogo entre as personagens e em nível da própria narração, embora tal processo se manifeste muito mais acentuadamente na literatura de nossos dias. Escolheu-se a crônica, repisando, por sua presença constante nas nossas obras didáticas e para se evidenciar que, em sua linguagem leve, a elaboração lingüística se faz presente.

Selecionou-se um texto de Fernando Sabino (de 1960), autor muito freqüentemente selecionado pelos nossos manuais didáticos.

Albertine Disparue

Chamava-se Albertina, mas era a própria Nega Fulô: pretinha, retorcida, encabulada. No primeiro dia me perguntou o que eu queria para o jantar:

Qualquer coisa – respondi.

Lançou-me um olhar patético e desencorajado. Resolvi dar-lhe algumas instruções: mostrei-lhe as coisas na cozinha, dei-lhe dinheiro para as compras, pedi que tomasse nota de tudo que gastasse.

– Você sabe escrever?

– Sei sim senhor – balbuciou ela.

– Veja se tem um lápis aí na gaveta.

– Não tem não senhor.

– Como não tem? Pus um lápis aí agora mesmo!

Ela abaixou a cabeça, levou um dedo à boca, ficou pensando.

– O que é um *lapisaí*? – perguntou finalmente.

Resolvi que já era tarde para esperar que ela fizesse o jantar. Comeria fora naquela noite.

– Amanhã você começa – concluí. – Hoje não precisa fazer nada.

Então ela se trancou no quarto e só apareceu no dia seguinte. No dia seguinte não havia água nem para lavar o rosto.

– O homem lá da porta veio aqui avisar que ia faltar – disse ela, olhando-me interrogativamente.

– Por que você não encheu a banheira, as panelas, tudo isso aí?

– Era para encher?

– Era.

– Uê!...

Não houve café, nem almoço e nem jantar. Saí para comer qualquer coisa, depois de lavar-me com água mineral. Antes chamei Albertina, ela veio lá da sua toca espreguiçando:

– Eu tava dormindo... – e deu uma risadinha.

– Escute uma coisa, preste bem atenção – preveni: – Eles abrem a água às sete da manhã, às sete e meia tornam a fechar. Você fica atenta e aproveita para encher a banheira, enche tudo, para não acontecer o que aconteceu hoje.

Ela me olhou espantada:

– O que aconteceu hoje?

Era mesmo de encher. Quando cheguei já passava de meia-noite, ouvi barulho na área.

– É você, Albertina?

– É sim senhor...

– Por que você não vai dormir?

– Vou encher a banheira...

– A esta hora?!

– Quantas horas?

– Uma da manhã.

– Só? – espantou-se ela. – Está custando a passar...

* * *

– O senhor quer que eu arrume seu quarto?

– Quero.

– Tá.

Quarto arrumado, Albertina se detém no meio da sala, vira o rosto para o outro lado, toda encabulada, quando fala comigo:

– Posso varrer a sala?

– Pode

– Tá.

Antes que ela vá buscar a vassoura, chamo-a:

– Albertina!

Ela espera, assim de costas, o dedo correndo devagar no friso da porta.

– Não seria melhor você primeiro fazer café?

– Tá.

Depois era o telefone:

– Telefonou um moço aí dizendo que é para o senhor ir num lugar aí buscar não sei o quê.

– Como é o nome?
– Um nome esquisito...
– Quando telefonarem você pede o nome.
– Tá.
– Albertina!
– Senhor?
– Hoje vai haver almoço?
– O senhor quer?
– Se for possível.
– Tá.

Fazia o almoço. No primeiro dia lhe sugeri que fizesse pastéis, só para experimentar. Durante três dias só comi pastéis.

– Se o senhor quiser que eu pare eu paro
– Faz outra coisa
– Tá.

Fez empadas. Depois fez um bolo. Depois fez um pudim. Depois fez um despacho na cozinha.

– Que bobagem é essa aí, Albertina?
– Não é nada não senhor – disse ela.
– Tá – disse eu.

E ela levou para seu quarto umas coisas, papel queimado, uma vela, sei lá o quê. O telefone tocava.

– Atende aí, Albertina.
– É para o senhor.
– Pergunte o nome.
– Ó.
– O quê?
– Disse que chama Ó.

Era o Otto. Aproveitei e lhe perguntei se não queria me convidar para jantar em sua casa.

* * *

Finalmente o dia da bebedeira. Me apareceu bêbada feito um gambá, agarrando-me pelo braço:

– Doutor, doutor ... A moça aí da vizinha disse que eu tou beba, mas é mentira, eu não bebi nada... O senhor não acredita nela não, tá com ciúme de nóis!

Olhei para ela, estupefato. Mal se sustinha sobre as pernas e começou a chorar.

– Vá para o seu quarto – ordenei, esticando o braço dramaticamente. – Amanhã nós conversamos.

Ela nem fez caso. Senti-me ridículo como um general de pijama, com aquela pretinha dependurada no meu braço, a chorar.

– Me larga! – gritei, empurrando-a. Tive logo em seguida de ampará-la para que não caísse: – Amanhã você arruma suas coisas e vai embora.

– Deixa eu ficar... Não bebi nada, juro!

Na cozinha havia duas garrafas de cachaça vazias, três de cerveja. Eu lhe havia ordenado que nunca deixasse faltar três garrafas de cerveja na geladeira. Ela me obedecia à risca: bebia as três, comprava outras três.

Tranquei a porta da cozinha, deixando-a nos seus domínios. Mais tarde soube que invadira os apartamentos vizinhos fazendo cenas. No dia seguinte ajustamos as contas. Ela, já sóbria, mal ousava me olhar.

– Deixa eu ficar, pediu ainda, num sussurro. – Juro que não faço mais.

Tive pena:

– Não é por nada não, é que não vou precisar mais de empregada, vou viajar, passar muito tempo fora.

Ela ergueu os olhos:

– Nenhuma empregada?

– Nenhuma.

– Então tá.

Agarrou sua trouxa, despediu-se e foi-se embora.

(Fernando Sabino. *O homem nu*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Autor, [s/d], p. 175-179).

2. O ensino da variação lingüística com base numa crônica

O texto coloca frente a frente dois interlocutores de posição sociocultural bem diferente: de um lado, um homem de boa instrução, bem situado na vida; de outro lado, uma mulher extremamente humilde, sem trato social. Estabelece-se entre eles, na narrativa, uma relação de poder entre patrão e empregada doméstica. O patrão exerce o papel de narrador de primeira pessoa, desdobrando-se, pois, em sujeito da narração e elemento que age na ação narrativa, dialogando com a outra personagem. É através das manifestações do narrador que se fica sabendo mais sobre comportamentos e acontecimentos em que se envolvem as personagens. Como seria de esperar, a variável social (grau de escolaridade) será a responsável maior pela variação de comportamento lingüístico das personagens.

No discurso de Albertina, seu perfil social aparece marcado lingüisticamente pelas seguintes principais ocorrências:

- "– O que é *lapisaí*?" (l. 18): estranheza ante a seqüência fônica ouvida, reveladora de uma interlocutora com dificuldades de apreensão verbal. Observe-se que o emprego de dêiticos junto a nomes serve também para expressar este problema de Albertina, como nesta passagem (l. 73–76): "– Telefonou um moço aí dizendo que é para o senhor ir num lugar aí buscar não sei o quê. // – Como é o nome? // – Um nome esquisito..." Note-se por fim que a má apreensão da palavra falada se faz presente desta outra maneira (l. 100–104): " – Pergunte o nome. // – Ó. // – O quê? // – Disse que se chama Ó. // Era o Otto".

- "– O homem lá da porta" (l. 26), "A moça aí da vizinha" (l. 108): a utilização de dêiticos, junto a certos nomes, a manifestar também limitação vocabular: o porteiro e a empregada, respectivamente.

- A ocorrência da forma *beba* (l. 109), em contraste com a forma *bêbada* (l. 107) do discurso do narrador, caracterizadora de falantes de baixa escolaridade, dentro da tendência a serem reduzidas, na variedade popular, a paroxítonas as palavras de acentuação proparoxítona, por perda de um ou mais de um segmento fônico, como lampa (lâmpada), figo (fígado), etc. (Lemle, 1978: 65-66)

- "– Sei sim senhor"(l. 11): resposta, com o pronome de tratamento em final de frase, bem típica de uma pessoa humilde ante pessoa mais graduada.

- "– Não tem não senhor..." (l. 13), "– Não é nada não senhor" (l. 94), "– O senhor não acredita nela não" (l. 110): outra característica da variedade popular, ou seja, um reforço da negação em final de frase, reforço a que se pode pospor o pronome de tratamento. Note-se que o pronome de tratamento em início de frase ocorre quando esta prossegue: "– O senhor não acredita nela não, tá com

ciúme de nóis!" (l. 110–111). E mais: correlaciona-se, no mesmo turno de fala, a outro pronome de tratamento que começa esta fala de Albertina: " – Doutor, doutor..."(l. 108)

• *Tá:* forma que ocorre sozinha repetidas vezes na fala de Albertina como resposta e como anuência à fala do patrão, a traduzir o desconhecimento dela de outras variantes da língua a serem empregadas em tais interações lingüísticas (exceto em "– Então tá.", último turno de fala da crônica, l. 144). A forma ocorre ainda em outro contexto verbal ("– tá com ciúme de nóis!"). Aparecem também, no texto, *tou* ("– A moça aí da vizinha disse que eu tou beba" (l.109-110) e *tava* ("– Eu tava dormindo", l. 37), o que sinaliza que, no dialeto de Albertina, ou no seu nível de língua, só se utilizam as formas verbais abreviadas. Um falante culto vale-se de tais formas em situações distensas, sendo já, pois, para ele, formas de estilo ou registro de língua.

• "–Deixa eu ficar" (l. 124): numa pessoa de menor escolaridade, tal construção é também de nível de língua; já para a pessoa culta é de estilo de língua, pois certamente domina a outra construção "Deixe-me ficar", de que se vale em situações mais formais.

No discurso do patrão, seu nível sociocultural teria de manifestar-se lingüisticamente bem diferente do de Albertina, o que se dá sobretudo pela ausência das marcas examinadas caracterizadoras do discurso da interlocutora. A ocorrência de um *tá* (l. 95) em sua fala tem uma explicação distinta: aparece utilizada por um intento de imitação, com certa irritação, ante o discurso da empregada, reiterada a forma seis vezes por Albertina nos últimos turnos de fala mantidos pelas duas personagens.

O discurso do patrão se mantém, em geral, numa variedade comum, ou seja, num dialeto social que atende tanto aos falantes cultos como aos falantes com menor grau de escolaridade (Preti, 1997:17). Mais típicas do falante culto registramos as seguintes ocorrências:

• o emprego da forma verbal em – *ria*: "– Não seria melhor você primeiro fazer café?" (l. 70)

• o uso do *haver*: "– Hoje vai haver almoço?" (l. 81)

• a utilização da locução *tornar a fechar*: "– às sete e meia tornam a fechar." (l. 41)

• o recurso ao subjuntivo, a expressar comando, mantida a terceira pessoa: "– Escute uma coisa, preste bem atenção" (l. 39)

Observe-se ainda que: a) ao lado do *haver* impessoal, registra-se também, no discurso do patrão, o *ter*: "– Veja se tem um lápis aí na gaveta." (l. 12); "– Como não tem?" (l. 14), o que revela a oscilação, bem documentada, já por volta dos anos 60, entre a norma culta tradicional e o uso cada vez mais comum do *ter* no Brasil, mesmo entre os falantes cultos, mormente em situações menos formais; b) ao lado do "– Escute uma coisa, preste bem atenção", com as formas verbais na mesma pessoa, constata-se também no discurso do patrão: "–Atende aí, Albertina." e "– Pergunte o nome."(l. 98 e 100); ou seja, mistura de tratamento perfeitamente explicável, pois freqüente num diálogo rápido e curto, numa linguagem distensa. Outra ocorrência em que se constata também a mistura de tratamento entre a segunda e a terceira pessoas merece comentário diferente: " – Me larga! – gritei, empurrando-a. Tive logo em seguida de amparála para que não caísse: – Amanhã você arruma suas coisas e vai embora." (l. 120–123). Registra-se, nesta passagem, além da mistura de tratamento, o emprego do clítico em início de período. Os dois fatos sintáticos se mostram igualmente adequados à situação interativa vivida: diante da insistência de Albertina, o patrão vive momento de exasperação, informado pelo próprio narrador ("gritei", "empurrando-a"), o que leva a personagem em seu discurso a valer-se dessas marcas de uma fala bem espontânea. Recuperado um pouco de sua exaltação, vem a utilizar o pronome *você*, a forma comum de seu dialeto.

A análise das variações de comportamento lingüístico das personagens pode ser feita também tomando-se como base as suas variáveis psicológicas. Assim, ao longo do texto de Sabino, o narrador de primeira pessoa, que se envolve como personagem da história que está narrando, vai nos informando sobre o perfil psicológico de Albertina: "(Albertina) vira o rosto para o outro lado, toda encabulada, quando fala comigo" (l. 61–62) ou "Ela espera, assim de costas, o dedo correndo no friso da porta." (l. 68 – 69). O narrador evidencia deste modo o caráter extremamente retraído da personagem, o seu desconforto social na relação com o patrão, o que pode explicar, em parte, a contenção de suas falas.

Pela fala do narrador, fica-se informado também do perfil psicológico da personagem patrão: sua tolerância ("– Amanhã você começa – concluí. – Hoje não precisa fazer nada."(l.21–22), o seu sentimento de pena em relação à Albertina ("– Não é por nada não, é que não vou precisar mais de empregada, vou viajar, passar muito tempo fora." (l. 138–140), que se manifestam através de uma linguagem amistosa, e ainda seus momentos de exasperação ou irritação (como o "Me larga!" já comentado, e também o *Tá*, igualmente analisado, e certamente o " – Faz outra coisa."(l. 89), em que a irritação – "Durante três dias só comi pastéis.", l. 85–86 – o leva também a uma linguagem mais direta com a sua interlocutora, optando então pela segunda pessoa).

Por fim, é possível estabelecer o perfil social e psicológico do próprio narrador através das informações e comentários transmitidos aos leitores ao longo do texto, o que facilita avaliar a coerência lingüística de seu discurso com as suas falas como personagem. O seu perfil social torna natural para os leitores o seu compromisso com a tradição normativa. A presença desta tradição pode ser exemplificada com ocorrências como estas:

• emprego de tempos e formas verbais:

"Comeria fora naquela noite"(l. 20)

"Eu lhe havia ordenado" (l. 126)

"... soube que invadira os apartamentos vizinhos" (l. 131 – 132)

• regências verbais:

"Pedi que tomasse nota de tudo"(l. 9)

"No primeiro dia lhe sugeri que fizesse pastéis" (l. 84 – 85)

• verbo *haver* no sentido de existir:

"não havia água" (l. 24)

"Não houve café, nem almoço" (l. 33)

"havia duas garrafas de cachaça" (l. 125)

• vocabulário mais amplo, de menor uso na linguagem corrente:

"Mal se sustinha sobre as pernas" (l. 112–113)

• ênclise pronominal:

"Antes que ela vá buscar a vassoura, chamo-a" (l. 66)

"Tranquei a porta da cozinha, deixando-a nos seus domínios." (l. 130–131)

"Agarrou sua trouxa, despediu-se e foi-se embora." (l. 145–146)

• estruturas léxico-sintáticas:

"Lançou-me um olhar patético e desencorajado." (l. 6)

"o dedo correndo devagar no friso da porta." (l. 68-69)

"Ela, já sóbria, mal ousava me olhar." (l. 133-134)

Observa-se, no discurso do narrador, uma única ocorrência de clítico em início de período: "Me apareceu bêbada feita um gambá" (l. 106-107). Esta colocação proclítica se deve certamente ao contexto verbal em que ocorre: na

oração em que aparece, a expressão feita, bem popular, "bêbada feito um gambá", a ênclise certamente soaria destoante. No léxico, há o emprego do verbo *encher* com o valor semântico que tem na linguagem popular de "perder a paciência" (l. 46): "Era mesmo de encher." A explicação a ser dada parece clara: depois das instruções precisas passadas pelo patrão para Albertina, em cuja fala ocorre o verbo *encher*, com o seu sentido de "ocupar todo o espaço de": "Você fica atenta e aproveita para encher a banheira, enche tudo" (l. 41-42), o narrador, ante o espanto de Albertina, se envolve como se fosse a personagem da história, toma a palavra e assume a sua incontida irritação ante o leitor, proferindo então a frase com o verbo *encher* com o sentido que tem na linguagem popular.

O processo literário do texto de Fernando Sabino, evidentemente, persegue a realidade conversacional a fim de o leitor se sentir envolvido pela ilusão de estar ouvindo uma narrativa falada. Reforça lingüisticamente tal ilusão o recurso a traços de oralidade, num sutil trabalho da linguagem pelo escritor, como a presença de marcadores conversacionais: *uê* (l. 32) e o próprio *tá* equivalente a "sim", "claro", "pois não". Interessante observar um outro recurso que visa a reconstruir, no texto, a situação inerente à língua falada: "– Por que você não encheu a banheira, as panelas, tudo isso aí?" (l. 28-29). O emprego do dêitico *aí* como que torna possível a visualização do olhar diretivo do falante, voltado para certos objetos presentes em uma situação real. A predominância, nos diálogos, de frases curtas, com raras estruturas subordinadas, e a presença de repetições servem para representar bem o movimento e o ritmo próprios de uma narrativa falada.

3. Concluindo:

Neste artigo sobre texto e ensino da variação lingüística na narrativa literária, procurou-se ilustrar o tratamento que tal tema pode merecer nas aulas de Português, especialmente as do ensino médio. Enfatizaram-se dois pontos: o primeiro deles, a natureza do texto literário, passo primeiro para o professor lidar compreensivamente com o problema da variação lingüística nele ocorrente. O objetivo precípuo do texto literário, como se viu, é de ordem estética, por isso mesmo o escritor tem a liberdade de poder valer-se, mesmo na fala do narrador, da utilização da língua em suas diversas variedades (lembremo-nos, na atualidade, de muitas crônicas de um Veríssimo ou de muitos contos de um Rubem Fonseca). Não caberá, pois, ao professor censurar, desaprovar ou simplesmente aceitar uma forma ou uma construção, mas explicar a ocorrência textual, atento à intenção estética do autor, quer na própria construção do discurso do narrador, quer na construção da fala de uma personagem, quer na

construção de diálogos em várias situações interativas. Mas ainda que, no processo literário do texto, o autor dê voz a um narrador com baixo nível social, não se pode perder de vista que tal texto é o resultado lingüístico de uma narrativa por demais elaborada a exigir do autor acurada observação e mesmo certa vivência da língua popular (Preti, 1984:98). Na verdade, o texto literário, não só o do soneto, o da poesia épica e o das narrativas cuja linguagem se coaduna com o padrão lingüístico que sempre se considerou como padrão da linguagem literária, merece a classificação dada por alguns lingüistas, quanto ao grau de formalismo, de hiperformal (Bowen, 1966:39), mas também o texto literário em que o escritor envereda, para retratar um submundo social, pelo dialeto vulgar, com seu vocabulário às vezes obsceno e as mais flagrantes discordâncias no tocante à sintaxe do dialeto culto, num narrar, pois, de extrema dificuldade, não merece menos ser tido como hiperformal. Cabe ao professor trabalhar com textos diversificados também quanto ao nível lingüístico do narrador literário.

O segundo ponto que se enfatizou neste artigo, conseqüência do primeiro, é a oportunidade que o professor de língua materna não deve perder de analisar lingüisticamente a narrativa literária em sua variação; assim, muitos recursos explorados pelo autor como narrador, mormente nos diálogos, são em essência da língua falada: os marcadores conversacionais, as repetições, as frases interrompidas, procedimentos de reformulação, mudanças rápidas de tópico... Introduzir-se-á deste modo, e de maneira significativa, pois utilizada por escritores, o estudo da língua falada nas aulas de Português, desmitificando, conseqüentemente, a soberania com que a língua escrita impera no ensino da língua materna (não lhe negamos, evidentemente, a primazia que deve ter na escola e, em relação a ela, a preocupação maior com o domínio da variedade padrão). Apenas, entendemos que levar os alunos a refletir sobre os recursos da língua falada presentes nos textos escritos, relacionando-os a cada situação de fala, só tornará o ensino mais produtivo e a relação entre fala e escrita mais dinâmica, vale dizer, menos dicotômica.

Referências bibliográficas

BOWEN, J. Donald (1966). "A multiple register approach to teaching English" *In: Estudos Lingüísticos*. São Paulo: Centro de Lingüística Aplicada/Instituto de Idiomas Yázigi, v. I, nº 2, p. 35-44.

NEVES, Maria Helena de Moura (2003). *Guia de uso do Português*; confrontando regras e usos. São Paulo: UNESP.

MARCUSHI, Luiz Antônio (1997). "Concepção de língua falada nos manuais de Português de 1º e 2º graus: uma visão crítica" *In*: *Trabalhos em Lingüística Aplicada.* Campinas – SP: UNICAMP, 30, p. 39-79.

PRETI, Dino (1984). "Níveis lingüísticos do narrador literário" *In*: Preti, Dino. *A gíria e outros temas*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, p.91-102.

_____. (1997). "A língua falada e o diálogo literário" *In*: Preti, Dino (org). *Análise de textos orais*. 3ª ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH, p. 215-228.

_____. (1997). "Mas, como devem falar as personagens literárias". *In*: *Revista da ANPOLL.* São Paulo: USP, 3, p. 43-61.

_____. (1998). "Oralidade e narração literária" *In*: *Revista da ANPOLL.* São Paulo: USP, 4, p. 81-96.

SANT'ANNA, Affonso Romano (1997). "Teoria da crônica" *In*: *A vida por viver*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 271-274.

A Subordinação Inversa

Valter Kehdi
USP

As gramáticas francesas vêm, já há algum tempo, dando atenção a uma curiosa construção sintática denominada "subordinação inversa". Trata-se de algumas orações subordinadas introduzidas por *que* (após a oração principal); o que as particulariza é o fato de que, se reconstruirmos o período com outra conjunção subordinativa, ocorre uma inversão: a oração subordinada passa a principal e vice-versa. Ilustra-o bem o exemplo seguinte: "Le cardinal n'avait pas gagné la porte, *que* ses larmes, violemment retenues, débordèrent" (= "Avant que le cardinal eût gagné la porte, ses larmes... débordèrent")[1].

A referência mais explícita e sistematizada ao fato encontra-se no *Système grammatical de la langue française*, de G. Gougenheim[2]. Aponta o autor dois casos: um primeiro, em que a principal se torna uma subordinada adverbial temporal, subdividido em três itens; o segundo é o da principal que passa a subordinada adverbial condicional iniciada por *(même) si.* Acrescenta, ainda, que, dada a possibilidade de omissão da conjunção *que*, a maioria dos exemplos ilustra uma construção em que se dá uma variação estilística *que* / ausência de conjunção.

Observe-se, contudo, que o fenômeno já tinha sido observado por C. Ayer, na *Grammaire comparée de la langue française* (cf. § 303, 1, **a**), relativamente às orações temporais), bem como por Kr. Nyrop, que, no sexto volume de sua *Grammaire historique de la langue française*, faz uma referência genérica às condicionais (cf. § 150 – Rem.1 e § 365 – 2º).

Dentre as gramáticas mais recentes, merecem menção, pela referência a novos casos, *Le bon usage*, de M. Grevisse, particularmente o § 270, com observações relativas ao discurso indireto livre (embora, aqui, se possa falar em elipse da oração principal); lembremos, também, a *Grammaire Larousse du français contemporain*, § 597, em que vários traços são mostrados em suas

---

1 Cf. G. Gougenheim – *Syst. grammat. de la langue franc.*, p. 337-8.

2 Cf. G. Gougenheim – *op. cit.*, p. 337-8.

múltiplas relações[3]. Não menos interessante é a *Grammaire du français classique et moderne*, de Wagner e Pinchon; salientem-se, especificamente, o § 603 – com importantes observações sintáticas, ausentes nas obras acima – e o § 702, em que se apresenta um novo exemplo de subordinação inversa no campo das adverbiais causais[4].

Os três tipos de enunciação – frase coordenada, frase segmentada e frase ligada – propostos por C. Bally, em *Linguistique générale et linguistique française*, constituem o quadro que nos permite explicar o fenômeno em tela. Enfocaremos, especificamente, algumas considerações do autor sobre a frase segmentada. Esta é caracterizada como uma frase única, resultante da condensação de duas coordenadas; ressalte-se, porém, que a soldadura é imperfeita e possibilita a distinção de duas partes: uma, *A*, é o tema do enunciado, e a outra, *Z*, é o rema (em francês, *propos*).

O importante a observar é que entre *A e* Z deve haver, obrigatoriamente, uma pausa e que os elementos podem apresentar-se na ordem *AZ* ou *ZA*. Retomemos um dos exemplos dados por C. Bally: *"Cet élève* (A), je l'aime bien (Z)" (que também poderia apresentar-se sob a forma: "Je l'aime bien (Z), *cet élève* (A)"). A, em posição inicial, implica uma entoação ascendente; em posição final, deve ser pronunciado em tom baixo. Z, por sua vez, tem a entoação normal de uma frase independente. Portanto, pausa e melodia são características fundamentais das construções segmentadas[5]. Acrescente-se que, do ponto de vista sintático, o elemento A é como um apresentador do enunciado de Z e corresponde a uma oração subordinada; no exemplo acima, *cet élève* equivale a "puisqu'il est question de ...", "s'il est question de ...".

Embora as explicações de Bally sejam detalhadas, procuramos selecionar o que consideramos fundamental para o esclarecimento do fenômeno que nos ocupa. A subordinação inversa revela-se como uma construção segmentada de seqüência AZ, que ilustra o intercâmbio entre oração principal e oração subordinada; tomemos, a título de ilustração, o exemplo:

[3] Como a exploração desses traços transcende os limites do tema em questão, não nos ocuparemos disso, aqui. Ressaltemos, contudo, a importância de uma leitura atenta do parágrafo mencionado.

[4] Referência especial cabe também à *Synt. du franç. mod.*, de Georges e Robert Le Bidois, pelos vários parágrafos dedicados ao assunto (sobretudo no 2º volume), e que mereceriam uma resenha à parte, na qual fossem englobados outros casos de subordinação adverbial. Assinale-se que os autores não utilizam a expressão "subordination inverse".

[5] Queremos ressaltar a atualidade das considerações de C. Bally; melodia da frase, construções intervirguladas (e móveis), problemas de tematização são tópicos que vêm chamando cada vez mais a atenção dos sintaticistas.

> *"L'hiver n'était pas encore achevé* (A) | que je me remis à voyager (Z)" (Descartes, Méth. III)

Com efeito, o primeiro segmento corresponde a uma subordinada adverbial temporal introduzida por *avant que*. A pausa estabelece uma ligação frouxa entre os dois elementos; a presença do *que* (semanticamente, a mais vazia das conjunções subordinativas) reforça um pouco a ligação, mas observemos que é facultativo. A coesão fraca possibilita a permuta entre A e Z:

> "Je me remis à voyager, que l'hiver n'était pas encore achevé".

Podem ser feitas as mesmas observações com relação ao período: *"Vous me menaceriez* (A), que je ne céderais pas (Z)". Entretanto, neste caso, não é possível a permuta das orações; como a primeira corresponde a uma subordinada adverbial condicional, e a segunda, à principal, não é possível, nesse período, inverter a relação de condição e resultado. Parece-nos, portanto, uma restrição de caráter semântico, com implicação sintática (a não-permuta), o que nos permite justificar o agrupamento das subordinadas inversas em dois blocos – temporais e condicionais –, de acordo com a proposta de G. Gougenheim, acima apresentada.

Embora Bally vincule as construções segmentadas, em francês, à expressividade (em função dos efeitos de *expectativa* e *surpresa)*, cremos que o fator principal reside na perda das flexões e na conseqüente ordem rígida dos termos oracionais (aspectos timidamente enfatizados pelo autor), o que resultaria na procura e ampla utilização de recursos expressivos, com particular destaque para a chamada construção segmentada, que ocorre em português com mais parcimônia. Todavia, não são inexistentes exemplos de subordinação inversa em nossa língua. Assim, em:

> "Pudesse eu, *que* de boa vontade lho cedia: (...)" (V. Nemésio, *Mau tempo no canal*, 376).

Notem-se a pausa que antecede o *que* e a possibilidade de omissão dessa partícula; sem a conjunção subordinativa, a oração por ela introduzida é indiscutivelmente a principal.

Apresentam-se, como em francês, as subordinadas adverbiais temporais introduzidas por *apenas* ou *mal*. Os advérbios *apenas* e *mal* substituem o latim *vix*, que tinha como correspondente na oração seguinte a conjunção temporal *cum*. Com a omissão do elemento correspondente a *cum*, esses advérbios adquiriram o caráter de conectivos e, assim, as orações por eles introduzidas tornaram-se subordinadas[6]. De uma construção como "*Apenas* chegou, *quando*

[6] Cf. Epifânio Dias – *Sint. Hist. Port.*, § 399.

todos saíram", com a elipse de *quando*, obtém-se: "*Apenas* chegou, todos saíram"; acresça-se a sinonímia de *apenas* com *logo que*, o que determina facilmente a passagem de *apenas* a conjunção. Dessa forma, a segunda oração, de subordinada que era, passa a principal. As mesmas considerações são válidas para *mal* (e *nem bem*).

Ressalte-se, contudo, que há casos, em português, que poderiam, de certa perspectiva analítica, ser interpretados como ilustrativos de subordinação inversa, mas, examinados mais profundamente, não o são.

À p. 47 de sua *Teoria da Correlação*, J. Oiticica discute um caso curioso, com base no período: "Fiquei alegre, *tais* foram as notícias". A presença de *tais* e o valor de conseqüência da primeira oração levam-no a postular um caso de construção correlativa, em que a subordinada adverbial consecutiva aparece mascarada de principal (*Fiquei alegre*) e, para efeito de análise, propõe que se restabeleça a construção primitiva: "As notícias foram *tais*, *que* fiquei alegre"[7]. A ênfase na conseqüência teria levado a oração correspondente para a posição inicial, com a omissão do conectivo. Dessa forma, poderíamos ver, aqui, um exemplo de subordinação inversa (diferente, contudo, dos acima examinados).

Assinale-se, todavia, que o período acima é justaposto. Das duas orações que o constituem, a segunda não pode funcionar como enunciado independente; em *Tais foram as notícias*, a posição inicial do pronome implica a ligação obrigatória com algo que antecede. Trata-se, portanto, de um segmento subordinado; na verdade, a segunda oração é uma subordinada adverbial causal justaposta. Saliente-se, também, o fato de que a relação de causalidade comporta dois termos: causa e efeito; na subordinação causal, subordina-se a causa, e na consecutiva, o efeito. No exemplo em tela, o sintagma subordinado é o que exprime a causa. Todas essas observações permitem-nos considerar que não se configura, aqui, um caso de subordinação inversa, diferentemente da posição de J. Oiticica.

Outra construção que poderia levar-nos a postular a existência de subordinação inversa, em nossa língua, é a representada por períodos como "Há dias que não chove". Várias análises vêm sendo propostas para esse tipo de período e não cabe, aqui, discuti-las todas exaustivamente. Contudo, uma das possibilidades deve reter nossa atenção: a mais generalizada, que considera *Há dias* como oração principal, e *que não chove* como subordinada adverbial temporal[8].

[7] A mesma posição de J. Oiticica é defendida por C. Ayer – *Gram. comp.* ..., § 308 (p. 667).

[8] Para uma síntese das várias propostas, consulte-se E. Bechara – *Mod. Gram. Port.*, p. 503-4.

O exame da construção justaposta correspondente – *Há dias não chove* – indica, com clareza, que *há dias* é a temporal; prova-o o fato de esse segmento não poder constituir um enunciado independente aceitável, sendo, portanto, o elemento subordinado. Já em *Há dias que não chove*, constata-se uma inversão de funções, o que possibilitaria pensar em subordinação inversa. Lembre-se, entretanto, que a conjunção que introduz esse tipo de construção é facultativa e, sobretudo, deve estar antecedida de pausa. Esta última característica não se verifica no exemplo em questão, o que mostra não tratar-se de construção segmentada; acresça-se que a oração *que não chove* é indispensável. Note-se, ainda, que a inicial passa a subordinada adverbial temporal por simples justaposição, em decorrência da elipse do *que*, diferentemente do que ocorre com as construções temporais de subordinação inversa, nas quais, além da omissão do conectivo, é possível, em alguns casos, a permuta entre as orações constitutivas.

Por outro lado, numa perspectiva diacrônica, é digno de nota um caso de subordinação inversa em português: a passagem de *embora* a conjunção subordinativa concessiva, em orações optativas em correlação com a partícula *que*: "Ria *embora* quem quizer, que eu em meu siso estou" (Gil Vic.)[9]. Em decorrência do contraste resultante do contexto, o advérbio *embora* torna-se conjunção concessiva e dá-se a omissão do *que*; a segunda oração passa a principal, e a primeira adquire o caráter de subordinada, iniciada por *embora*: "*Embora* ria quem quiser, eu em meu siso estou"[10].

Finalmente, cumpre salientar que, na subordinação inversa, apesar do caráter facultativo do conectivo, estão presentes outros traços importantes de subordinação: a pausa, a entoação, a seqüência temporal, as possibilidades de permuta, a coesão. Ainda que essa construção sintática seja praticamente desconhecida em nossa língua, é fundamental que se dê maior atenção a esses traços, também presentes em outras estruturas subordinadas, com o objetivo de hierarquizá-los e caracterizar, com mais clareza e rigor, a subordinação em português.

[9] Cf. S. Ali – *Gram. Hist. da Língua Port.*, § 949.
[10] Id. – *ibid.*, § 950.

Bibliografia

ALI, M. Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa.* 5.ed., São Paulo, Melhoramentos, 1965.

AYER, C. *Grammaire comparée de la langue française.* 4.éd., Paris, Fischbacher, 1900.

BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française.* 4.éd., Berne, Francke, 1965.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa.* 37. ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro, Lucerna, 1999.

CHEVALIER, Jean-Claude *et alii. Grammaire Larousse du français contemporain.* Paris, Larousse, 1964.

DIAS, A. Epifânio da Silva. *Sintaxe Histórica Portuguesa.* 4.ed., Lisboa, A.M.Teixeira, 1959.

GOUGENHEIM, Georges. *Système grammatical de la langue française.* Paris, D'Artrey, 1962.

GREVISSE, Maurice. *Le bon usage.* 11.éd., Paris-Gembloux, Duculot, 1980.

LE BIDOIS, Georges & LE BIDOIS, Robert. *Syntaxe du français moderne.* 2.éd., Paris, A.Picard, 1968 (2 vol.).

NYROP, Kr.. *Grammaire historique de la langue française.* Paris, A.Picard, 1930 (t. 6ème.).

OITICICA, José. *Teoria da Correlação.* 2.ed., Rio de Janeiro, "Org. Simões", 1962.

WAGNER, Robert L. & PINCHON, Jacqueline. *Grammaire du français classique et moderne.* éd.revue et corrigée, Paris, Hachette, 1991.

O Acusativo Latino e a Língua Portuguesa

Castelar de Carvalho
UFRJ

Sermone quotidiano – quo cum amicis, coniugibus, liberis, servis loquamur.
(Quintiliano, XII, 10, 40)

1 - Introdução

A língua latina era uma só mas, como ocorre em toda língua de cultura, apresentava diversidade de realizações. Para falarmos com Coseriu (1986:306), constituía um diassistema em que se contrapunham dois níveis: o latim escrito e o latim falado. Em termos lingüísticos, uma variante culta (*sermo nobilis*) e uma variante coloquial-popular (*sermo vulgaris* ou *usualis*), que corresponderiam respectivamente aos dois segmentos fundamentais da sociedade romana: os patrícios e os plebeus.

O *sermo nobilis,* regido pela disciplina gramatical, gozava de notável unidade em todo o Império. Era a língua da escola, das letras, da retórica, da política e das leis. Sua versão literária, estilizada, recebe a denominação de latim clássico (LC), cujo período de esplendor vai do século I a.C. ao I d.C.. Nessa modalidade de língua é que foram compostos os monumentos literários da prosa e da poesia latina, representados pelas obras de Cícero, César, Horácio, Virgílio, Ovídio, dentre outros escritores de relevo.

Estilisticamente, pautava-se o LC pelo apuro do vocabulário, correção gramatical e elegância do estilo. Gramaticalmente, caracterizava-se pela riqueza flexional e pelo sintetismo morfossintático. Possuía 5 declinações, 6 casos, 4 conjugações verbais e 3 gêneros (masc., fem. e neutro). A oposição de quantidade (vogal longa/breve) era um traço pertinente de seu sistema fonológico.

Da preservação dessa língua literária é que pôde ser depreendida a estrutura léxico-gramatical do idioma dos romanos, hoje registrada nos dicionários e gramáticas de latim e ensinada nas Faculdades de Letras.

O *sermo vulgaris* – o chamado latim vulgar (LV) –, por sua vez, era a língua viva, falada cotidianamente não apenas pela plebe (como sugere o inadequado adjetivo "vulgar"), mas na verdade por todos os segmentos da sociedade romana, inclusive os usuários do *sermo nobilis*, conforme deixa entrever a descrição de Quintiliano (I d.C.), a qual faz referência a uma das modalidades desse tipo de língua.

Falado em todas as épocas e regiões do *orbis romanus*, constituía o LV um conjunto complexo e instável de fatos lingüísticos, englobando variados *sermones* (*cottidianus, rusticus, provincialis*), daí Serafim da Silva Neto (1977:33) preferir chamá-lo de latim corrente. Na condição de língua predominantemente oral , estava sujeito a toda sorte de alterações e influências: temporais, geográficas e sobretudo socioculturais. Nunca foi uniforme, e sua evolução ao longo do tempo acompanhou a expansão e as vicissitudes do Império Romano, durante um período de cerca de sete séculos (II a.C. – V d.C.).

Durante esse longo e incessante devenir o LV, avesso à disciplina gramatical, evoluiu livremente e, embora houvesse inúmeros pontos de contato entre a língua escrita e a falada, foi pouco a pouco se diferenciando do latim escrito, efetivando inclusive certas tendências latentes no próprio LC. Nesse sentido, acabou por forjar um arcabouço fonológico e morfossintático que serviu de base para o desenvolvimento das línguas românicas e que pode ser assim sintetizado: perda da oposição de quantidade, perda do *-m* final, desenvolvimento de determinantes (artigos), maior uso de prefixos e sufixos, grande simplificação flexional, largo uso de preposições (tendência ao analitismo), predomínio da ordem direta, léxico mais simples.

Tão profundas modificações acabaram por configurar a fisionomia gramatical do LV: oposição vocálica de qualidade (v. aberta/fechada), 3 declinações (fusão da 4ª com a 2ª e da 5ª com a 1ª), 3 conjugações (fusão da 3ª em *-ĕre* com a 2ª em *-ēre*), 2 gêneros (masc. e fem., com a eliminação do neutro) e redução dos 6 casos a 2 (nom. e acus.) e depois a 1 (acus.). Dessa redução e posterior desaparecimento dos casos, com suas causas e conseqüências para a língua portuguesa, é que trataremos neste artigo.

2 - A Redução dos Casos

2.1 - Causas

Cada um dos seis casos do LC desempenhava funções sintáticas específicas. Representados por morfemas gramaticais chamados desinências casuais (terminações ou segmentos situados à direita do radical ou do tema da palavra), correspondiam os casos latinos às seguintes funções sintáticas em português: nominativo = sujeito e predicativo do sujeito; vocativo = vocativo;

acusativo = objeto direto e adjunto adverbial (de causa, de lugar, de tempo); genitivo = adjunto adnominal e complemento nominal; dativo = objeto indireto e complemento nominal; ablativo = adjuntos adverbiais e agente da passiva.

Como havia seis casos e cinco declinações (6 x 5 = 30), teoricamente deveriam existir apenas 60 desinências casuais, levando-se em conta o singular e o plural, mas na verdade o que havia era um número extraordinário de terminações, difícil de se memorizar para o uso na comunicação do dia-a-dia. Na prática, contudo, esse número acaba bastante reduzido, uma vez que a maioria das terminações apresentava semelhança mórfica, coincidindo entre si diversas desinências nas cinco declinações. A seguir, uma relação dos casos cujas terminações eram iguais.

1) No sing.: nom. = voc. em todas as declinações, exceto na 2ª nos nomes em *-us (lupus)* e *-ius (filius)*; nos nomes em *-er (puer)* eram também iguais; 2) no plur.: nom. = voc. nas cinco declinações; 3) no sing. e plur.: nom. = voc. = acus. nos nomes neutros da 2ª, 3ª e 4ª declin.; 4) gen. e dat. sing. = nom. e voc. plur. na 1ª declin.; 5) no plur.: dat. = abl. nas cinco declinações; 6) gen. sing. = nom. e voc. plur. (masc. e fem.) na 2ª declin.; 7) gen. sing. = nom. e voc. sing. , além do acus. plur., nos nomes masc. e fem. da 4ª declin.; 8) no plur.: nom. = voc. = acus. na 3ª, 4ª e 5ª declin., nos nomes masc. e fem.

Observando com atenção o quadro acima, duas evidências nos saltam aos olhos. A primeira diz respeito ao número elevado e conflitante de terminações iguais, com uma mesma desinência servindo a vários casos. Por outro lado, uma mesma função também podia ser expressa por mais de um caso, como por exemplo na frase " mandar cartas a um amigo", que admitia tanto o acusativo preposicionado junto a verbo de movimento – *litteras mittere ad amicum* –, quanto o dativo – *litteras mittere amico* –, enfatizando neste caso o beneficiário da ação. Tais situações resultavam em fator de perturbação para o usuário do LV.

A segunda evidência é a constatação de que o acusativo, dentre os demais casos, era o único que tinha fisionomia própria, confundindo-se poucas vezes com os outros casos. As terminações de acus. sing. (*-m)* e plur. (*-s*) representavam marcas individualizadoras, especificidade morfofonêmica que deve ter contribuído para torná-lo caso único no LV da Península Ibérica. É verdade que o neutro singular da 2ª declin. também terminava em *-m*, mas esse gênero cedo se confundiu com o masculino, como ensina Maurer Jr. (1959:79): "A confusão do neutro singular com o masculino operou-se na língua popular em época bem antiga".

Em decorrência da situação acima descrita, a maioria dos estudiosos considera que motivações de ordem fonética e/ou sintática constituem as causas

principais para explicar a redução e o posterior desaparecimento dos casos na língua popular. Iordan & Manoliu (1980:I,230), por exemplo, dizem o seguinte:

> La caída de las consonantes finales, y en primer lugar la de la *-m*, aumentó considerablemente el número de las homonimias casuales. Por esto, no debe extrañar que a lo largo de toda su historia la lengua latina manifestara cada vez con mayor fuerza la tendencia a precisar el valor de relaciones contextuales por medio de las preposiciones.(...) El uso de las preposiciones hizo inútil la presencia de los morfemas de caso.

Entre nós, Maurer Jr. (1959:85) segue a mesma linha de pensamento:

> O emprego das preposições se tornava uma necessidade quando a confusão das desinências, pela perda das consoantes finais e pelo enfraquecimento do timbre vocálico, trazia ainda maior obscuridade à frase.

J. J. Nunes (1956:215) também conjuga as causas fonéticas com as sintáticas: "A estas razões fonéticas da mutilação sofrida pelo latim no seu sistema declinativo juntaram-se outras, sintácticas". Menéndez Pidal (1958:205) acrescenta às causas fonéticas e sintáticas outras de natureza psicológica (a necessidade de clareza?) : "Sin embargo, no son estas razones fonéticas, sino otras psicológicas y sintácticas, las que más contribuyeron a la pérdida de la declinación latina".

Entre os partidários do predomínio das causas sintáticas encontram-se os romanistas Väänänen (1968:182) e Bourciez (1946:87). Grandgent (1952:79) apresenta o mesmo ponto de vista:

> Ya desde el principio las preposiciones eran más usadas en el lenguaje popular que en el literario; las construcciones preposicionales, con el tiempo, fueron tomando cada vez más la función de puras distinciones casuales, y el uso de los casos se hizo más y más restringido.

Vale a pena registrar aqui o pensamento de Serafim da Silva Neto (1979: 226) a respeito do assunto. Para o saudoso filólogo, três causas concorreram para a eliminação dos casos:

> (...) a passagem do sintetismo para o analitismo é o resultado de três fatores: 1) as alterações fonéticas; 2) algumas construções preposicionais que, já no latim clássico, faziam concorrência aos casos; 3) modificação profunda da mentalidade geral. (...) Assim, ao termo da fase latina, a flexão casual estava reduzida ao caso-sujeito e ao caso-regime.

De nossa parte, pensamos que os condicionamentos fonéticos e sintáticos, importantes sem dúvida para explicar o desaparecimento dos casos, são, na verdade, conseqüências de causas mais amplas, de natureza externa, desencadeadoras de forças centrífugas de inovação que acabaram por prevalecer sobre as forças centrípetas de conservação lingüística. Pensamos em causas de

natureza política e sociocultural, condicionadoras da evolução interna, como a desagregação política e social de Roma, com a quebra da unidade latina e a conseqüente "modificação profunda da mentalidade geral" a que se refere o Autor. Em outra obra, Serafim (1976:38) enfatiza que

> (...) toda unidade lingüística se baseia numa unidade da civilização e que o latim começou a desagregar-se à medida que a civilização romana se enfraquecia e empobrecia.

A verdade é que a multiplicidade de desinências casuais semelhantes e a tendência ao apagamento (apócope) dessas terminações, a par do desaparecimento gradual da oposição quantitativa (v. breve/longa), fazendo com que casos como o nominativo (*rosă*) e o ablativo (*rosā*) singular se neutralizassem, contribuíram para aprofundar a deriva evolutiva do latim vulgar. Vale ressaltar que a tendência a reduzir o número de casos remonta aos primórdios da própria língua latina, na qual os antigos casos locativo e instrumental acabaram absorvidos, em sua maior parte, pelo ablativo.

Para tornar mais claro o seu pensamento, recorreram os falantes a dois expedientes sintáticos: a ordem direta e as preposições. Estas, aliás, já funcionavam no próprio LC como partículas coadjuvantes dos casos (o acus. e o ablat. podiam ser preposicionados). Lembremos, por exemplo, que para se referir ao lugar onde, aonde e de onde, dizia-se respectivamente: *in templo*, *in templum*, *ex templo*. Não foi por acaso, portanto, que a posição e a preposição (que tornaram dispensáveis os casos) converteram-se nos dois marcadores sintáticos por excelência na frase românica.

2.2 - Cronologia

É tarefa difícil estabelecer uma cronologia precisa da redução gradual dos casos, até restarem apenas dois: o nominativo (*casus rectus*), com suas antigas funções e mais a do vocativo, e o acusativo (*casus obliquus*), com suas funções próprias e mais as do genitivo, dativo e ablativo. Tentemos aqui esboçar um roteiro dessas reduções, acompanhando a evolução do LV.

1) O nominativo desde cedo absorveu o vocativo, inclusive na língua literária, como afirma Grandgent (1952:80): "en Plauto, Horacio y Tito Livio aparecen vocativos en *-us* en lugar de *-e*." O Autor refere-se aos nomes em *-us* da 2ª declinação, caso isolado em que o vocativo em *-e* diferia do nominativo, porque nas demais declinações (e até na própria 2ª, nos nomes em *-er*) os dois casos tinham as mesmas desinências. Além disso, o nominativo, na condição de caso reto, era muito mais produtivo sintaticamente do que o vocativo, daí haver prevalecido sobre este. "En latín vulgar la forma de vocativo probablemente se perdió del todo", diz Grandgent (1952:81).

Em português, o único vestígio do vocativo é a saudação litúrgica *Ave-Maria.* Do nominativo restaram os pronomes pessoais retos: eu<*ego*, tu<*tu*, ele<*ille*, nós<*nos*, vós<*vos* e os demonstrativos: este<*iste*, esse<*ipse*, aquele<**accu+ille* (para Pottier (1968:54), esses demonstrativos provêm do acusativo), além de certos nomes próprios – Cícero, César, Nero, Júpiter, Marcos, Pilatos, Jesus, etc. – e comuns: júnior, sênior, sóror, câncer, deus. Estes nomes foram preservados por influência eclesiástica ou erudita.

2) O genitivo foi inicialmente substituído pelo ablativo regido da preposição *de*. Em Virgílio (*Georg*., 3,13), por exemplo, lê-se: *templum de marmore*, em vez de *marmoreum templum.* Na exemplificação a seguir, a forma clássica – desinencial – vai entre colchetes. Trata-se de exemplos tanto da língua literária quanto da popular.

Ap. Väänänen (1968:185): Ter.: *admiratio de filio* [*filii*] "admiração do filho"; Liutpr.: *in presentia de domino* [*domini*] *servi* "na presença do servo do senhor". *Ap.* Maurer Jr. (1959:87): *amor de patria* [*patriae*] "amor da pátria"; *casa de patre* [*patris*] "casa do pai"; *Per.: hostia de basilica* [*basilicae*] "hóstia da basílica"; S. Agost.*: carnales tribulationes de vita ista* [*vitae istae*] "tribulações carnais desta vida". *Ap.* Grandgent (1952:81): Plauto: *nil gustabit de meo* [*mei*] "nada de meu provará"; Cíc.*: partem de istius impudentia* [*impudentiae*] "parte desse atrevimento"; *Vulg.: de Deo* [*Dei*] *munus* "dádiva de Deus"; *Per.: clerici de ipsa ecclesia* [*ipsae ecclesiae*] "clérigos da própria igreja". Grandgent afirma que o genitivo desapareceu no início do século III d.C.

Em português, restaram uns poucos vestígios de terminações que provieram do genitivo, não mais percebidas sincronicamente. Patronímicos do tipo Fernandez<*Fernandici*, Antunez<*Antonici*, pela evolução de *-ci*>*-z*; alguns topônimos (Guimarães<*Vimaranis*) e nomes diacronicamente compostos: aqueduto<*aquae+ductu*, terremoto<*terrae+motu*, jurisprudência<*juris+ prudentia*, agricultura<*agri+cultura.*

3) O acusativo regido de *ad* acabou por generalizar-se, em detrimento do dativo, não só na língua popular mas também na literária, conforme nos informa Väänänen (1968:184): "El dativo alternaba, desde PIauto, en función de complemento indirecto, con el giro *ad* + acus." Exs.: Plauto: *hunc ad carneficem* [*carnefici*] *dabo* "entregarei este (homem) ao verdugo"; *Epid. : ad hostis* [*hostibus*] *exuvias dabit* "abandonará os despojos aos inimigos"; Greg. Tur.: *ad episcopum* [*episcopo*] *aiebat* "dizia ao bispo"; Hor.: *tandem urbanus ad hunc* [*huic*] *inquit* "finalmente o cidadão disse a este (homem)".

Ap. Grandgent (1952:82/83): Plauto: *ad me* [*mihi*] *magna nuntiavit* "anunciou-me grandes (coisas)"; Varr.: *apparet ad agricolas* [*agricolis*] "aparece aos lavradores"; *Per.: cum haec ad vestram affectionem* [*vestrae*

affectioni] *darem* "como eu desse estas (coisas) à vossa afeição". *Ap.* Maurer Jr. (1959:92): *Vulg.: qui dixit ad mulierem* [*mulieri*] "que disse à mulher". Segundo Grandgent, o dativo desapareceu por volta do século IV d.C.

Em português, são vestígios do dativo os seguintes pronomes pessoais oblíquos (obj. ind.): mim<mi (arc.)<*mihi*, ti, si (cf. *tibi, sibi*), por analogia a mi, e lhe<*illi*.

4) Posteriormente, com o emprego cada vez mais generalizado das preposições, o acusativo, empregado com *per, de, cum, in, sine, pro*, e outras, acabou por absorver o ablativo, até mesmo no plural, em que as desinências dos dois casos – bem diferentes – eram inconfundíveis. Coutinho (1969:226) cita os seguintes exemplos, retirados de inscrições do século I d.C.: *de fratres* [*fratribus*] "sobre os irmãos" ; *in finem* [*fine*] "no fim"; *sine fructum* [*fructu*] "sem fruto"; *pro nos* [*nobis*] "por nós".

Pidal (1958:206) afirma que "desde muy antiguo el latín vulgar tendió a construir todas las preposiciones con acusativo, olvidando el ablativo". O romanista espanhol apresenta exemplos colhidos em inscrições de Pompéia e da Península Ibérica: *Saturninus cum suos discentes* [*suis discentibus*] "Saturnino com seus discípulos"; *iacet in locum* [*loco*] "jaz no lugar"; *pro salutem* [*salute*] "em benefício da saúde". O *Appendix Probi* registra nos exemplos 220 e 221: *noviscum non noscum* e *vobiscum non voscum*.

Em português, as orações adverbiais reduzidas de particípio e de gerúndio, elegante e conciso recurso de estilística sintática, constituem uma ressonância do ablativo absoluto: *partibus factis, leo locutus est* "feitas as partes, o leão falou"; *oriente sole, milites abiverunt* "nascendo o sol, os soldados partiram".

5) Na verdade, como informa Bourciez (1946:87), o acusativo era empregado com todas as preposições ("derrière toutes les prépositions") desde o século I d.C., restando, desse modo, apenas dois casos: o nominativo e o acusativo. Posteriormente, perdendo este o *-m* final que o caracterizava no singular, acabaram os dois casos por se neutralizar, inicialmente nos nomes da 1ª declinação (*rosa = rosa(m)* e depois nos da 2ª, com a perda do *-s* final do nominativo (*lupu(s) = lupu(m)*. Na 3ª declinação, essa neutralização deve ter demorado um pouco mais, acabando o acusativo por absorver o nominativo (*valli(s) / valle(m)*).

No plural, entretanto, o *-s* final permanecerá como marca forte e inconfundível do acusativo e da flexão de número, do que dão testemunho as inscrições, nas quais é o acusativo, e não o nominativo, que aparece na função de sujeito: *filias matri fecerunt* "as filhas dedicaram à mãe"; *quiescant reliquias* "(que) os restos descansem" (*Ap.* Coutinho, 1969:228).

3 - Conclusão

Tornado caso único, passou o acusativo, auxiliado por preposições, a desempenhar todas as funções sintáticas na frase do LV da Península Ibérica. Ao acusativo também é que se vincularão etimologicamente, em sua maior parte, os nomes portugueses (subst. e adj.), daí ser conhecido como o nosso caso lexicogênico, ou seja, gerador do léxico.

Do ponto de vista morfológico, é do acusativo que se derivam as três vogais temáticas nominais da língua portuguesa: *-a, -o, -e,* que correspondem, respectivamente, à 1ª (fem.), 2ª (masc.) e 3ª (masc. e fem.) declinação do LV. Sirvam de exemplo os seguintes nomes: *rosa(m)*>ros*a*, *lupu(m)*>lob*o*, *valle(m)*>val*e* e *ponte(m)*>pont*e*. É também o acusativo que nos transmitirá as desinências de gênero feminino (*-a*) e de número plural (*-s*): *lupa(m)*>lob*a*, *lupas*>lob*as*.

E até na sintaxe portuguesa encontram-se ressonâncias do acusativo. Trata-se das construções com verbos causativos (*fazer, mandar, deixar)* e sensitivos (*ver, ouvir, sentir*), seguidos de infinitivo, em que aparece a figura do sujeito de infinitivo, inclusive pronome oblíquo átono. Representam uma reminiscência da sintaxe clássica latina, conhecida como *accusativus cum infinitivo*: *video recipere se senem (*Plauto, *Aul.*, 710*)* "vejo o velho voltar (ao local)"; *vidi eum ingredi* "vi-o entrar". Em português, eis alguns exemplos extraídos de *Quincas Borba*, de Machado de Assis: "Sofia *deixou*-se *ir* com os olhos no chão" (LXIX); "O cocheiro *fez parar* o cavalo" (LXXXVI); "Rubião *viu passar* muitas cousas suntuosas" (CXLVII). No conto *Missa do galo*, do mesmo Autor, lê-se: "*Ouvi bater* onze horas".

Nestes torneios, o infinitivo não forma locução verbal com os verbos causativos e sensitivos, por isso cada verbo tem seu próprio sujeito.

4 - Bibliografia

BOURCIEZ, Édouard. *Éléments de linguistique romane.* 4ª ed. Paris: Klincksieck, 1946.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa.* Lisboa: Universidade-Aberta, 1991.

COSERIU, Eugenio. *Lecciones de lingüística general.* Madri: Gredos, 1986.

COUTINHO, Ismael de L. *Pontos de gramática histórica.* 6ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

GRANDGENT, C. H. *Introducción al latín vulgar.* Trad. Francisco de B. Moll. 2ª ed. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1952.

IORDAN, I. & MANOLIU, M. *Manual de lingüística románica.* Madri: Gredos, 1980.

MAURER JR., Th. Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

NUNES, José J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1956.

PIDAL, R. Menéndez. *Manual de gramática histórica española.* 10ª ed. Madri: Espasa-Calpe, 1958.

POTTIER, Bernard. *Lingüística moderna y filología hispánica.* Versão de Martín B. Álvarez. Madri: Gredos, 1968.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

_____. *História da língua portuguesa.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Presença/INL, 1979.

_____. *História do latim vulgar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

VÄÄNÄNEN, Veikko. *Introducción al latín vulgar.* Trad. Manuel Carrión. Madri: Gredos, 1968.

Dicionários e Etimologias

Horácio Rolim de Freitas
ABF

Os dicionários da Língua Portuguesa, ainda que não etimológicos, se arvoram em apresentar a etimologia. É tarefa difícil, pois exige atualização do autor ou da equipe de trabalho. Pode-se argumentar que basta consultar os dicionários etimológicos. Será? Eis o ponto cruciante em Portugal e no Brasil: a falta de um dicionário etimológico atualizado com os estudos que se têm feito nesse campo. Trabalho ingente que não tem despertado o devido interesse, haja vista os poucos existentes.

O *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Antenor Nascentes, teve sua 1ª edição em 1932, merecendo o prefácio de Meyer-Lübke, o autor do monumental e indispensável *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, mais conhecido como REW. Nascentes não pôde atualizá-lo, pois a preciosa fonte, o REW, teve sua 3ª edição em 1935, um ano após a morte de seu autor. Em 1966, Nascentes publica, pelo Instituto Nacional do Livro, o *Dicionário Etimológico Resumido*, com o registro do étimo sem comentários. Apesar de passados já 70 anos (1932- 2002), a obra de Nascentes ainda é de consulta indispensável. Contudo, as lacunas e deficiências que existiam continuam.

Em 1952, José Pedro Machado publica, em Portugal, o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, organizado por famílias de palavras. O grande mérito reside, principalmente, nas abonações e na datação da entrada da palavra na língua. O autor cita a obra de Antenor Nascentes em sua bibliografia. Trabalho de grande mérito, apesar de não solucionar as dúvidas e lacunas encontradas em Nascentes.

Em 1982, A. Geraldo da Cunha publica o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, obra que se esperava estivesse mais atualizada. Na bibliografia constam os dicionários de A. Nascentes e de Meyer-Lübke.

Como explicar a não atualização de um dicionário etimológico? É o que procuraremos explicar a seguir.

A. Nascentes foi criticado por ter publicado a 1ª edição de seu dicionário (1932) antes da 3ª edição da obra-fonte de Meyer-Lübke (1935). Esta foi uma dentre outras causas. Duas outras são de capital importância: domínio do latim corrente para os vocábulos advindos dessa língua e conhecimento dos estudos realizados no campo da etimologia em obras nacionais e estrangeiras.

Apesar de nomes insignes no campo filológico, em Portugal e no Brasil, poucos conheceram o latim corrente em profundidade, as idéias culturalistas e souberam, cientificamente, descortinar a história das palavras como Serafim da Silva Neto. Logo, conhecer-lhe as obras constitui a fonte indispensável para a atualização no campo etimológico.

Para o domínio do latim corrente é preciso conhecer-lhe as fontes, como, por exemplo: *Appendix Probi, Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta, Satiricon, Mulomedicina Chironis,* dentre outras, bem como trabalhos em revistas e livros especializados que constituem estudos daqueles textos. Eis o grande domínio de Serafim da Silva Neto. Em 1938, publica a obra *Fontes do Latim Vulgar*, um comentário das 227 palavras que compõem o Appendix Probi[1], texto provavelmente do séc. III ou IV.

Pelas datas verifica-se que Antenor Nascentes não teve a obra de Serafim como fonte de atualização em seu dicionário. Tal justificativa, contudo, não pode ser admitida para as obras publicadas posteriormente. A referida obra de Serafim teve uma 2ª edição em 1944 e uma 3ª ed. em 1956.

Em 1957, vem a lume a *História do Latim Vulgar*, sob os princípios culturalistas, principalmente emanados de um Schuchardt, onde Serafim tem oportunidade de posicionar-se sobre a etimologia de diversas palavras, sempre sob uma ótica científica. Para o conhecimento da história das palavras o pesquisador deve entrosar a Filologia com a Sociolingüística, o Folclore e a Literatura. No dizer de Serafim: "Dicionário que não faça a história das palavras não passará de um simples catálogo"(apud *Manual de Filologia Portuguesa*, pág. 354).

Cada palavra tem a sua história, percalços e, muitas vezes, dificuldades em sua trajetória no tempo e no espaço. Daí a lição de Serafim: "O fenômeno

[1] *Appendix Probi* - Usamos, aqui, Appendix como masculina, da maneira como Serafim da S. Neto emprega a palavra. Outros autores, como Sílvio Elia, preferem a forma feminina: a Appendix. Explique-se que, no latim erudito, o gênero era feminino: appendix, -icis, s. fem. Houve mudança de gênero e a palavra entrou em nossa língua já como masculina, como confirma sua datação no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado – em 1757 – "Com *hum* Appendix Consideraçoens...", bem antes da publicação do texto, que é de 1837. Portanto, ambos os gêneros são admitidos.

lingüístico, longe de ser linear e simples, (como julgavam os neogramáticos) era complexo e, não raras vezes, uma linha quebrada e sinuosa" (apud *Língua, Cultura e Civilização*, pág. 41).

Outra obra de leitura obrigatória é a *História da Língua Portuguesa,* cuja 1ª edição é de 1952. Nada igual ou melhor se fez em Portugal ou no Brasil. E como bem a classificou o Prof. Sílvio Elia: "Trata-se de trabalho ciclópico" e "obra ímpar em nossa cultura". Teve uma 2ª edição em 1970, ainda por Livros de Portugal, com apresentação de Celso Cunha. Em 1979, a Presença Editora traz a público a 3ª edição, com prefácio de Sílvio Elia, apresentação de Celso Cunha, índice de palavras organizado por A . G. Cunha e índice onomástico por Raimundo Barbadinho Neto. Essa obra descreve com mestria a história e a cultura de nossa língua. Nela encontramos a explicação etimológica de inúmeras palavras. Destaque-se o capítulo sobre a origem dos dias da semana e o precioso sobre a metafonia. Seguem-se outras obras de Serafim da Silva Neto cujas lições não podem ser desconhecidas: *Manual de Filologia Portuguesa,* 1952, *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa*, 1956, ambas editadas pela Livraria Acadêmica; *Ensaios de Filologia Portuguesa*, Editora Nacional, 1950, e *Língua, Cultura e Civilização*, Livraria Acadêmica, 1960.

Pela segurança no conhecimento, pelo critério científico e pela visão culturalista, as obras de Serafim da Silva Neto devem ter prioridade no acervo bibliográfico de todo conscienciosо pesquisador no campo lingüístico-filológico.

Mas voltemos aos dicionários. À exceção de Antenor Nascentes, cuja obra é anterior aos estudos de Serafim da Silva Neto, cabem restrições de caráter científico à obra de A. G. Cunha , publicada em 1982. Apesar de nomear nas fontes bibliográficas o *Manual de Filologia Portuguesa* e a *História da Língua Portuguesa,* verifica-se, facilmente, que a equipe de pesquisadores não leu as obras do mestre, limitando-se às explicações etimológicas do séc. XIX, sem o respaldo do Culturalismo. Como deixar de consultar, num trabalho de pesquisa histórica da língua, as obras: *Fontes do Latim Vulgar* e *História do Latim Vulgar*?

Vê-se, daí, quão difícil é o trabalho lexicográfico, principalmente no campo da etimologia. Requer leitura constante e atualização, além da perspicácia científica. Mesmo que o dicionário não seja etimológico, se se propõe apresentar as etimologias, deve-se fazê-lo de maneira atualizada sob os princípios científicos.

Há pouco, publicou-se, em 2001, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa,* o maior em número de entradas da língua portuguesa. Trabalho de fôlego e de mérito indiscutível sob a orientação de seu idealizador, o mestre

Antônio Houaiss, filólogo dos melhores e de cultura vastíssima. Contudo, no que se refere à etimologia, o nível não condiz com os outros campos da obra. Algumas explicações, além de desatualizadas, são primárias.

Esta introdução referiu-se à confecção de dicionários e às fontes bibliográficas. Analisemos alguns fatos de língua, com alguns verbetes exemplificativos, comparando os critérios utilizados pelos dicionaristas aqui citados com os trabalhos de Serafim da Silva Neto e de Meyer-Lübke.

Consoantes Geminadas

Sabe-se que, na evolução do latim corrente para o português, as consoantes geminadas simplificam-se, como: *peccatu>pecado; caballu>cavalo; stuppa>estopa*, ao passo que as consoantes simples intervocálicas alteram-se ou pela sonorização ou pela síncope, como: *pacare>pagar; amatu>amado; salute>saúde* e, em alguns casos, permanecem: *paucu>pouco; cautu>couto; calore>calor* por causas diversas.

Em muitas palavras do latim corrente, causas específicas alteraram a forma original sem cujo conhecimento não se faz a correta evolução. É o caso da palavra *bruto*. Havia *brutu* tanto no latim literário quanto no latim corrente. Se a palavra em nossa língua adviesse de *brutu*, teríamos, certamente, *brudo*, em virtude da sonorização. Como explicar-se a linguodental surda? Eis o trabalho do filólogo, a importância do pesquisador.

Serafim da S. Neto diz-nos que "Muitas palavras tinham duas formas de acordo com os dialetos latinos."

a) com vogal longa + consoante simples: *būca, pūpa, stūpa, brūtu*

b) com vogal breve + consoante dupla: *bŭcca, pŭppa, stŭppa, brŭttu*

Observe-se o exemplo que ocorre no texto do *Satiricon*[2], de Petrônio: "*Hodie non buccam panis invenire potui*".

Mas a principal causa, que explica aquelas formas geminadas, nos dá Serafim da S. Neto (apud *Fontes do Latim Vulgar*): "Na linguagem corrente ocorre geminação de caráter expressivo em várias palavras." *Bruttu*, portanto, é o étimo de *bruto*, havendo, apenas, a simplificação da consoante geminada.

Outra não é a lição que encontramos em Ernout-Meillet in *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine,* pág. VIII: "Il y avait aussi des mots de

[2] Manuel C. Diaz y Diaz - *Antología del Latín Vulgar*. Madrid, Editorial Gredos, 1950, pág. 18.

caractère "populaire", reconnaissables à beaucoup de traits, vocalisme radical ă gémination de consonnes intérieures, etc; ces mots ont souvent une valeur affective". E ainda: "Le vocabulaire "populaire" est aussi instable que le vocabulaire aristocratique est permanent."

Comparemos os étimos apresentados pelos dicionários aqui mencionados:

	Houaiss	**Nascentes**	**A. G. Cunha**	**REW**	**Serafim da S. Neto**
bruto	brutu	brutu	brutus	bruttus	bruttu

Vê-se que os três dicionários dão como étimo *brutu*, forma tirada ao latim literário e não ao latim corrente com a geminação, como registram o REW e Serafim da S. Neto.

Outras palavras servem-nos de exemplo:

	Houaiss	**Nascentes**	**A. G. Cunha**	**REW**	**Serafim**
burrico	burricus	burriccu	burricu	burriccus	burriccu
braço	brachium	bracciu	brac(c)hium	brachium	bracciu
camelo	camelu	camellu	camellus	camĕllus	camellu
pêlo	pilus	pilu	pilus	pilus	pillu
pipa p/ vinho	pipa	pipa	pipa	pipa	pippa
pata	etimologia obscura	origem incerta	origem onomatopaica	patta	patta
copa	cupa ou cuppa	cuppa	cuppa	cupa	cuppa

Todos os vocábulos exemplificados no quadro comparativo tiveram a consoante geminada de caráter expressivo na linguagem corrente.

O étimo de *burrico* só apareceu corretamente no dicionário de Nascentes. A. Houaiss e A. G. Cunha tiram-no da forma de uso do latim literário.

A palavra *braço*, cujo étimo *bracciu* também passou pela geminação, a par da forma *braciu*, é tirada por A. Houaiss e A. G. Cunha de *brachium* forma do latim literário onde o dígrafo ch sugeria a pronúncia de consoante aspirada do grego βραχίου. Também o REW não atualizou esse étimo.

Para a palavra *camelo* A. Houaiss dá o étimo do latim literário *camelus* tirado ao grego κάμηλοσ, enquanto Nascentes e A. G. Cunha dão o étimo

correto com geminação *camellu*. Serafim ensina que *camellu* é forma documentada e Ernout-Meillet (apud Dictionnaire) explicam: "A palavra veio ao latim do grego κάμηλοσ. Foi alterada em *camellus*."

Quanto às palavras *pêlo* e *pipa*, constata-se que os citados dicionários, incluindo o REW, tiram-nas de *pilus* e *pipa* sem geminação, caso em que dariam outras formas em português. Serafim registra *pillu* e *pippa*, lembrando que em Horácio e Marcial já aparece a forma geminada *pillus*.

A palavra *pata* é apontada como de origem obscura, explicação que não condiz com o étimo correto *patta*, registrado por Serafim nas *Fontes do Latim Vulgar*.

Finalmente, a palavra *copa* tem o étimo correto de *cuppa* em Nascentes e A. G. Cunha, enquanto A. Houaiss admite *cupa* ou *cuppa*, formas registradas nos dicionários latinos de uso literário. A forma originária é de proveniência popular com a referida geminação. O REW também não dá o étimo atualizado.

O Tratamento do Ditongo *au* na Evolução para o Português

O ditongo *au* evoluiu para *ou* no português: *tauru>touro; mauru>mouro.* Paralelamente, em formas dialetais, o ditongo *au* monotongou-se em *o*: *paupere>popere*, surgindo, assim, algumas formas divergentes. Tal evolução já ocorria no séc. VII a. C. no falisco e no prenestino por influência úmbrica, na qual se encontra *toru* por *tauru*[3].

Além de **popere* relaciona Serafim outros exemplos de monotongação do ditongo *au:* **foce* por *fauce*, *coda* por *cauda*, *Clodio* por *Claudio*, *Oreliano* por *Aureliano, cole* por *caule, godire* por *gaudire, lodare* por *laudare, odire* por *audire*[4].

Também o Prof. Sílvio Elia nos afirma: "É normal no umbro a passagem do ditongo *au* a *o*."[5] Em inscrições pompeianas encontramos: "Aulus *O*lo suo salutem"[6].

A monotongação do ditongo *au* em *o* explica várias palavras do português, impedindo que ocorra o absurdo de dizer-se que *pobre* proveio de *paupere*. Todos os especialistas no campo histórico, nacionais e estrangeiros, registraram

3 Serafim da Silva Neto – *A Formação do Latim Corrente*, Petrópolis, Tip. Patronato Cruzeiro, 1941.

4 Serafim da Silva Neto – *História do Latim Vulgar*, 1957; *Fontes do Latim Vulgar*, 3ª ed., 1956.

5 Sílvio Elia – *Os Elementos Osco-Umbros no Vocabulário Latino,* 1950.

6 Manuel C. Diaz y Diaz – op. cit., pág. 34.

o caso da monotongação. Citemos o grande Carlo Tagliavini: "*O* por *au* era pronuncia volgare, largamente attestata nei dialetti rurali e in Roma stessa (plostrum accanto a plaustrum; coda accanto a cauda ecc.)"[7]

Comparemos nos dicionários citados o tratamento etimológico dado ao ditongo *au* em algumas palavras.

	Houaiss	**Nascentes**	**A. G. Cunha**	**REW**	**Serafim**
pobre	pauper	pauper	pauper	popere	popere
orelha	auricula	oricla	auricula	auricula	oricla
louvar	loar	loar	laudare	laudare	louar
ouvir	audire	ouir	audire	ouir	ouir

Nossos três dicionaristas tiram *pobre* da forma do latim literário *pauper,* sem atentarem para a evolução do ditongo au e para a existência da forma *popere.* O mesmo ocorre com a palavra *orelha* que Houaiss, A. G. Cunha e o REW tiram-na da forma literária *auricula*, enquanto Nascentes dá o étimo correto.

Lembremos que já no *Appendix Probi* registra-se *auris non oricla*, comprovando-se a forma popular monotongada.

Até as pessoas cultas, ao usarem da linguagem corrente, atestam a forma monotongada, como constatamos na carta de Cícero ao irmão Quinto, onde aparece a expressão proverbial: "*Oricula infima molliorem*"(Mais brando que o lóbulo da orelha).[8]

Em relação aos verbos *louvar* e *ouvir,* houve no latim as formas *laudare, audire* e *lodare, odire*, estas dialetais com a monotongação. Evoluíram para o português arcaico, respectivamente, para *louar* e *loar, ouir* e *oir*.

As formas *loar* e *oir* (de *lodare* e *odire*) foram de uso literário, predominam nos textos arcaicos e não evoluíram para o português moderno.

Já as formas *louar* e *ouir* (de *laudare* e *audire*), de uso na linguagem corrente, evoluíram, passando pelos seguintes estágios:

louar>louuar>louvar ; ouir>ouuir>ouvir

Das formas *louar* e *ouir* surgiu um fonema de transição *louuar* e *ouuir* que, posteriormente, sofreu consonantização: louvar e ouvir.

[7] Carlo Tagliavini - *Le Origini delle Lingue Neolatine*, terza edizione, Bologna, Casa Editrice Prof. Riccardo Pátron, 1959, pág. 194.

[8] Serafim da Silva Neto – *História da Língua Portuguesa*, pág. 197.

Outra não é a lição de Augusto Magne: "*Loar* representa o verbo *lodare*. Dá-se idêntica redução em *oir, coa, pobre, foz*, a par destas coexistiram outras em ditongo -ou *louar, ouir* e destas procedem os atuais *louvar* e *ouvir*." [9]

Vê-se que A.G. Cunha tira *louvar* e *ouvir* da forma do latim literário *laudare* e *audire*. A. Houaiss segue-lhe a lição em *audire*.

Quanto ao verbo *louvar,* Nascentes parte da forma monotongada *loar*, que ficou no português arcaico e é seguido por A. Houaiss. Já para o verbo *ouvir,* Nascentes dá o étimo certo: *ouir*, já registrado no REW, que não é preciso em relação ao verbo *louvar*.

O Tratamento do Encontro Consonantal - TL

Sabemos que vários encontros consonantais em palavras do latim literário sofreram alterações na linguagem corrente, gerando em português um novo fonema, como é o caso advindo da palatalização.

Assim, o encontro -tl- após a síncope da vogal postônica *vetulus>vetlus*, na linguagem falada fora alterado para -cl-: *veclus*, surgindo, daí, a forma do português *velho*.

É antiga a lição de Tagliavini, op. cit., pág. 201: "Il nesso *tl*, che già nel Latino preistorico era passato a *cl,* (* potlom>poclom, pocŭlum) mantenne la medesima tendenza anche nel Latino volgare, quando venne a formarsi in seguito alla sincope di vocale atona, e cosi, come già si è accennato, *tl* nato da *t'l,* passa a *cl* (vetŭlus>vetlus>veclus). Questa tendenza è operante in tutto il Romanzo, anche in tempi posteriori."

Idêntica explicação nos dá Serafim da Silva Neto[10]: "O tratamento de tl>cl, verificado no latim corrente, é velha tendência da língua. O Appendix Probi registra *vetulus non veclus; vitulus non viclus; capitulum non capiclum*"

Cita-nos Serafim um exemplo do século V, quando o médico Marcelo Empírico recomendava o suco de *ascla*, palavra tirada de *hastula* (varinha, graveto).

Dessa forma popular com o encontro -cl- recebemos a palavra *acha* (pedaço de madeira).

[9] Pe. Augusto Magne - *A Demanda do Santo Graal,* glossário, III vol., Rio, Imprensa Nacional, 1944.

[10] *Fontes do Latim Vulgar*, pág. 77.

Comparemos os étimos apresentados pelos dicionaristas citados:

	Houaiss	Nascentes	A. G. Cunha	REW	Serafim
velho	vetulus	vetulu>vetlu pron. veclu	vetulus	veclus	veclu
rolha	rotula	*rocla	*rocla	—	rocla

Observemos que A. Houaiss e A. G. Cunha apresentam um étimo tirado ao latim literário, portanto, aqui, inadmissível.

Nascentes explica as formas evolutivas até o étimo da linguagem corrente. O REW registra o étimo correto.

Quanto à palavra *rolha*, com a mesma evolução do referido encontro -tl>-cl, estão atualizados Nascentes e A. G. Cunha, ao passo que o mais recente dicionário, de A. Houaiss, não registra a forma popular. O REW não apresenta este verbete.

O Aparecimento de U em vez de Ŏ

Já dissemos que o campo etimológico é tarefa árdua, requer, no caso da origem latina, um profundo estudo das várias camadas da linguagem corrente para a explicação de diversas palavras que têm desafiado a competência e a argúcia dos filólogos. É o caso da palavra *lugar*, cuja solução etimológica devemos a Serafim da Silva Neto.

Antes, comparemos a etimologia apresentada pelos dicionários já aqui citados:

	Houaiss	Nascentes	A. G. Cunha	REW	Serafim
lugar	localis de locus	locale por locus	localis de locus	localis	lucalis

Constata-se que esses dicionaristas, incluindo o REW, dão a mesma origem, que não condiz com a história da palavra.

Serafim da Silva Neto, no capítulo *Subsídios para a reconstituição do latim corrente,* da obra *História do Latim Vulgar*, pág. 124, nos dá um dos objetivos do conhecimento da história e da cultura das línguas: "indicar algumas das tendências que se iam realizando, em graus diversos, de acordo com as condições e a educação dos grupos falantes, as épocas e os lugares."

Diz-nos o grande filólogo que era tendência no *osco* o fechamento da vogal *o* a *u* (*dunum* por *donum*). No *sermo rusticus* ocorria a mesma alteração fônica, como em *lucus* por *lŏcus*. Da base *lŏcus* surgiu *localis,* enquanto de *lucus, lucalis,* forma que explica o termo *lugar* em português, espanhol e asturiano. De *lucus* formou-se também o verbo *alugar (ad + lucare).* Comprovando ser *lucus* forma documentada, Serafim cita Schuchardt (in *Der Vokalismus des Vulgärlateins*) e Seelmann (in *Aussprache des Latein*), op. cit., pág. 149.

Também Leite de Vasconcelos dá como étimo de *lugar* a forma **lucaris*.

Já em inscrições antigas, às vezes, se encontram formas com *u*, a par de *ŏ*, como exemplifica Grandgent[11]: *lucus*

A Aparente Vocalização da Linguodental

Outro desafio a que se submeteram os etimólogos foi a origem da palavra *cadeira*. Vejamos o étimo que os nossos dicionaristas apresentam:

	Houaiss	**Nascentes**	**A. G. Cunha**	**REW**	**Serafim**
cadeira	> gr. kathédra pelo latim cathĕdra	cathēdra com vocalização do -d-	cathĕdra	catetra> categra	catecra

A. Houaiss, seguindo A G. Cunha, dá como étimo a forma do latim literário, sem explicá-la, admitindo-se, daí, que a semivogal da segunda sílaba proveio da vocalização do -d-. Nascentes apresenta a forma com a alteração de quantidade que ocorreu na penúltima sílaba, mas aponta a vocalização do -d-.

Parece simples derivar *cadeira* de *catedra*. Serafim da Silva Neto procedeu a um estudo intenso, pesquisando as alterações por que a palavra passou, até chegar ao étimo correto[12].

Traçando-lhe o roteiro, Serafim diz-nos que *cathedra* passou a *cathetra* pela alteração do grupo consonantal -dr- a -tr-, fato ocorrido, por exemplo, em **taidros>taitros>taeter*, estando a forma *cathetra* documentada no *Fragmentum Muratonianum*, do séc. II d. C. Tal mudança explica-se por ser a terminação -tra sentida como sufixo, assimilada, por exemplo, a *fenestra.*

De *catetra* surgiu *catecra* pela dissimilação t-t>t-c. Segundo Sommer, citado por Serafim, há exemplos dessa dissimilação tr>cr. *Catecra* já aparece em

[11] Grandgent, C. H. *Introducción al Latin Vulgar*, 2ª ed., Madrid, 1952, págs. 138/139.
[12] In História da Língua Portuguesa, 1ª ed., pág. 169.

inscrições pompeianas, afirmação esta que devemos a Serafim da Silva Neto.

Portanto, a palavra *cadeira* representa a evolução de *catecra* em que, além da sonorização -t->-d-, houve, aí sim, vocalização do fonema velar /k/.

Catecra explica, também, o it. *carrega,* o calabrês *catecra* (forma esta registrada no *Dizionario Dialettale delle Tre Calabrie*, de Rohlfs), e o veneziano *cadegla.*

Meyer-Lübke no REW já registra *catetra* e *categra* e na *Grammaire*[13] explica: "Mas o português *cadeira* e o espanhol *cadera* oferecem o mesmo tratamento que *integer (> integru*). A forma *cadiegro* (limosino) parece falar em favor da passagem de tr a gr."

Conclui-se que Meyer-Lübke, com a perspicácia que o notabilizou, já admitia a evolução *catedra> catetra> categra*, antecipando-se ao estudo de Serafim da Silva Neto.

Qual a Verdadeira Origem do Verbo Deixar?

Comparemos o étimo apresentado pelos dicionaristas citados:

Houaiss	Nascentes	A. G. Cunha	REW	Serafim
deixar<laxare deix- "O étimo vem sendo objeto de controvérsia." Apresenta proposta de Ascoli (delaxo) e de Corominas (contração no uso atonal: de (la)xare de fazer>dexare	alteração do ant. leixar < lat. laxare. Formas com -d: esp. dejar cat. dexar	laxare l>d. O problema não foi solucionado.	laxare"a forma com *d* é inexplicável, talvez apoiando-se em *dare*(?)	*daxare

Querendo-se tirar *deixar* de *laxare,* esbarra-se na explicação das consoantes iniciais *l* e *d.* Houve tentativas de solução, como a do grande lingüista italiano Ascoli, para quem *deixar* proviria de uma forma derivada de *laxo*, isto é, *delaxo.* Corominas, partindo da forma *delaxare*, admite que por contração

[13] Trad. da ed. francesa: *Grammaire des Langues Romanes*, tome premier, Paris, E. Welter, Éditeur, 1890, págs 445/446.

no uso tonal, em frase, como: *de(la)xare de fazer*, passaria a *dexare*. Estas tentativas de explicação, já ultrapassadas, são as citadas por A. Houaiss.

Nascentes e A.G. Cunha mantêm o étimo *leixar*, admitindo ambos que o problema não foi solucionado. O REW procura ver relação com o verbo *dare* (?).

Serafim da Silva Neto[14] apresenta dois fortes argumentos:

1°) Coexistência de formas de influência sabina junto a forma romana. Palavras do latim de Roma em que o *l* era substituído por *d*, por influência sabina e falares rurais, são comuns no uso popular: *cadamitatem* por *calamitatem; dacrimis* por *lacrimis; capitodium* por *capitolium.* Serafim cita Schuchardt no *Vokalismus des Vulgärlateins* onde se atestam exemplos como: *modestiam* por *molestiam; cederis* por *sceleris*.

Devido a essa influência, explica-nos Serafim: "*Daxare* teria existido em classe social diversa ao lado de *laxare*. Dessa coexistência saíram o arcaico *leixar*, usado na literatura, e *deixar*, usado nas classes humildes, o qual sobrepujou o aristocrático *leixar*. Não é **daxare* sabinismo único no latim."

2°) A antiga influência dos sabinos, deixando traços lingüísticos no latim, é reforçada pelo fato de a península ibérica ter sido colonizada por elementos do Sul da Itália. Desse modo, conclui o Prof. Serafim que o verbo *daxare,* proveniente do Sul da Península Ibérica, viajou para a Hispânia com numerosos colonos itálicos.

Argumento ponderável , também, apresenta-nos o Pe. Augusto Magne (apud *Glossário da Demanda do Santo Graal*): "*Deixar* teria existido na linguagem do povo desde os primórdios, e só mais tarde entraria na literatura, tendo origem independente, paralela a *leixar*."

É importante observar que na *Demanda do Santo Graal*, embora predomine *leixar*, a forma *deixar* já aparece nove vezes.

No início do séc. XIII (1209), os *Portugaliae Monumenta Historica* já registram a forma *dexare*: "Se ella *dexare* seu marido, seja deseredada."

Seguro de sua pesquisa, Serafim da Silva Neto assim se posiciona: "De maneira que já não se pode dizer, como Leite de Vasconcelos, que a origem de *deixar* não esteja bem esclarecida"[15].

Pelos exemplos tirados aos dicionários em questão e aqui analisados, pôde-se comprovar a deficiência no campo etimológico, carecendo a nossa bibliografia de uma obra confiável. Essa iniciativa caberia, principalmente, à

[14] *Fontes do Latim Vulgar*. 3ª ed., Rio, Livraria Acadêmica, 1956, pág. 165.

[15] Idem, ibidem, pág. 172.

Academia Brasileira de Letras, que poderia fazer uma terceira edição, atualizada e ampliada, do Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Antenor Nascentes.

Referências Bibliográficas

BRÉAL, Michel e BAILLY, Anatole - *Dictionnaire Étymologique Latin,* 5ª ed., Paris, Librairie Hachette et Cie., 1902.

CUNHA, Antônio Geraldo da - *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa,* Rio, Editora Nova Fronteira, 1982.

ELIA, Sílvio - *Os Elementos Osco-Umbros no Vocabulário Latino*, ed. 1950.

ERNOUT, A. e MEILLET, A. - *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, 3ª ed., Paris, Librairie C. Klencksieck, 1951.

HOUAISS, A. - *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 1ª ed., Rio, Editora Objetiva, 2001.

MACHADO, José Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 1ª ed., Lisboa, Editora Confluência, 1956.

MAGNE, Augusto - *A Demanda do Santo Graal* (Glossário), III vol., Rio, Imprensa Nacional, 1944.

MAROUZEAU, J. - *Traité de Stylistique Latine*, Paris, Les Belles Lettres.

MEYER-LÜBKE, W - *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, Heidelberg, Carl Winter, Universitätsverlag, 1992.

NASCENTES, Antenor - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 1ª ed., Rio, 1932.

———— *Dicionário Etimológico Resumido*, Instituto Nacional do Livro, MEC, 1966.

SILVA NETO, Serafim da - *Formação do Latim Corrente*, Petrópolis, Tip. Patronato Cruzeiro, 1941.

———— *Fontes do Latim Vulgar*, 3ª ed., Rio, Livraria Acadêmica, 1956.

———— *História do Latim Vulgar*, Rio, Livraria Acadêmica, 1957.

———— *Manual de Filologia Portuguesa*, Rio, Livraria Acadêmica, 1952.

———— *História da Língua Portuguesa*, 1ª ed., Rio, Livros de Portugal, 1952.

———— *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa*, Rio, Livraria Acadêmica, 1956.

TAGLIAVINI, Carlo - *Le Origini delle Lingue Neolatine*, 3ª ed., Bologna, Casa Editrice Prof. Riccardo Pátron, 1959.

O Grau em Português

Ricardo Cavaliere
UFF

Ainda há o que discutir sobre a controversa questão do grau em português. De um lado, com fulcro na tradição gramatical e em algumas obras descritivas mais recentes (CUNHA, 1984), o grau é interpretado como mecanismo de **flexão** vocabular; de outro, pela lição oferecida na proposta estruturalista de Joaquim Mattoso Camara Jr. (CÂMARA, 1970), a que se filiam sem grandes reparos outros especialistas contemporâneos, como Evanildo Bechara (BECHARA, 1999) e Horácio Rolim de Freitas (FREITAS, 1991), o grau deve ser interpretado como processo de **derivação** vocabular. Pelo menos um estudo recente, intitulado *Estruturas Morfológicas do Português* (ROCHA, 1998), alimenta a hipótese de o grau do substantivo ser um mecanismo híbrido, sob o ponto de vista da regularidade de seu uso na gramática do português, embora o autor, em traços finais, acate a tese da flexão.

Subsidiado pela teoria do gramático latino Varrão – que estabelece a consagrada dicotomia entre a *derivatio voluntaria*, mecanismo formador de palavras que o falante da língua utiliza optativamente, e a *derivatio naturalis*, mecanismo de atribuição de categorias gramaticais, de uso obrigatório, bem como pela tese de Halliday acerca das relações entre o vocábulo primitivo e seus derivados – ditas abertas, porque ilimitadas e não-excludentes – e entre as formas flexionadas das palavras – ditas fechadas, porque exaustivas e excludentes –, Mattoso conclui que o grau em português não pode ser entendido como processo flexional "porque não é um mecanismo obrigatório e coerente [isto é pertence à *derivatio naturalis* de Varrão], e não estabelece paradigmas exaustivos e de termos exclusivos [o que o incluiria nas relações abertas de Halliday]" (CÂMARA, 1970:73).

A hipótese de Mattoso escuda-se numa perspectiva a um tempo estrutural e funcional, que, no entanto, mais explora o primeiro fator do que o segundo. Nesse sentido, adverte Mattoso que a flexão é um mecanismo utilizado para moldar o vocábulo a fim de exercer determinado papel gramatical – portanto de caráter funcional, que utiliza um quadro de morfemas a um tempo regular, coerente e preciso. Assim, a atribuição da categoria de número ao substantivo, por exemplo, se faz pelo mecanismo da flexão porque o falante sempre haverá

de utilizar, nesse propósito, um determinado mecanismo ou processo do sistema gramatical com inventário reduzido de morfemas: a adição de *-s* ou *-es*, de acordo com a terminação do tema. Mattoso reforça, ainda sob inspiração da teoria de Halliday, essa linha argumentativa mediante referência ao quadro de desinências flexionais do verbo, que é necessariamente restrito e de uso coercitivo: o falante se quiser flexionar um verbo haverá de restringir-se ao conjunto de desinências que o sistema oferece.

Percebe-se, enfim, que, não obstante ressalte a distinção funcional entre flexão e derivação, no sentido de que são mecanismos que servem a propósitos distintos, Mattoso não conduz a questão por esse caminho, justamente o que ofereceria meios mais eficazes para compreendermos melhor os dois processos em pauta. Por outro lado, ainda dentro dos argumentos de caráter estrutural, nota-se certa frouxidão argumentativa, tendo em vista sua inadequação ao conjunto do sistema morfológico do português.

Vejamos a exata medida dos argumentos oferecidos. Adepto da linha mattosiana, Horácio Rolim de Freitas (FREITAS, 1991) assevera que o grau em português não pode ser entendido como flexão por não preencher basicamente os seguintes requisitos: a) não é um processo obrigatório para a elaboração de sentenças, à dessemelhança das flexões nominais e verbais; b) seus paradigmas não são exaustivos e seus termos não são exclusivos entre si. Em linha análoga, Evanildo Bechara é conclusivo: "A derivação gradativa se realiza por dois processos [sintético, mediante uso de sufixo, *homenzarrão*, e analítico, mediante uso de palavra intensificadora, *homem grande*] numa prova evidente de que estamos diante de um processo de derivação, e não de flexão" (BECHARA, 1999:140).

De início, vale notar que a obrigatoriedade da flexão, na realidade, não é própria, mas decorrente daqueles valores internos do sistema lingüístico (as categorias gramaticais) a que serve como instrumento ou processo de expressão. Em outros termos, há de distinguir-se entre a categoria gramatical (o gênero, o número, o tempo, o grau, etc.) e os processos previstos na gramática para expressá-lo (a flexão, a toponímia lexical, o uso de determinados termos de valor meramente categorial, etc.). Assim, se alguém quer construir frases em português, decerto sentirá como obrigatória a atribuição do gênero, do número, do tempo, do modo e de outras categorias; mas não se verá obrigado ao uso da flexão em si. Isso se prova, com facilidade, na vertente popular do português hodierno, em que o falante simplesmente dispensa a flexão número-pessoal do verbo quando o sujeito é expresso em sintagma próprio: *Nós tava aqui*. E dispensa por que o sintagma-sujeito assume a tarefa de expressar as categorias de número e pessoa, de tal sorte que a flexão resta redundante. Semelhantemente, em frases como *Eu quero que ele olha por mim*, também comum no português

popular do Brasil, a desinência flexional de subjuntivo não se utiliza por ser dispensável em face do transpositor *que*, suficiente para traduzir os valores categoriais que estariam na desinência.

Decerto, a freqüência de uso da flexão para expressar categorias gramaticais é tão intensa, que aquela acaba assumindo ou "absorvendo" o caráter de obrigatoriedade dessas. Isso se deve ao fato de que a gramática não dispõe de muitas alternativas para semelhante empreitada. Obviamente, nos casos em que só pela flexão se pode expressar o valor semântico da categoria, aquela acaba sendo entendida metonimicamente como a própria categoria, mas uma análise formal não pode confundir a exata medida dessa necessidade. Observe-se que, se a categoria gramatical não se expressa obrigatoriamente pela flexão, como no caso do aspecto verbal, fica claro que imprescindível é a categoria, não o processo pelo qual ela se manifesta. Assim, se me vejo obrigado a expressar o aspecto incoativo em dada sentença, posso optar pela desinência verbal de presente do indicativo, *Partem os corredores*, ou uma perífrase gerundial, *Estão partindo os corredores*, ou mesmo um advérbio flexionado, *Partiram agorinha os corredores*.

Quanto ao segundo requisito residente na tese mattosiana, o da exaustividade, não creio que por ele se possam distinguir os processos atribuidores de grau dos que expressam gênero, número etc., visto que todos afinal são exaustivos. Certamente, é de admitir-se que o número de sufixos ou desinências atribuidores de grau diminutivo, por exemplo, é bem maior do que o número de desinências atribuidoras de número, mas essa é uma diferença meramente quantitativa: ambas a listagens são limitadas. O que se observa, a rigor, é que o sistema morfológico do português oferece mais opções para atribuição de grau ao substantivo do que para a atribuição de gênero ou número. Com efeito, posso atribuir grau aumentativo por uma adjetivação (bigode grande) ou por uma sufixação flexional (bigodão) ou por um traço prosódico (um bigooode!), ou inventar sufixações não convencionais (bigodaço), mas isso não abre as portas da inventividade para o falante criar à vontade. Há apenas maior oferta de possibilidades.

Por outro lado, o aludido critério da regularidade da flexão, no sentido de que ela é coerente e presente em todos os elementos de uma classe homogênea (por exemplo, a dos substantivos) – critério que leva Mattoso Câmara a reconhecê-la na atribuição do gênero e do número, mas não do grau – não resiste a uma aferição mais detida dos fatos. Por esse critério, o gênero na realidade não se expressaria por flexão em português, já que a imensa maioria dos substantivos em nossa língua não se flexionam para expressar tal categoria (*lápis*, *sede*, *voz*, *lamento* etc.). Assim, a tese de que o grau não se expressa por flexão porque nem todos os substantivos são graduados também se aplicaria ao gênero. Por sinal, não

obstante, escudados em outro tipo de raciocínio (de ordem semântico-lexical e não semântico-categorial) alguns lingüistas vêem na expressão do gênero em português um caso de derivação (BECHARA, 1999:132).

Diga-se, ainda, que se levarmos em conta o fator da regularidade para caracterizarmos dado mecanismo como flexão ou derivação, então não se poderá atribuir outra feição ao grau diminutivo senão o da flexão, já que o denominado diminutivo afetivo ou avaliativo, seja com sufixo -inho ou um outro menos comum, é aplicável a todos os substantivos do português.

A questão nodal, pois, está em verificar o caráter finalístico do processo, dentro do sistema gramatical, para caracterizá-lo como derivação ou flexão. Esta a postura da gramática tradicional, que sempre atribuiu à derivação uma função genética no âmbito externo do léxico, ao passo que a flexão atua no âmbito interno da morfologia. Por sinal, o próprio Mattoso Câmara não hesita em afirmar que "o resultado da derivação é um nôvo vocábulo" (CÂMARA, 1970: 72), ao passo que a flexão cumpre mera função modeladora da forma vocabular a fim de que a palavra possa expressar categorias gramaticais na sentença. Assim, o sistema dispõe de dois mecanismos distintos: um revitaliza o léxico em face das novas e crescentes necessidades de representação semântica do universo cognitivo do homem, outro confere a dado termo a roupagem adequada para a expressão semântica de categorias gramaticais indispensáveis.

Temos aqui o que Margarida Basílio (BASILIO, 1987) com propriedade denomina de um lado *função de denominação* e de outro *função de adequação discursiva*. Ambas as funções são atinentes ao processo de sufixação em português, mas nem sempre andam juntas. Assim, dado sufixo exerce a *função de denominação* quando altera o significado do termo primitivo a ponto de designar outro ser, o que evidentemente implica um processo de derivação; cumpre, por outro lado, a *função de adequação discursiva* quando modela a classe gramatical, a fim de que a palavra exerça uma função específica na sentença. Nesse último caso, o processo não pode evidentemente ser de derivação, já que não há propósito lexicogênico, porém mera adequação morfológica para a expressão de uma categoria gramatical. Essa distinção é deveras importante na medida em que prova haver casos de sufixação em português que não estão no âmbito da *derivatio voluntaria* de Varrão, porém na esfera mais restrita da *derivatio naturalis*.

Sem dúvida, o sufixo *-mente*, formador de advérbios em português[1], bem como os sufixos atribuidores de grau ao substantivo, não constituem relações abertas, já que integram um rol limitado, e sua ocorrência é regular, pois sempre se poderá formar advérbios de modo com *-mente* a partir de

[1] Irrelevante aqui a distinção de *–mente* como sufixo ou radical.

adjetivos, assim como sempre se poderá atribuir grau diminutivo a substantivos com o sufixo *-inho*. (ao menos com valor afetivo). Há evidentemente casos em que o sufixo atribuidor de grau atua em função de denominação, mas isso em face de corrupção do sentido original do termo (como *portão*, que de "porta grande" passou a "um tipo especial de porta exterior").

Em última análise, cabe distinguir sufixação flexional de sufixação derivacional. Trata-se do mesmo mecanismo com finalidades diferentes: a primeira busca expressar uma categoria, a segunda visa criar uma nova palavra. Vale mais uma vez observar que tanto a atribuição de categorias quanto a criação lexical não se manifestam "materialmente" apenas pela sufixação, já que, enquanto a criação lexical utiliza outros mecanismos morfológicos (prefixação, conversão, parassíntese etc.) a atribuição de categorias se serve das alomorfias (*tenho – tive*) ou de morfemas supra-segmentais (*avô – avó*).

Constata-se, decerto, que em *amigão*, *amiguinho* ou *amiguíssimo* não há criação vernácula, porém mera atribuição de uma categoria gramatical, a de grau, razão por que a única compreensão possível desses processos é o da flexão. Com razão advertia, ainda no final do século XIX, Maximino Maciel, filólogo sergipano radicado no Rio de Janeiro, que a flexão de grau é uma "modificação organica na terminação do vocabulo para a expressão do grao", com a observação de que tal processo se obtém "mediante suffixo de funcção gradual (portão, portinha, justissimo) ou mediante um adjetivo intensivo para o substantivo e um adverbio intensivo para o adjetivo, ex.: cão grande, porta pequena, muito justo" (MACIEL, 1922).

A tradição gramatical, em suma, utiliza critérios semânticos, para distinguir a derivação da flexão, com significativa eficiência para posicionar o grau no âmbito das flexões; já o estruturalismo de Mattoso Câmara se serve de critérios formais para chegar à mesma distinção, com a ressalva de que o intuito de utilizá-los para provar o caráter derivacional do grau em português não atinge o fim pretendido.

Bibliografia:

BECHARA, Evanildo Cavalcante. *Moderna Gramática Portuguesa.* 37 ed. Rio de Janeiro, Lucerna,1999.
FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de Morfologia.* 3 ed. Rio de Janeiro, Presença, 1991.
ROCHA, Luís Carlos de Assis Rocha. *Estruturas Morfológicas do Português.* Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1998.
CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa.* Petrópolis, Vozes, 1970.
BASILIO, Margarida. *Teoria Lexical.* São Paulo, Ática, 1987.
MACIEL, Maximino. *Grammatica Descriptiva.* 8 ed. Rio de Janeiro, 1922.

TRANSCRIÇÕES

A Universidade e a Desvalorização do Professor Secundário*

Dino Fioravante Preti
PUC-SP

Não sei se é possível tratar das relações entre a universidade, a escola pública e o professor secundário, abstraindo-se de uma discussão mais ampla sobre a atual política educacional do País. Discussão que poderia partir da definição do próprio papel que o professor secundário deveria desempenhar na sociedade brasileira, abandonando definitivamente as visões românticas, mas também trágicas, de um profissional relegado ao seu papel de sofredor resignado, bem definido num sintagma odioso, de circulação nacional: "o coitado do professor". Papel que tem até tradição literária e podemos busca-la lá em Machado de Assis, no "Conto de escola", no Policarpo "em chinelas de cordovão, com a jaqueta de brim lavada e desbotada, calça branca e tesa e grande colarinho caído." (Assis, M., *Várias Histórias*)

Toda uma política salarial que se vem prolongando pelos anos afora, aliada às péssimas condições de trabalho que já entraram para o folclore das reportagens de TV, seria, em princípio, a responsável mais direta pelo clima de desânimo que conduz ao abandono da profissão, ao desinteresse pela atualização de conhecimentos e mesmo ao desestímulo dos jovens universitários em escolher o magistério como carreira profissional. Em todas as atividade marginais que a crise do desemprego vem gerando (perueiros, camelôs, prestadores de serviços de toda ordem), há sempre muitos professores miseráveis e desiludidos, que assim vão resolvendo os problemas de empregabilidade, para repetirmos o neologismo de ministro do Trabalho, Edward Amadeo.

É a escola, é o Estado brasileiro aviltando o professor. É a escola pública mergulhada na mais recente fanfarronada dos computadores, distribuídos a estabelecimentos onde nem sequer existem mínimas condições de uso.

* *Uma primeira versão deste texto foi apresentada durante o debate sobre "O ensino e a Universidade", na Associação dos Antigos Alunos da FFLCH/USP, em 11/12/97. Este artigo foi publicado no* Jornal da USP, *edição de 27/4 a 3/5/1998, pág. 2.*

É a escola falando grosso em Informática e até nos requintes da Internet, mas indiferente aos problemas humanos da educação. E sem a resolução deles, os processos tecnológicos se tornam supérfluos.

Em nossos dias, se parte das famílias matricula seus filhos na escola pública, apenas por falta de meios, uma outra parte, de maior renda, busca a escola particular, de olhos direcionados, desde o primeiro dia de aula, para os exames vestibulares que ocorrerão quase uma década depois. Por isso, as escolas particulares de melhor nível econômico anunciam equipamentos e recursos tecnológicos, mas ninguém se preocupa em falar da qualidade dos professores e de sua responsabilidade no processo de formação, que vai muito além das técnicas informacionais.

Seguramente, deveria preocupar à escola, principalmente, a formação de um homem social e politicamente consciente, decorridos 11 anos de aulas quase diárias. No fim do curso secundário um jovem, pelo menos, deveria revelar maior confiança em si; ter sua vocação estimulada pelo convívio e pelo diálogo de muitos anos de escola; possuir uma sensibilidade mais apurada pela experiência das leituras; ser capaz de exercer a crítica e tomar decisões.

Ao invés disso, sai anualmente do segundo grau uma geração de jovens robotizados, inseguros, com formação científica e artística deficiente, direcionados pelas modas de seu tempo, incapazes até de decidir sobre sua imagem pessoal. Alardeando uma liberdade ilusória, têm o mesmo ódio e aversão pelas mesmas coisas; repetem formas de agir comuns; obrigam-se aos mesmos gostos; perdem seu direito de escolha e seu julgamento crítico; são comandados pela mídia, pelo rolo compressor da propaganda, pelos modismos passageiros. A compulsão de seus atos vai desde o copo obrigatório de coca-cola, em todas as situações sociais (hoje presente até dentro das salas de exibição dos cinemas!), até a admiração pelos ritmos importados, qualquer que seja a sua qualidade, pelo filme de violência, pelos vocábulos ingleses inseridos na linguagem do dia-a-dia, índice expressivo de sua perda de identidade em relação à própria língua que tão mal conhecem.

A escola perdeu sua função formadora. E a sociedade, quando busca responsáveis para os excessos da nova geração, costuma atribuir a culpa exclusivamente aos excessos da mídia, mais em particular à televisão (instrumento de lazer, acima de tudo), como se a missão desta fosse educar, substituindo a escola despreparada para fazê-lo e para formar a consciência crítica do estudante.

Quem se importa com o professor, com sua formação e atualização? Ele é que deveria conduzir seus alunos à ansiedade do saber; à crítica; ao estudo da experiência histórica; aos caminhos difíceis da ciência; à vida expressa nos textos literários; à poesia, presença indispensável na brutalidade do mundo moderno.

Na realidade, hoje, até a literatura foi condenada à máquina comercial dos cursinhos, poderosos e oportunistas, mas considerados indispensáveis. Neles, normalmente, zomba-se do conhecimento transmitido pela escola, considerado, por princípio, deficiente e desatualizado. E, nesse novo contexto escolar, a leitura perde sua capacidade formadora e transforma-se em esquemas e estratégias técnicas para responder a perguntas de vestibular.

Todo esse quadro gerou não apenas a desvalorização do professor pela escola, mas, o que é pior, gerou um sentimento de inferioridade, de perda de seu papel social no mundo moderno, por parte do próprio professor, que assumiu a função de "coitado". Os mais antigos vivem de memórias sentimentais do ensino, uma visão de pieguismo perdido na avaliação dos acontecimentos folclóricos da escola, destituídos de um sentimento de luta, de que é bom exemplo o livro que a Secretaria da Educação imprimiu com cinqüenta textos, selecionados entre muitos, com o título *O professor escreve sua história.*

E os jovens, os professores que acabam de deixar os bancos das faculdades de Filosofia? Aqui chegamos ao ponto que nos interessa: que lição trazem da experiência universitária que lhes permita o exercício da nova profissão?

O sonho começa

Quando os jovens acabam seu curso secundário e procuram suas futuras profissões, essa decisão é tomada tendo em vista a possibilidade futura das carreiras. Ninguém parte conscientemente para um fracasso, para uma frustração, para um caminho que conduza à pobreza ou à marginalização profissional. Cada profissão oferece, de acordo com cada época histórica, maiores ou menores oportunidades de êxito profissional. Quem vai para Medicina, obviamente quer ser médico; quem entra na Politécnica deseja ser engenheiro; quem vai para Direito, advogado; etc. Quem escolhe a Faculdade de Filosofia (ou outras faculdades que, entre seus objetivos incluem o magistério), quer ser professor. E, nessa profissão, o caminho mais simples é o ensino secundário, mais acessível, à maioria.

Por que, hoje, dentro desse contexto assustador da escola secundária brasileira, que pouco oferece em termos de futuro aos novos profissionais, alguém pretenderia ser professor? Muitas vezes me fiz esta pergunta e cheguei à conclusão de que o ensino é a profissão que mais se identifica com a própria condição social do homem. Sim, porque durante toda a nossa existência estamos ensinando ou aprendendo alguma coisa e passamos de alunos a professores e de professores a alunos nas situações mais inusitadas, principalmente no contexto familiar, onde nem sempre damos ou fazemos bem as lições.

Assim, os alunos escolhem a profissão do magistério, procuram um curso superior em busca de um diploma que lhes permita exercê-la e surpreendem-se ao verificar que a própria faculdade se encarrega, ao longo dos anos, de ignorar o papel do professor secundário, procurando dar aos cursos outros objetivos, outros caminhos, muito mais difíceis e não raro indefinidos, como a profissão do pesquisador. Seria esta, realmente, uma profissão acessível à grande massa de alunos dos cursos de graduação? E haveria mercado de trabalho para ela, considerado o Brasil de hoje?

Em certas disciplinas dos cursos das faculdades de Filosofia, por exemplo, seus professores perderam de vista essa realidade para a qual os alunos ingressaram na faculdade: o magistério secundário. Alguns chegam a falar desse tema, mas limitam-se a repetir o imaginário popular que não cansa de referir-se ao professor-vítima. As prioridades dos cursos se deslocam gradativamente para a pesquisa e o incerto caminho da pós-graduação, onde, a exemplo dos vestibulares, só há vagas para os mais privilegiados intelectualmente.

O sonho termina

Um contato com as classes dos últimos semestres revela que a maioria dos alunos que já trabalha no comércio, nos bancos, nos escritórios pretende formar-se e continuar trabalhando no comércio, nos bancos, nos escritórios, porque o magistério se apresenta para eles como uma profissão absolutamente sem futuro. Ou então pretende tentar a pós-graduação. Foram iludidos durante os cursos ou a faculdade vem-se esquecendo de sua prioridade, que é a formação de professores secundários.

Não estou advogando aqui um ensino voltado para problemas didáticos, que cumpriria à área de Educação da universidade realizar (e acredito que cumpra eficientemente o seu papel). Imagino um ensino direcionado para certos fins específicos que, sem fazer abstração da pesquisa, mantenha o aluno sempre atento para a realidade da escola de segundo grau.

A atual falta de professores, nas universidades públicas, a saída de alguns nomes experientes de certas áreas, o distanciamento cada vez maior do objetivo específico de formação de professores secundários são responsáveis pelo surgimento de idéias extravagantes, como a de que é preciso salvar o bom nível da pós-graduação e, portanto, a pesquisa, pois a graduação já não tem mais solução, como se aquela, e não esta, fosse a prioridade da faculdade.

A ausência dessa maior aproximação entre universidade e escola secundária tem feito surgir, ao longo do tempo, situações absolutamente incompreensíveis. Por exemplo, na década de setenta, com a divulgação maior da Teoria da

Comunicação, o ensino secundário de Português se transformou, de repente, em ensino de Comunicação e Expressão. Nos livros didáticos, sujeito passou a ser emissor; frase virou mensagem. Foram precisos muitos anos para que se avaliassem e se abandonassem esses absurdos. Português voltou a ser Português, no currículo da escola secundária. Há muitos outros exemplos desses descompassos entre as novas teorias científicas e a realidade do dia-a-dia do ensino.

Vejo que algumas entidades, como a APLL (Associação de Professores de Língua e Literatura) têm procurado aproximar professores universitários de professores secundários. Mas esse é um trabalho para as faculdades de Filosofia.

E agora?

A grande meta a atingir seria priorizar ostensivamente o ensino de graduação, deslocando para ele os melhores profissionais, fazendo-os participar dos cursos, desde os primeiros semestres, valorizando a formação dos alunos e procurando conscientizá-los da importância social de sua futura profissão, tese, aliás, já defendida por um ex-reitor da USP que, como titular, afirmava que sempre se empenhara em lecionar no primeiro ano dos cursos.

Se as faculdades de Filosofia não assumirem esse papel, pelo menos naqueles cursos voltados para o magistério, é preciso, então, que seus objetivos sejam mudados, revelando-se aos candidatos, desde o vestibular, que se quer formar pesquisadores, pretendentes possíveis aos cursos de pós-graduação; ou, então, que se pretende meramente reciclar conhecimentos, dar cursos de cultura geral, desvinculados de um compromisso mais sério com o ensino de segundo grau, alguma coisa assim como uma "cultura de salão", muito útil para lazer social...

Penso que o desafio está aí; ou se continua incentivando apenas a pesquisa, que poderá esbarrar no funil da pós-graduação, deixando o aluno que a ela não tem acesso sem saber o que fazer com seu diploma; ou se forma um profissional atualizado nas informações, iniciado na pesquisa, mas direcionado para o seu trabalho no ensino secundário, consciente dos valores humanos do magistério e da importância desse trabalho.

E, enquanto isso, a continuar como está, sem o apoio da universidade, a escola secundária prosseguirá ignorando cada vez mais o papel social e pedagógico do professor, rumo a um ensino tecnológico, que se sobrepõe a todos os demais interesses humanos da educação, treinando alunos para os computadores, preparando-os para "navegar" pela Internet, enquanto os livros de poesia estacionam nas bibliotecas. Como será o homem de amanhã?

Aurélio Buarque de Holanda

Wilson Choeri
UERJ/CP II

No ano letivo de 1942 fui, compulsoriamente, transferido para o terceiro turno por falta de pagamento das mensalidades e taxas escolares. O meu "banimento" se deu no auge da Segunda Guerra Mundial. O falecimento de minha mãe, dois anos antes, trouxera o caos e sérios transtornos à nossa vida familiar. Ainda não estava suficientemente preparado para enfrentar as "investdas miúricas" do Raja Gabaglia em busca da gratuidade. A inadimplência cresceu. O turno da noite abrigava imenso contingente de alunos trabalhadores.

O centro da cidade ainda se mantinha muito dinâmico e concentrava a vida noturna e cultural do Rio de Janeiro. Jovens comerciários, alguns marinheiros e muitos dos aprovados no concurso de madureza precisavam estudar e na maioria dos casos obtinham matrícula no colégio. A "Reforma Capanema" começara a ser implantada; criava-se o Segundo Ciclo de Estudos, dividido nos cursos clássico e científico. Na época era vedada a matricula de moças no curso noturno.

O corpo docente que ministrava as aulas, na sua quase totalidade, tinha bom nível acadêmico e didático-pedagógico. Em algumas disciplinas rivalizava em eficiência com o elenco diurno. Em virtude da reforma que extinguira o Curso Complementar de dois nos, que se seguia ao Secundário, foi inevitável o fechamento do excelente Colégio Universitário, mantido pelo Ministério da Educação e Cultura. O Colégio Pedro II passou a integrar, em seu quadro docente, os excelentes professores oriundos do Colégio Universitário.

A maioria foi ministrar aulas à noite, aonde os catedráticos não se dignavam comparecer ou dar o ar de sua graça.

A minha primeira série do curso científico foi privilegiada com os excelentes professores, designados para nos ministrar aulas.

Na disciplina de Português, fomos brindados com a designação do professor Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, que ainda não se projetara como dicionarista.

Homem afável de trato, cortês e benquisto por quantos com ele mantivessem contacto e, também, pelos alunos, não obstante ser rigoroso na aferição da aprendizagem. Beirava os trinta anos, alto e de corpo volumoso. A cabeleira castanho-claro estava sempre revolta. Nordestino, não possuía o biótipo e as características da maioria de seus conterrâneos; guardava, longinquamente, possível ascendência holandesa. Vestido sempre de temo de linho branco de procedência inglesa, camisa de boa qualidade e gravata mantida sempre frouxa no colarinho. Tipo sangüíneo sempre a transpirar em qualquer época do ano.

A todo instante sacava do lenço, embebido em perfume de boa qualidade, enxugava o rosto e o pescoço e fungava. Trazia nas mãos dois ou três livros que a pasta já não mais pudera conter.

As suas aulas eram excelentes, até mesmo encantadoras e muito ricas de informação. Possuidor de boa voz, impostada e de timbre grave constituía fator altamente receptivo para o aprendizado. Provavelmente, por algum desvio do septo nasal, a todo momento fungava e ato contínuo, com lenço sempre na mão, enxugava o suor.

A nossa irreverência crônica não demorou a encontrar apelido para ele: – "Leão da Metro". De fato: a sua leonina cabeleira revolta lembrava a juba do animal e o cacoete de virar a cabeça para o lado, ao fungar, lembravam a abertura dos filmes produzidos pela Metro Goldwin Mayer que iniciavam, sempre, com o logotipo representando a cabeça de um leão urrando e circundada de estrelas.

As aulas do "Leão da Metro"começavam às dezenove horas e tinham sempre bom público. Se fossemos fazer paralelismos entre os mitológicos Nascentes, Oiticica, Quintino do Valle e ele poderíamos explicitar: o Nascentes era um caleidoscópio de informações culturais e da estrutura do idioma. As aulas tinham como centro gerador de impulsos três fatores: os fatos cotidianos, o conteúdo programático estabelecido e a intenção de não se restringir ao fato gramatical pela sua evolução cultural, porém tornar emergentes os aspectos etimológicos destacados.

Já nas aulas do Oiticica prevaleciam a rigidez da nomenclatura gramatical e a disciplina germânica. Inovador, não abria mão da nomenclatura gramatical que defendia e à qual ainda não encontrara muitos adeptos.

As aulas do Quintino do Valle tinham características cartesianas, logicamente lineares. Anunciado o tema da aula, o desenvolvia em etapas sucessivas, mostrava com citações dos clássicos as formas canônicas e a seguir as formas e usos atuais, enfatizando o dinamismo da língua. Ao concluir, induzia e até, subliminarmente, infiltrava na mente do aluno normas e conceitos com que deveria gizar, posteriormente, sua maneira de se expressar. Lembrava sempre que a língua evolui.

O Aurélio Buarque de Holanda procurava transmitir conceitos e normas a partir do texto literário; explicitava o modo escorreito de se redigir, partindo dos fatos gramaticais inseridos no texto dos bons autores e os fazendo emergir para serem incorporados e absorvidos pelos alunos.

Aqui se expressa nada mais que opinião de um ex-aluno que teve sua graduação acadêmica no campo da ciências fisico-matemáticas.

Em uma de suas aulas, o mestre Aurélio trouxe-nos dois textos descritivos impressos, sobre o estouro da boiada: o de Rui Barbosa e o de Euclides da Cunha, aqui transcritos abreviadamente:

Rapazes, vou ler e vocês acompanharão a leitura. Iremos trabalhar e fazer paralelismo entre esses dois textos. Vejamos primeiro, o de Rui Barbosa.

"Já viste explicar o estouro da boiada?

Vai o gado rota segura e mansamente chã e larga, batida e tranqüila ao tom monótono dos *eias* dos vaqueiros.

Caem-lhe as patas no chão em bulha compassada, oscilantes as cabeças, pendente a magrém dos perigalhos, as aspas no ar em silva rasteira por sobre o dorso da manada.

Na vaga doçura dos olhos dilatados transluz a resignação das alimárias. Dir-se-ia a paciência em marcha, em pachorrenta andadura, espertada de quando em vez pelo aguilhão do boiadeiro."

Ao terminar de ler o trecho, deu início às explicações. A leitura feita pelo professor tinha ritmo, entonação, não constituía um cantochão descolorido.

Vejam a beleza e a riqueza verbal com que Rui se exprime. Consegue, como se fosse um pintor impressionista, imprimir e usar com palavras o sentido onomatopaico do gado se deslocando.

É interrompido por uma voz vinda do fundo da sala:

– Mestre, o que é onomatopaico?

Vibrando com a pergunta, não se faz de rogado e fornece a explicação pedida.

– O conjunto de palavras em que de forma harmônica imita a lentidão da caminhada do gado. É a reprodução imitativa do significado das coisas... É a reprodução da pronúncia das palavras que lembra sons da natureza e das coisas.

Após a pergunta, a vibração do professor cresce e nos chama a atenção para outros aspectos do texto:

Observem que o segundo período do texto é também onomatopaico, vejamos "caem-lhe as patas em bulha compassada", logo o leitor infere com as palavras o ruído: "bum, bum, bum" , o escritor fez sonoplastia. Vocês, quando ouvem as novelas radiofônicas, percebem que entre as falas dos atores ouve-se, em surdina, a música ou ruídos de chuva, trovoada, galope de cavalos. Os bons escritores encadeiam as palavras e fonemas com eles gerando ruídos e até mesmo estados de espírito que podem oscilar da euforia à depressão. Podem com fonemas ou grupo deles reproduzir sons da natureza. Cruz e Sousa, poeta simbolista, em um de seus versos, reproduz com palavras, para quem lê a rapidez do raio ao riscar o céu: "Rápido o raio rútilo retalha". Essa figura de estilo chama-se, também, aliteração.

As perguntas pipocavam e lá se ouve a voz de um aluno a perguntar:

– Professor, nesse trecho há muitas palavras e expressões que jamais vi ou ouvi: *magrém dos perigalhos*, *aspas no ar; silva rasteira.*

–Vamos lá pela ordem: *magrém dos perigalhos* é a magra pelanca que pende no pescoço dos bois e vacas, logo abaixo da cabeça; *aspas no ar* são os chifres do boi, observem que imagem bonita, eles em sendo pequenos o autor compara-os aos pequenos sinais gráficos, mas realmente é sinônimo de chifres, cornos; *silva rasteira* é a expressão que Rui usa para figurar que as centenas de chifres, isto é aspas, se assemelham a floresta de baixa altura, isto é, rasteira.

Agora, segue inquirindo a turma:

– Quem de vocês já teve a oportunidade ou a curiosidade de olhar, de perto, um boi ou vaca. Qual a percepção que têm dos olhos desses animais?

O Waldomiro de Oliveira Lima, matogrossense e filho de fazendeiro, criado no meio do gado, é quem toma a iniciativa de responder, com seu jeito de caipira:

– Eles têm um olhar apagado, mortiço, triste. Menos o touro, este tem os olhos faiscantes.

– Ótima contribuição. Quem me dirá, agora, o significado de *pachorrenta andadura*?

– É caminhada, andar preguiçosamente;

– Certo, é lentidão, vagarosidade.

Feita essa digressão interpretativa, Aurélio retoma a leitura do texto, da mesma forma que fizera na primeira parte. Analisa literariamente as expressões: "uma rês se alevanta", "o pânico em desfilada"; "legião de demônios os tangessem"; "barrancos por davante".

Terminada a aula, lembra-nos que na aula seguinte seria abordado o texto de Euclides da Cunha e se faria a comparação estilística com o texto de Rui Barbosa

Surpreendentemente, na aula que havia programado para dar seqüência à comparação, comunicou-nos:

– Antes de ler o *estouro da boiada* de Euclides da Cunha, para que possam sentir melhor e alcançar o estilo desse autor, vamos analisar o texto que antecede ao trecho que estudaremos. É antológico e muito difundido. Vejam, relacionei:

"O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.

A sua aparência entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempeno, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules - Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. [...]

Mas, se uma rês *alevantada* envereda, esquiva, adiante pela caatinga *garranchenta*, ou se uma ponta do gado, ao longe, se trasmalha, ei-lo em momentos transformado, cravando os acicates de rosetas largas nas ilhargas da montaria e partindo como um dardo, atufando-se velozmente nos dédalos inextricáveis das juremas".

Recebido o texto por todos, Aurélio começa propriamente a aula.

– O trecho que escolhi retirei-o do livro *Os Sertões*. Ele não está seqüenciado, selecionei apenas pedaços que servirá para a aula. Euclides descreve dois tipos díspares: o *Gaúcho* e o *Sertanejo*.

Observem que, no primeiro período, o autor faz a distinção entre os dois tipos humanos que vivem no Nordeste: o homem do sertão semi-árido, parco de chuvas, em que a atividade predominante é a pecuária; o outro, do litoral, onde a pluviosidade é mais freqüente.

O sertanejo, enxuto de carnes, curtido pelo sol é mais rijo, mesmo que a sua aparência nos leve a imaginá-lo um fraco, entretanto, ele é um forte. O litorâneo não tem a enxutez de carnes; o raquitismo que lhe atribui o autor parece se derivar da vida sedentária e a neurastenia decorre da agitação das cidades.

Com perspicácia quer testar o nível de informações culturais da turma e lança uma pergunta:

– Qual de vocês é capaz de nos explicar por que depois do autor escrever "É desengonçado, desgracioso, torto", inicia o período que se segue colocando dois nomes próprios: Hércules – Quasímodo?

Açodados, todos nós, queremos explicar, pelo menos a maioria conhece Hércules, mas ninguém consegue identificar Quasímodo.

– Certo, rapazes, Hércules é um herói da mitologia grega. É verdade que realizou os famosos trabalhos que os Deuses do Olimpo lhe propuseram. É o símbolo da força. Ouvi, na algazarra que fizeram para responder, um de vocês dizer que o estreito de Gibraltar, e o rochedo, antes de ter esse nome, chamavam-se Colunas de Hércules... Na mitologia grega atribui-se a ele, com a sua força descomunal, haver aberto a comunicação entre oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo. O adjetivo *hercúleo*, isto é, referente a Hércules, figurativamente pode ser usado quando se refere a dificuldades imensas; "trabalho hercúleo"; "missão hercúlea".

Professor, por que Quasímodo?

– É um personagem retratado pelo escritor francês Victor Hugo, no romance *Notre Dame de Paris*. O personagem era corcunda e de imensa fealdade, surdo, porém dotado de grande delicadeza e sensibilidade.

Ao escrever Hércules - Quasímodo o autor quis retratar o sertanejo como síntese de força, energia, fealdade e também sensibilidade.

Passados mais de sessenta anos, minha "memória regressiva de velho" faz vir à tona a beleza da explicação dada, quando nos foram explicadas as expressões: *rês alevantada, envereda esquiva, caatinga garrachenta*.

Sublima-se ao destacar "crivando os acicates de rosetas largas nas ilhargas da montaria e partindo como um dardo, atufando-se velozmente, nos dédalos inextrincáveis das juremas"

Lá fomos nós incorporando conhecimentos ao aprendermos que *acicates* como sinônimo de esporas; que a espora do sertanejo têm rosetas de diâmetro maior que as usadas no sul do país.

– Observem, jovens, que *dédalos* tem mais força que o seu sinônimo "labirinto" e a expressão "inextricáveis das juremas" enriquecem e embelezam. a descrição. A palavra *inextricável* indica emaranhado indeslindável.

Ao explicar a palavra *inextricável*, emergiu o dicionarista ao nos indicar que a palavra poderia se acrescentar *n*, grafando-se também *inextrincável*.

Os textos de Rui Barbosa e Euclides da Cunha tomaram duas semanas de explicação. A análise do estouro da boiada de Euclides da Cunha foi simplificado, mas o professor não abriu mão de falar do trecho:

"De súbito, porém, ondula um frêmito sulcando num estremeção repentino, aqueles centenares de dorsos luzidios. Há uma parada instantânea. *Entrebatem-se, enredam-se, trançam-se e alteiam-se fisgando vivamente o espaço, e inclinam-se e embaralham-se milhares de chifres.* Vibra uma trepidação no solo; e a boiada estoura..."

– Vejam como o autor consegue retratar, com fidelidade o *se* reflexivo e os verbos adequadamente escolhidos, o entrechoque do gado. Sintam como os dois autores foram diferentes com formas capazes de retratar a *arrancada, a arribação do gado.* Rui fotografa, Euclides cinematografa.

Continuando, nos propõe:

– Quero deixar como tarefa o seguinte: após relerem novamente os dois textos deverão escrever como imaginariam o estouro da boiada. Aqueles que só a viram em filmes de *faroeste americano* tentem, também, reproduzi-la. Virando-se para Waldomiro de Oliveira Lima, exige dele que em sendo mato-grossense, nascido em fazenda de gado, descreva o estouro da boiada, já que demonstrara, em conversa, havê-la presenciado.

Aurélio ao recolher as redações, coisa rara, hoje, entre alguns professores de Português, leu-as todas.

Ao Waldomiro lhe disse:

– Gostei da sua descrição, há uns pecadilhos de acentuação, crase e uma concordância mal feita. Destaquei três palavras usadas que não as conheço.

– Professor, são usadas lá na minha terra nas conversas dos vaqueiros. Nos galpões e na rotina de quem cuida do gado.

Aurélio anotou-as e nos disse: irei colocá-las no dicionário que estou elaborando, como brasileirismos. Lamento que minha memória regressiva não as tenha registrado, pois agora as reproduziria.

Nossas aulas, algumas vezes abordavam os clássicos portugueses. Ao invés de nos intoxicar com *Os Lusíadas*, obrigando-nos a analisar suas estrofes, estâncias e cantos ir garimpar na procura da oração principal, identificar o objeto direto, adjuntos ou orações reduzidas, levava-nos a conhecer a poética camoniana.

Ouço ainda hoje, em surdina, com os ouvidos da lembrança e da saudade, a voz grave de alagoano, já aculturado no Rio de Janeiro a ler o belíssimo soneto seguido de explicações.

Amor é um fogo que arde sem se ver;
É ferida que dói e não se sente;
É um contentamento descontente;
É dor que desatina sem doer;
É um não querer mais que bem querer;
É um andar solitário por entre a gente;
É um não contentar-se de contente...

– Rapazes, sintam a atualidade deste soneto escrito há mais de três séculos e meio... É de fazer inveja a qualquer poeta romântico de nossos dias.

Não obstante ser benquisto pelo alunado, cordial, Aurélio não escapava das nossas brincadeiras eivadas de irreverência.

Ao longo dos dois anos em que fomos seus alunos, só uma vez vimo-lo zangado e ficar irritadíssimo. Como sempre a chegar à sala anunciou do que iríamos tratar:

– Hoje, vou ler e comentar um dos mais belos sonetos da língua portuguesa de autoria de Camões.

Antes de iniciar a leitura, nos adverte:

– Dizem que o soneto fora dedicado a uma dama da corte portuguesa a quem o poeta amara e havia, precocemente, morrido. O seu nome era *Caterina* e o soneto passou a ser conhecido por *Natércia*, anagrama *de Caterina*. Advirto-os que há dúvidas sobre a veracidade do nome do soneto.

Após exauridas todas as explicações que o texto propiciava, inclusive registrar que "viva eu cá na terra sempre triste", era admitido por alguns professores como exemplo do uso do imperativo na 1ª pessoa do singular; opinião que por ele não era abonada, arrematou:

Alguns detratores do vate português acusam-no, nesse soneto, de haver plagiado o poeta italiano Petrarca. Ele pode até ter se inspirado nele, mas daí se dizer haver cometido plágio, é muito exagero e má vontade. Camões, em minha opinião, nada fica a dever a Dante ou até mesmo a Shakespeare como épico. Tivesse ele escrito em outra língua seria muito mais conhecido. Certo, certíssimo, estava o mestre Alexandre Herculano quando disse ser a língua portuguesa o "túmulo do pensamento" por ser ela só falada em Portugal, Brasil e um pouco na África.

Ao concluir e haver enxugado o suor e fungado mais do que costumeiramente, dirigiu-se à turma:

– Vocês, francamente, não concordam comigo que o soneto é belíssimo e perfeito?

– Não, professor! Ele tem um defeito grave casquinou o Genivaldo, gozador juramentado.

– Jovem, por amor de Deus, não me venha dizer que "alma minha" é cacófato ou que "te partiste" tem um *te* inconveniente. Ele é um expletivo, usado pelo poeta para que o verbo continuasse decassílabo.

– Mestre, não é nada disso. Por favor releia novamente o soneto, a partir do verso "Se lá no assento etéreo, onde subiste".

O Aurélio não percebeu a cilada que lhe estava sendo armada e anuiu na leitura.

– *Se lá no assento etéreo, onde subiste, Memória desta vida se consente, Não te esqueças daquele amor ardente Que já nos* olhos *meus tão puro viste.*

Ao concluir este decassilabo, o Genivaldo pediu que parasse.

– Professor, aí é que está o erro de Camões, precisamente aí. – Como erro? Onde?, se impacientou o Aurélio.

– Camões não perdeu nas Índias um olho em combate? Logo ele deveria ter dito "Que já no olho meu tão puro viste".

A turma ao ouvir a gozação explodiu em sonora gargalhada.

Aurélio Buarque desceu do estrado docente, indo na direção do gozador, berrando:

– Sacrílego! Sacrílego! Como você pode conspurcar essa jóia da literatura mundial, com tamanho disparate. Safado, energúmeno, sacripanta, fora da sala, jamais ouse retomar às minhas aulas.

Rubro de raiva, recolheu seus livros e abandonou a sala, berrando.

– Por hoje não há mais aula, talvez nem volte mais aqui.

Um grupo, percebendo que o Aurélio se ofendera, e a brincadeira fora longe, partiu para a sala de professores para se desculpar. Não se fez de rogado, aceitou as desculpas, mas não queria ver o Genivaldo. Na primeira aula, após a brincadeira, ao ingressar na sala, o recebemos com demoradas palmas.

Na época em que nos ministrava aulas, publicou o livro de contos "Dois Mundos". Leu-nos um deles, a "Feira de Cabeças". O bando de Lampião, Virgulino Ferreira, fora dizimado pela Volante da Policia Alagoana. A ação foi impiedosa e macabra. O comandante da Volante determinou que seus soldados decepassem as cabeças dos dez cangaceiros e de Maria Bonita, companheira de Lampião. Levou-as, como troféu para serem exibidas ao público nordestino. Posteriormente as cabeças mumificadas foram entregues ao museu Nina Rodrigues. O bando foi aniquilado, em 1938, e Aurélio Buarque leu-nos o seu

conto, em 1942, antes do livro vir a ser vendido. Analisou, em sala, vários aspectos do cangaço e chamou nossa atenção para a violência dos cangaceiros e dos seus perseguidores. Dizia-nos que a injustiça e a miséria social era uma das causas propiciadoras da violência. Explicitou-nos a ação dos coiteiros. Ao ler alguns dos contos que escrevera mostrou-nos as técnicas, os cuidados e requisitos que se deveriam ter para produzir um bom conto. Indicou-nos para leitura contos de Machado de Assis, Monteiro Lobato, nos *Urupés*, e Guy de Maupassant, o mestre francês.

Estimulou-nos, através de um breve concurso, a que criássemos imagens literárias. Ao julgar destacou algumas que considerou de elevada originalidade. Os concorrentes deveriam ler sua criação em sala de aula. Alguns mal iniciavam, eram sumariamente desclassificados, malandramente, haviam extraído de algum livro famoso, imaginando não serem descobertos. Vibrou, aplaudiu e teceu grandes elogios, quando Ozari Bailão leu a sua contribuição. Aqui estão: – guardei-as e as memorizei.

"A tarde quente, úmida e abafada, estava monótona, monótona, como uma dizima periódica". "O vento, como um moleque arteiro, pulou a janela e esparramou a papelada pelo chão".

Nas múltiplas tentativas de levar-nos a escrever, recomendou-nos a revista *Seleções do Reader's Digest*, onde era colaborador, que passara a ser editada em português. Ele possuía duas seções interessantes: a de condensação de livros de sucesso e outra, com o título "Meu tipo inesquecível". Dizia-nos: "A condensação de um livro é tarefa dificílima. Requer talento para que a obra literária e os aspectos fundamentais não se percam ou sejam mutilados. Proponho e está a alcance de vocês descrever os seus tipos inesquecíveis. Sugiro, para daqui a quinze dias, que me tragam um texto retratando seu tipo inesquecível. Quem de vocês não conhece ou já viu em sua cidade, bairro ou rua um tipo inesquecível? Mãos à obra!"

Preparamos, em grupo, o nosso tipo inesquecível, tendo o Ozari Bailão como escriba-mor e nós dadores de idéias. Decidimos que teria o nome Aureliano e seria professor. Retratamos o tipo inesquecível de forma que ele se parecesse com o nosso professor de português. Safadamente, não se deixou de colocar o apelido que lhe déramos. "Aureliano, por antonomásia "Leão da Metro". Para não usar a palavra apelido, colheu-se no dicionário o sinônimo *antonomásia.*

Numa das descrições do nosso tipo inesquecível foi registrado "Aureliano, enxudioso, sempre transpirando, resfolegando mais que uma locomotiva, além de ser um fungador permanente. Fungava na aula, no corredor em qualquer recinto, até na missa atrapalhando a reza. Fungava, fungava mais que um "Gostosão" ao ter que frear na Av. Rio Branco, quando o trânsito se interrompia.

Explicamo-nos: na época fora renovada a frota de ônibus da cidade. Haviam chegado ônibus modernos e aerodinâmicos e o sistema de frenagem era a "ar comprimido", semelhante aos dos bondes. Ao se deterem, o ar comprimido, quando o motorista tirava o pé do freio, soltava-se fazendo ruído de fungamento. Astutamente, fizemos o nosso tipo inesquecível ter muitas virtudes, bons sentimentos e ser de grande cultura. Coube ao Ozari ler o texto, assinado pelo grupo. Esperávamos o que iria acontecer. Aurélio Buarque de Holanda se identificou logo, logo, como sendo aquele tipo inesquecível. Deu gargalhadas, perguntou o porquê dos apelidos "Leão da Metro" e "Gostosão". Teve senso de humor ao achar originais as comparações, mas um pouco exageradas.

Como seu aluno não tive mais contato com ele. Deixara de ministrar aulas no curso noturno, passara definitivamente a reger as turmas do Curso Clássico. Na época, além das aulas, fazia revisão de português, pontuação dos livros de grandes romancistas: – Jorge Amado, José Lins do Rego, Marques Rebelo, Jorge de Lima e outros. Não nos consta que Graciliano Ramos procurasse o Aurélio. Identificou-se com um grupo de seus alunos que editava a revista *Alfa-Ômega* entre eles Fernando Ferreira de Loanda, Aloyisio Jorge do Rio Barbosa, Fred Pinheiro, Alzira Vieira de Brito e muitos outros.

O João Luís Ney, na época ainda sob a influência de José Oiticica, não lhe dava muita atenção. E mais dele se afastou, quando Aurélio criticou os editores da revista ao optarem pela palavra *ômega*, na forma proparoxitona. João Luís havia feito belíssimo artigo introdutório, discutindo qual a forma mais adequada e erudita: *Ômega* ou *omega*. Aurélio sem saber da presença do autor, criticou a opção feita de forma irônica e com argumentos pouco precisos. João Luís, que havia pesquisado, dando vazão ao seu espírito de polemista e brigão, disse, sem meias palavras, que a crítica era muito superficial e sem lastro e não a acolhia. Mostrou-lhe irônico argumentos outros que guardara para se defender de quem viesse a criticar. Aurélio ao receber provas tipográficas dos livros que revisaria, deixava a revisão gráfica para o Aloysio Jorge, Aury Valente Avilez, Fernando Ferreira e cuidava em corrigir o texto.

Nessa época, os jornais publicaram um manifesto assinado por José Lins do Rego, Jorge Amado, Carlos Drummond e outros literatos em que categóricos afirmavam jamais pleitear ingresso na Academia de Letras. Aurélio Buarque de Holanda negou-se a assinar; considerou extemporâneo e até ofensivo. Mais tarde, todos os signatários, com exceção de Carlos Drummond, inscreveram-se, peregrinaram pedindo votos e parcela significativa deles se imortalizou academicamente.

Aurélio Buarque de Holanda manteve, ao longo dos anos, trajetória intelectual e acadêmica sempre ascensional.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Quaderni di filologia e lingue romaneze. Ricerche svolte nell'Università di Macerata. Terza serie - 15 e Supplemento. Macerata, Itália, 2000, 390 págs. e 223 págs.

Continuam os bravos romanistas da Università di Macerata a sua longa trajetória de estudos e pesquisas de línguas, literaturas e culturas românicas, grande parte resenhadas em números anteriores desta *Confluência,* de que dão excelente mostra estes *Quaderni*, na sua terza serie, sob a competente direção da Professora Doutora Giulia Mastrangelo Latini e da secretária de edições Professora Doutora Rita Monacelli Tommasi.

Relativamente ao ano 2000, sai o nº 15 acompanhado de um volume de *Supplemento*, que reúne as contribuições das Atti del Convegno, "Rapporti culturali fra Italia e Spagna", realizado por ocasião do VII Incontro Macerata, Università degli Studi, entre 16 e 17 de novembro de 2000.

Este nº 15 dos *Quaderni* encerra importantes contribuições que cobrem extensa área da cultura italiana, francesa e espanhola, algumas das quais com repercussão em estudos e pesquisas de filologia portuguesa. Colaboram neste número 15: Valentina Vagnoni ("Le lettere del Cardinale Peretti agli Anziani di Ascoli, 1570-1584", 5-53); Daniela Fabiani ("L'universo poetico di Rosa Berti Sabbietti: un itinerario nella luce" 55-80); Uberto Malizia ("Contribution à l'étude due vocabulaire musical du Moyen Age. La théorie et la pratique", 81-105); Silvia Vecchi ("Le favole del leone e della volpe nell'*Ysopet* di Maria di Francia. Edizione critica", 107-157); Monica Balestrero ("Chrétien e Ginevra", 159-173); Luca Pierdominici ("*Conter* et *juger* dans les *Arrêts d'Amour* de Martial d'Auvergne", 175-192) e ("Editando, concordando". L'esempio delle prime due *Nouvelles du sens*, 193-263); Jean Dubu ("Racine artiste", 265-287); Elisabetta Lelli ("Fernando Paz Castillo; un poeta inolvidable", 289-300); Carlos Alberto Cacciavillani ("Architettura nazionale spagnola; tradizione e rinnovamento 1918-1925", 301-326); Roberto Crescente (L'evoluzione storica e l'attività dei teatri in Abruzzo fino all'800", 327-341); A. Bosco et alii ("Spigolature dialettali", 343-379).

Termina o volume uma resenha de Emilietta Parizza acerca do livro de Manuel Leguineche, *La felicidad de la tierra* (Madrid, Ed. Alfaguara, 1999).

Também importantes para os estudos românicos, especialmente literários, são as contribuições apresentadas ao VII Encontro patrocinado pela Università degli Studi de Macerata, em torno da temática "Relações culturais entre Itália e Espanha". Às Atas estão presentes os seguintes colaboradores: Emilio Soler Pascual ("Semblanza de un ilustrado español: Joaquín Lorenzo Villanueva y Astengo [1757-1837], 5-22); Giulia Mastrangelo Latini ("Letteratura e libretto d'opera: *El Trovador* e *Il Trovatore*". 23-33); Diego Poli ("Lo spagnolo, il 'Parallelo' e la lingua per Leopardi", 35-40); Clara Ferranti ("Lo spagnolo nella reflessioni linguistiche: dello *Zibaldone* di Leopardi", 41-57); Antonio José López Cruces ("Un leopardiano español del siglo XIX: Antonio Ledesna Hernández", 59-83); Miguel Angel Auladell Pérez ("Italia en la biblioteca de Azorín", 85-115); José Rovira Collado ("De Procida a Isla Negra, de Troisi a Skármeta. Las dos metáforas cinematográficas sobre Pablo Neruda", 117-128); Natasha Leal Rivas ("*El Perro del Hortelano:* el viaje de Pilar Miró al siglo de oro", 129-141); Thais Fernández ("Parole lette, parole dette; problemi nella traduzione del testo teatrale", 143-168; Carlos Alberto Cacciavilani ("Il soggiorno in Italia dell'architetto Juan de Villanueva e il suo ritorno in Spagna", (169-185); Sergio Colangeli - Renata Palloni ("Architetture agrarie tra '800 e '900 a confronto: case coloniche e 'Catedrals del vi'", 187-222).

EB.

*

SPINA, Segismundo. *Estudos de Literatura, Filologia e História*. Osasco (SP), Centro Universitário FIEO, 2001, 478 págs.

Coroando uma longa e brilhante trajetória acadêmica de 43 anos, Segismundo Spina, professor emérito da USP, recebe justa homenagem do Centro Universitário da Fundação Instituto de Ensino para Osasco, a qual lhe adquiriu a preciosa biblioteca e agora, nestes *Estudos*, perpetua alguns dos numerosos artigos, ensaios e conferências do nosso consagrado filólogo e querido amigo, enriquecidos com três inéditos.

Com *Apresentação* do seu ex-assistente e competente filólogo Osvaldo Humberto Leonardi Ceschin, que o estimulou à publicação da obra, estes *Estudos*, como o título promete, estão divididos em três seções: Literatura, Língua e Filologia e História. Na *Apresentação*, Ceschin esquadrinha com muita felicidade o homem reto, o professor seguro e exigente, o pesquisador profundo e o erudito sempre preocupado na busca da verdade científica. E para completar o perfil, o amigo incondicional de seus alunos, discípulos e colegas.

Sob o título *Advertência*, Spina narra-nos brevemente a história bibliográfica dos estudos reunidos e oferecidos 'à generosidade de nossos novos

leitores" e confessa-nos: "Afora outras publicações de menor importância, está aí a produção quase integral de quem viveu como aluno e docente quase meio século nas salas de aula da Faculdade de Letras da USP e nas salas de estudos do antigo Instituto de Estudos Portugueses, ensinando o que sabia mas aprendendo muito mais com os colegas e os discípulos uma forma de vida que realizou tudo aquilo que sonhávamos."

A seção de Literatura encerra: "O acervo camoniano da Biblioteca Nacional" (19-24); "Em torno da Camonologia" (25-30); "Camões: o elogio da experiência" (31-37); "Uma cronologia do Poema camoniano" (39-63); "Poesia e história em Camões" (63-68); "Variações camonianas I"(69-72); "Variações camonianas II"(73-77); "Variações camonianas III"(79-84); "O platonismo camoniano" (85-89); "Os Platões da Renascença I" (91-94); "Os Platões da Renascença II" (95-98); "Literatura e artes plásticas" (99-104); "O universo lírico de Luís de Camões" (105-115); *"A Descriptio Puellae"* (117-121); "O amor não tem saída I" (123-126); "O amor não tem saída II" (127-130); "Vencer o vencedor" (131-135); "O Adamastor" (137-139); Castelhano ou Lusitano?" (141-148); "Sôbolos rios... e o Salmo de Davi" (149-151); "É possível um vocabulário filosófico na Lírica de Camões?" (1543-158); "Fidelino e a Camonologia" (159-164); "Vítor Manuel e o Classicismo" (165-170); "Anchieta: o cronista e o paisagista" (171-176); "Anchieta: o etnólogo" (177-183); "Anchieta: o observador" (185-190); "Anchieta: o sermonista" (191-199); "O Melodino diante do confessionário" (201-208); "A dívida tópica do *Caramuru* (209-214); "A prosa poética de Alencar" (215-221); "Evolução do Conceito de Literatura" (223-230); "A elegia" (231-237); "Uma defesa do fenômeno estético-literário" (239-246); "Pelos seus frutos os conhecereis" (247-252).

A segunda seção – Língua e Filologia – traz: "O colar da pomba" (255-258); "Um milagre da Virgem" (259-278); "D. Pedro II e o Felibrige I" (279-282); "D. Pedro II e o Felibrige II" (283-286); "A cláusula na *Concinnitas* ciceroniana" (287-293); "Otto Maria Carpeaux e a Idade Média" (295-300); "*História da Poesia Portuguesa*"(301-308); "Dâmaso Alonso e a Filologia" (309-311); "Crítica e Filologia"(313-316); "Um *De Profundis* à Filologia" (317-325); "Rodrigues Lapa numa de suas dimensões" (327-333); "Ernst Robert Curtius e sua obra" (335-345); "*Interdum duodecim minoris est duobus*" (347-357); "Uso e abuso da linguagem: a vacuidade sonora" (359-372); "Emilio García Gómez - *Todo Ben Quzmán* (373-377); "Ecdótica ou Edótica? Edótica ou Crítica Textual?" (379-391); "Contenda em torno do verso camoniano *Que da ocidental praia lusitana*" (393-394); "Sobre a leitura de um verso camoniano - Celso Cunha (395-400); "A propósito de um verso camoniano" (401-405); A propósito e sem propósito de um verso camoniano" (407-417); "O despropósito de um verso camoniano" (419-426).

Concluem esta segunda seção uma resenha de Sílvio Elia ao livros de Segismundo Spina *Manual de Versificação Românica Medieval* e uma carta do mesmo lingüista ao nosso homenageado (427-448).

A terceira seção encerra em único estudo: "Seria Roma uma cidade etrusca?" (451-472).

Conclui este volume de *Estudos* um Registro Bibliográfico (475-478) que assinala as publicações e as datas em que os artigos, ensaios e monogrfias vieram pela primeira vez à luz.

EB.

*

MARUYAMA, Toru. Keyword-in-context index of the *Grammatica da Linguagem Portuguesa* (1536) by Fernão de Oliveira. Department of Japanese Studies. Nanzan University, Nagoya, Japan, 2001, X+61+508 páginas.

O operoso lusitanista professor da Universidade Católica de Nanzan, Toru Maruyama, vem prestando relevante serviço aos estudos de história da ortografia portuguesa e dos documentos romanizados japoneses compilados pelos jesuítas nos séculos XVI e XVII, com suas edições diplomáticas dos primeiros gramáticos e ortógrafos lusitanos, acompanhadas todas de exaustivos índices de concordância vocabular.

Em 2001, saíram os volumes relativos à *Grammatica* de Fernão de Oliveira e das *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever* e a *Ortographia da Língua Portuguesa* (1574) de Pero Magalhães de Gandavo (III+84 páginas), subsidiadas pelo Ministério de Educação, Ciência, Esportes e Cultura japonês.

Em 2002, vieram à luz a *Grammatica da Língua Portuguesa* (1540) (III+390 págs.) e a *Cartinha* (1539), ambas as obras de João de Barros, também com o mesmo subsídio oficial.

Quem estuda a gramaticografia de língua portuguesa dos primeiros séculos e, mais particularmente, a história de sua ortografia, fica a dever ao professor Maruyama inestimável instrumento de trabalho, elaborado dentro da técnica avançada dos japoneses; a reprodução diplomática dos textos, respeitada nas concordâncias vocabulares, oferece ao investigador seguros subsídios a um estudo da relação grafema e fonema.

Por informação do professor Antônio Martins de Araújo, colaborador do ilustre lusitanista da Universidade Católica de Nanzan, já está bem avançada a volumosa edição das *Regras Gerais, Breves e Compreensivas da Melhor Ortografia* de Bento Pereira (1666), com a respectiva concordância, e todos nós esperamos com ansiedade a *Ortografia* de Duarte Nunes de Leão, fechando assim a produção dos primeiros ortógrafos portugueses.

Para maiores informações sobre o professor Maruyama e sua edição de Fernão de Oliveira convidamos o leitor a consultar a resenha crítica do nosso colaborador Antonio Martins de Araujo neste mesmo volume da *Confluência.*

Evanildo Bechara

RESENHAS CRÍTICAS

MARTINET, A. *Entretiens avec Georges Kassai et avec la collaboration de Jeanne Martinet.*Paris, Quai Voltaire, 1993.

Com 91 anos, lingüísta francês internacionalmente conhecido, faleceu dia 16 de julho de 1999 André Martinet. A justificar a internacionalização do seu nome enumeram-se essencialmente três motivos, mas muitos mais se poderiam referir. Como primeiro motivo, salientam-se as suas investigações no campo da fonologia, no seguimento das propostas da Escola de Praga, nomeadamente de N.S. Troubetzkoy. Como segundo motivo, aponta-se o fato de ser um precursor, isto é, o criador de uma das mais divulgadas teorias lingüísticas contemporâneas – o funcionalismo. O terceiro motivo, mas não o menos importante, prende-se com o critério, incontestável, da dupla articulação para definir e identificar uma, ou melhor, qualquer "língua". Poder-se-ia prosseguir com esta enumeração, todavia, as razões apontadas justificam amplamente o seu renome mundial. Há, porém, entre os vários que ficam por apontar, um que não se pode deixar de referir: é o da sua produção literária. André Martinet deixou atrás de si uma extensa obra dedicada exclusivamente às línguas, à lingüística. Um de seus derradeiros trabalhos – o cerne destas linhas – é constituído por uma série de entrevistas que representam as suas memórias, designação esta que, aliás, integra o título da obra aqui em destaque.

A leitura das trezentas e oitenta e quatro páginas de entrevistas intituladas *Mémoires d'un linguiste. Vivre les langues. Entretiens avec Georges Kassai et avec la collaboration de Jeanne Martinet*, que se repartem por um prólogo, vinte capítulos, três anexos, um glossário e um índice, torna-se preciosa, e proveitosa, para a reflexão dos estudiosos da lingüística e a sua história recente. Sê-lo-á, particularmente, para os interessados na lingüística do século XX, já que são raríssimos os lingüistas que, como André Martinet, nasceram com o século e permaneceram vivos, na década de 90 e final de milênio. André Martinet foi testemunha e ator de uma época crucial para a lingüística que, no dizer de Georges Mounin, é «um saber muito antigo e (...) uma ciência muito jovem»[1]. Tenha-se em conta que André Martinet sempre considerou a lingüística como

[1] Georges Mounin – *Introdução à Lingüística*, Livros Horizonte, Lisboa, 1997, p.25.

uma ciência[2], com objeto, objetivos, metodologia e terminologia próprios, distintos dos outros ramos do saber humano.

Como se pode atestar pela leitura integral deste livro, baseado na entrevista, mas que se identifica com as memórias, o que coloca um problema de classificação, a escolha dos títulos foi extremamente pertinente porque eles dão uma primeira e real panorâmica do conteúdo. Os títulos condensam na íntegra e perfeitamente a obra. Pode-se acompanhar, como se depreende pelos título (*Mémoires d'un linguiste*) e subtítulos (*Vivre les langues. Entretiens avec Georges Kassai et avec la collaboration de Jeanne Martinet*), as recordações de André Martinet, desde a infância à idade adulta, dos momentos considerados marcantes para a sua atividade lingüística. Múltiplas são as páginas onde se constata que a vida privada se modelou à profissional. Fundem-se os domínios privado e público, dificultando sistematicamente a definição de fronteiras entre ambos. Comprova-se, assim, o que sugere o primeiro subtítulo (*Vivre les langues*): André Martinet viveu com e para as línguas. Não é comum a expressão. É costume dizer-se que se falam as línguas, mas nunca que se "vivem"; porém, foi o que sucedeu a André Martinet, como se poderá verificar.

Esta obra de cariz biográfico, publicada em 1993, resulta, como efetivamente se pode confirmar pelo segundo subtítulo (*Entretiens avec Georges Kassai et avec la collaboration de Jeanne Martinet*) e já se disse, de uma série de entrevistas onde a breves questões – umas mais pertinentes que outras – correspondem respostas de extensão variada, com predomínio das mais alongadas porque se constata que André Martinet fala aberta e naturalmente, em tom de conversa amena, e muito tem para comunicar. Dando espaço ao entrevistado, o entrevistador torna-se pouco visível. Poderia, efectivamente, ser um pouco mais interventivo, mas optou evidentemente por dar visibilidade ao entrevistado – afinal recolher memórias pressupõe ouvir atentamente e não cortar muito o fio do pensamento de quem fala. Georges Kassai é, porém, tão discreto e conciliador que não compete com André Martinet, nem problematiza as afirmações do entrevistado, o que poderia ajudar a esclarecer alguns pormenores que ficam completamente esquecidos. É como se as questões colocadas servissem de fio condutor, de guião, para única e exclusivamente conduzir o discurso de André Martinet. A este propósito refere-se, aliás, que a autoria da obra é atribuída a André Martinet, cujo nome se destaca em letras garrafais na capa, onde o do entrevistador surge no subtítulo e em tipo menor.

---

[2] André Martinet, *Mémoires d'un linguiste* , p. 287: "Je ne sais pas combien de linguistes sont prêts à me suivre lorsque j'affirme que la linguistique est une science dans la mesure où elle définit ses termes."

Se, a nível de títulos, nada há a apontar, a nível de autoria, como se acabou de ver, e de classificação, como já se viu, o mesmo não se poderá dizer. Esta obra apresenta, portanto, dois aspectos problemáticos, embora sejam de somenos importância. Assim, um deles relaciona-se com a autoria – uma obra de André Martinet ou de Georges Kassai? – e o outro com o gênero – entrevista ou memórias? Quanto ao gênero, trata-se de saber como classificá-lo: entrevistas, a forma que assume, ou memórias, o conteúdo expresso pelas respostas do entrevistado? Quanto ao problema de autoria, está diretamente relacionado com as figuras do entrevistador e do entrevistado. Analisando o corpo do texto, chega-se a algumas conclusões.

Trata-se de uma obra organizada, até certo ponto (essencialmente até ao capítulo VIII) de acordo com critérios cronológicos. Há a preocupação de começar pelo inicio, a infância, aspecto que poderá parecer sem interesse. Para quem estuda lingüística, é sempre interessante ler, a par das obras de referência dos lingüistas que fizeram escola, as suas biografias, autobiografias, memórias ou qualquer outro gênero de texto que gira em torno do autor. Este tipo de leitura permite clarificar alguns pontos essenciais das teorias e perspectivas pessoais, contextualizando-as, o que permite assimilá-las melhor. É o que sucede com esta obra: André Martinet contou a Georges Kassai fatos da sua existência e da sua atividade profissional, revelando a sua visão de alguns acontecimentos coletivos, por exemplo Maio de 68, e retratando pessoas com quem se cruzou ou conviveu mais de perto. A leitura, acessível ao universitário que empreende estudos lingüísticos ou outros potenciais interessados pelas línguas em geral, permite entrar melhor nos meandros da lingüística moderna. É dado a conhecer o ponto de vista de uma testemunha direta e um dos principais formadores da concepção da lingüística como ciência.

O leitor que procurar apenas dados biográficos ou episódios anedóticos verá as suas expectativas frustradas, porque as *Memórias* são mais do que uma biografia, mas poderá aceder à biografia de Martinet no final da obra, onde se encontra uma – concisa, mas precisa – da autoria de quem o conheceu de mais perto, Jeanne Martinet, e ainda o *curriculum vitae* que figura em anexo. Quem procurar nas *Memórias* informações práticas, por exemplo de carácter bibliográfico, poderá, também no fim da obra, consultar uma bibliografia organizada por datas – inspirada na concebida e publicada por Henriette e Gérard Walter[3] – e um glossário sempre útil para esclarecer e precisar certas noções lingüísticas. Quem procurar conhecer o lingüista e o homem deverá ler o corpo da obra, onde são relatados episódios e impressões, nunca tomados como verdades

[3] *Bibliographie d'André Martinet et comptes rendus de ses œuvres*, Louvain – Paris, Peeters, 1988.

absolutas, mas entendidos como o ponto de vista pessoal de André Martinet, o do entrevistado. Realizadas no decorrer dos anos de 1982-83, cerca de dez anos medeiam a concepção destas entrevistas e a respectiva publicação. No entanto, no *curriculum vitae* (p. 365), surge uma referência ao ano de 1992, aquando da atribuição do doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Bilbao-Vitoria, no País Basco, o que demonstra uma preocupação de atualização até ao momento da publicação ocorrida em 1993.

Dos vinte capítulos que integram o corpo da obra, o VIII constitui, porventura, o ponto central do livro, visto referir a expansão geográfica do funcionalismo em muitos lugares do mundo. É igualmente o mais central pelo pendor informativo que possui. Este capítulo destaca-se também pela própria estrutura, que é algo diversa da dos restantes. A organizá-lo encontram-se vários países, desde os Estados Unidos (n.º 1) à Albânia (n.º 24), passando pelos mais diversos pontos do globo terrestre onde, após a deslocação de André Martinet, o funcionalismo acabaria ou não por se desenvolver. Afinal, a este capítulo poderia ser anexado um mapa onde se veriam assinaladas as zonas de expansão da doutrina. Nestas deslocações de André Martinet, figura também Portugal (n.º 9), após o qual surge a América do Sul, onde está representado o Brasil com uma breve referência ao Rio de Janeiro e a Celso Cunha. Fica claro que André Martinet, com discípulos dispersos pelo mundo inteiro, tem neles naturais representantes, e amigos, que com ele compartilham idéias e alimentam o debate no seio do funcionalismo. A representá-lo em Portugal, André Martinet indica Jorge Morais Barbosa, cujo percurso académico-profissional é brevemente referido.

Tais viagens internacionais, empreendidas por André Martinet para falar do funcionalismo aos auditórios que foi conhecendo, marca o ponto fulcral da obra que se pode analisar como bipolar: com uma primeira parte de 126 páginas – capítulos I a VII – e uma segunda parte de 140 páginas – capítulos IX a XX. O número, não muito díspar, de páginas e de capítulos comprova o equilíbrio que parece haver entre estes dois pólos.

Na primeira parte, predomina a vertente pessoal, justificada parcialmente pelos títulos dos capítulos que fazem, na maioria, referência a anos civis – de 1908 a 1968. Os temas nela abordados prendem-se globalmente com a infância, a família, os estudos, os casamentos, as filhas, a guerra, os primeiros trabalhos de lingüística e a criação de uma teoria. A imagem que se destaca, no final, é a do mestre e dos discípulos, com a alusão à *Société internationale de linguistique fonctionnelle* (SILF).

Emerge, assim, dos primeiros capítulos o retrato de uma criança isolada e introvertida, desde a mais tenra idade dada a reflexões lingüísticas, pela

convivência com diferentes formas de falar visto os pais serem professores primários, em permanente mobilidade, na zona da *Savoie*. A forma de falar da família, dos companheiros de escola e das populações eram distintas, o que suscitou em André Martinet uma atenção particular à linguagem, posteriormente desenvolvida aquando da sua transferência para Paris, onde passaria a residir. Aí, é novamente o confronto lingüístico que o leva a isolar-se e a refletir sobre problemas linguísticos motivados pela sua própria experiência de falante. Ulteriormente, esta diversidade lingüística será enriquecida com a aprendizagem do alemão, após uma breve viagem à Alemanha, pelos estudos de inglês que empreende e pela aprendizagem do dinamarquês, a língua da sua primeira esposa. Podemos dizer que são as próprias circunstâncias da vida que levam André Martinet a debruçar-se sobre as questões de fundo das línguas e da linguagem. É realmente caso para reafirmar que ele "viveu as línguas". Entre os diversos falares de *Savoie*, as variedades do francês, o alemão, o dinamarquês, o inglês escolar e o inglês americano, André Martinet vive as línguas, não considerando, como ele próprio refere, nenhuma feia[4].

Daquelas reflexões infantis, amadurecidas pelos anos fora, empreendidas com convicção e por gosto, desponta a criação de uma perspectiva pessoal sobre o fenômeno lingüístico. O funcionalismo nasce da sua forma pessoal de encarar a vida diária, e a criação da associação de lingüistas funcionalistas (SILF) dela decorre naturalmente. Tem-se a sensação que André Martinet viveu os acontecimentos, que se lhe foram apresentando, discreto, mas ativo, manifestando o seu pensamento e os seus próprios pontos de vista, coerente com as suas próprias idéias. A coerência é, aliás, um dos traços do seu caráter que com mais força se destaca de todo o livro. Embora ciente de que as suas palavras não agradariam a muitos, diz o que pensa, escreve o que pensa. Portanto, nesta primeira parte, descobre-se a criança que se acompanha até à idade adulta, com as suas vivências sempre relacionadas com as línguas.

É essencialmente nesta parte, embora na segunda também se registem algumas informações, que se visionam os retratos de diversos lingüistas com os quais manteve relações pessoais cordiais ou não manteve nenhum tipo de relação, devido ou a divergências lingüísticas demasiado acentuadas ou a problemas de natureza mais pessoal. Roman Jakobson é certamente o lingüista mais citado por André Martinet (cf. sobretudo cap. V), isto porque privou com ele antes e depois da Segunda Guerra Mundial. O relacionamento entre ambos

[4] André Martinet, *Mémoires d'un linguiste*, pp. 321 e 322: "des prononciations rurales, des tournures populaires me paraissent comiques ou, si je ne les connais pas, bizarres, mais jamais laides. En tant que linguiste, telle langue dont le consonantisme peut sembler, au Français moyen, rocailleux ou «guttural», l'arabe, par exemple, m'apparaît si digne d'intérêt qu'elle ne saurait susciter en moi quelque recul que ce soit."

não foi sempre constante, sendo modulado ao ritmo de vários desentendimentos lingüísticos. Há, no entanto, referências a muitos outros lingüistas. É possível referir, por exemplo, e ao acaso, Meillet, Jespersen, Hjelmslev, Benveniste, Uldall, Weinrich, Dubois, Pottier, Gustave Guillaume, Haudricourt, Mounin. André Martinet teve o privilégio de ter conhecido pessoalmente muitos e de manter com alguns contactos profissionais e amigáveis, especialmente com Hjelmslev e Mounin.

As relações com Jakobson, Weinrich, Benveniste e outros lingüistas de origem judaica, assim como a sua libertação do campo de prisioneiros durante a Segunda Guerra Mundial, levaram alguns críticos a acusar André Martinet de anti-semita ou de colaborador com o regime nazi (cf. p.124 e ss.). Nada parece mais descabido, visto André Martinet apresentar os fatos e neles não se encontrar qualquer vestígio de racismo, até pelos seus posicionamentos políticos e ideológicos (cap. XVI). Não se regista nenhum tipo de incoerência no seu discurso e é ele próprio quem aborda a questão, o que é muito significativo.

O perfil que se desenha nestas memórias é o de um homem coerente, o de um lingüista enérgico, o de um pensador que, preocupado com os fatos, se julgaria materialista, o de um escritor incansável, o de um conferencista internacional e o de um adversário de idéias (e não tanto de pessoas, embora pelas suas palavras se lhe conheçam alguns inimigos) contrárias às suas no domínio da lingüística, porque não tem outra filiação a não ser a da linguagem. É na liberdade de pensamento que se afirma. Embora recorra com freqüência ao uso de "nous" para falar em nome próprio e no da esposa, que se encontrou, assim parece pelos relatos, permanentemente a seu lado na vida (a sua intervenção surge igualmente na obra, como já referido, na organização da biografia e num capítulo – cf. cap. V), predomina o uso de "je", fazendo afirmações claras e problemáticas, não ficando nas meias-palavras ou nas suposições.

Seguidamente ao capítulo VIII, surge a segunda parte, que se considera a mais interessante e também a mais orientada para os conteúdos lingüísticos. Dela se destaca essencialmente o pensamento do lingüista: as pesquisas, as obras e as idéias.

Certas idéias constantes que se passa a apresentar perpassam ao longo destes capítulos, nomeadamente o seu posicionamento adverso ao distribucionalismo e ao generativismo. Nada de pessoal opõe André Martinet a Bloomfield ou a Chomsky. É tudo uma questão de teoria e de perspectiva. Poder-se-ia pensar que se opõe a ambas as teorias pelo fato de, sendo europeu, não poder aceitar perspectivas de origem americana, mas tal não é o caso, visto André Martinet haver morado e ensinado nos Estados Unidos durante dez anos e conhecer de perto estas duas teorias. É tudo, como já se afirmou, uma questão

de princípios, de idéias. Corre o risco de manifestar no país de acolhimento o seu desacordo com as correntes lingüísticas americanas vigentes, mas fá-lo, o que sublinha a coerência e o desassombro de que se falava.

Em contrapartida, a sua oposição à perspectiva binária de Jakobson leva algum tempo a manifestar-se, porque, como ele próprio revela, havia algum respeito humano e uma amizade inicial que o impedia de exteriorizar o seu ponto de vista, o que, porém, acabou por fazer.

Outras idéias dizem respeito ao estruturalismo. André Martinet não concebe a identificação das estruturas como um fim em si mesmo, desenraizado de tudo o resto, nomeadamente do real funcionamento das línguas e da sua permanente dinâmica. Para ele, a dupla articulação é sinal de isso mesmo e a sincronia dinâmica também.

Entretanto, e sempre a nível da ideologia, sublinha que não é adverso ao universalismo, mas à idéia de universalismo estabelecida *a priori*, e o mesmo sucede com o inatismo: o que ele pretende são os fatos para comprovar as hipóteses que se vão colocando. Destaca-se, desta parte, a idéia que tem da lingüística como ciência e, sobretudo, o fato de ser contrário ao estudo da linguagem com outro objetivo que não seja o de conhecer melhor a linguagem e as línguas, em si e por si mesma(s).

O estudo sociolinguístico vem recorrentemente referido, assim como o trabalho de Labov, perante o qual André Martinet se posiciona e precisa a sua metodologia de investigação. André Martinet reconhece-se como um lingüista que realizou estudos sociolingüísticos, que, por não ostentarem essa designação, não foram reconhecidos como tais. O realismo, manifestado no desejo de estudar os fatos lingüísticos conforme se apresentam, sem quaisquer manipulações, leva-o a explicitar algumas crenças, especialmente no determinismo. As suas reflexões permitem-lhe discorrer sobre a relação entre natureza e cultura, ciências exatas e ciências humanas. Cita Barthes e Levi-Strauss, revelando um leque variado de leituras de outras áreas, além da lingüística.

É igualmente nesta parte que aborda a ligação do funcionalismo com a política. Posiciona-se à esquerda, mas sem compromissos com qualquer partido, embora o tenham tentado ligar ao Partido Comunista, filiação que ele recusou tanto como qualquer outra. Não rejeita, porém, posicionar-se politicamente. Representa a figura tipo de um independente comprometido consigo próprio e com a sociedade.

Esta segunda parte torna-se mais aliciante que a primeira, porque menos conhecida, e permite ao leitor ter acesso direto ao pensamento de André Martinet, do qual se acabou de fazer um breve apanhado.

Em síntese, a entrevista foi o método adotado para fixar *ad aeternum* a vida e o pensamento de André Martinet. Se o primeiro bloco de capítulos interessa, pelos fatos biográficos relatados, para a compreensão da pessoa porque apontam essencialmente para a vida, o segundo, porque refere o pensamento, interessará particularmente pelas idéias reveladas e para compreender o lingüista.

Assim, por tudo quanto foi dito, e perante os dois tipos de problemas colocados – o do gênero e o da autoria – esta obra pode classificar-se como pertencendo a um gênero híbrido, entre a entrevista e as memórias, e pode dizer-se que a autoria é conjuntamente de Georges Kassai e André Martinet, com maior peso deste último, que, como ele próprio afirma no prólogo, reviu e corrigiu o texto. Portanto, a conclusão geral a tirar é que as entrevistas propostas por Georges Kassai funcionam como recolha das memórias da vida e do pensamento de André Martinet, lingüista incontornável para quem quiser aprofundar conhecimentos na área da lingüística contemporânea, neste início de século XXI.

Helena Rebelo

*

MARUYAMA, T. (Org.). A *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* e os *Índices Maruyama da ortografia lusitana quinhentista*. Nanzan, Universidade de Nanzan, 2003.

1. Alvíssaras na lusofonia

Ótima notícia para os estudiosos da diacronia da língua portuguesa: a Universidade de Nanzan (Japão) acaba de fazer uma primeira tiragem, ainda experimental e policopiada, fora do mercado, particularmente destinada a especialistas na área da lusofonia diacrônica, da edição diplomática da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira, seguida de um útil *Keyword-in-context Index* (Índice das palavras-chave contextualizadas), para consulta rápida dos interessados, ambos preparados meticulosamente pelo professor Toru Maruyama, do Departamento de Estudos Japoneses da Universidade de Nanzan. A *Grammatica* ocupa 61 páginas do volume, e o Índice 508 p., de dimensão 29,5cm x 21cm, texto digitado em espaço duplo.

No prefácio em inglês, seu organizador relata os passos que teve de dar para a execução da obra, referindo-se carinhosamente às bibliotecas portuguesas onde desenvolveu a pesquisa, além da de Nanzan, quartel-general de suas atividades. Refere-se também às três edições daquela *Grammatica* inaugural de Oliveira em que se apoiou a sua; bem como às

instituições e pessoas físicas envolvidas no ambicioso projeto. Foi o professor Masayuki Toyoshima responsável pela programação específica do *Índice*, programação construída dentro do programa maior de computação conhecido por PERL. A ela foi submetida a primeira digitação do *Índice,* realizada já há muitos anos pelo próprio organizador da edição em tela. Fundamentais também para a publicação da obra foram os membros do macroprojeto 'Towards a Reconstruction of Classical Studies' (Reconstrução dos Estudos Clássicos no Mundo), subsidiado pelo programa de 'Subvenção à Pesquisa Científica em Áreas Prioritárias', que é, por sua vez, apoiada pelo Ministério de Educação, Ciência Esportes e Cultura do Japão, para o quadriênio 1988-2001. Daí dever-se supor que se está publicando esse produto final bem antes do prazo de encerramento do quadriênio previsto para a pesquisa concluir-se. Dentre esses membros, sobreleva a ajuda dos professores Akiyoshi Kida, na publicação da obra, e Hideaki Nakatani, coordenador daquele macroprojeto e detentor do poder de decisão final sobre o material apresentado.

2. O editor diplomático

Há cerca de vinte anos, tive o prazer de conhecer o professor Maruyama. Teve lugar nosso encontro na secretaria da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em seus últimos dias na Avenida Chile, no coração da cidade. Vinha ele de uma permanência de cerca de um ano na Faculdade de Letras, da Universidade de São Paulo, onde, em 1979, sob a orientação do sábio e saudoso filólogo Isaac Nicolau Salum, concentrou sua área de interesse na ortografia portuguesa.

Assim, em 1981, quando já éramos companheiros de jornada, paralelamente às muitas aulas de língua japonesa que ministrava ele na UFRJ, agora com minha ajuda e orientação, usava todas as horas disponíveis para reunir o maior número de textos informativos sobre a ortografia portuguesa, especialmente a quinhentista. Tudo isso, porque, à altura, já se imbuíra de um firme propósito. Conhecendo mais profundamente o português quinhentista, entenderia melhor as mudanças lingüísticas ocorridas durante os séculos XVI e XVII em seu próprio idioma. A utilização de caracteres românicos (roma-ji) na escrita de palavras japonesas por parte dos jesuítas que viveram ali e então é um dos poucos veículos concretos para a obtenção desse conhecimento. Além disso, para melhor compreensão do próprio português quinhentista, são, ainda hoje, igualmente muito importantes os testemunhos contidos na descrição dessa pronúncia, bem como nas regras e nos hábitos ortográficos encontrados nas gramáticas de Oliveira e João de Barros, e nos tratados ortográficos de Gândavo e Duarte Nunes, estes dois ortógrafos ain-

da mais próximos do período em que os jesuítas lusitanos ali pregaram, lecionaram e viveram sua fé.

Retornando ao Japão em meado dos anos oitenta, o professor Maruyama fixou residência na cidade de Nagoya, em cuja Universidade de Nanzan passou a lecionar. Ali começou a dar corpo a seu antigo projeto, que era digitar aquelas gramáticas e aqueles tratados de ortografia portugueses. Muitas vezes com a saúde comprometida, para consegui-lo teve de sacrificar, por anos consecutivos, seus dias de descanso e lazer com a família, pelo fato de somente poder fazê-lo nos computadores da universidade, disponíveis para esse tipo de trabalho dos professores nos fins de semana e nos feriados, dias em que os alunos não necessitavam deles para execução de suas próprias tarefas.

3. As primeiras utilizações dos Índices

A partir de então, com base nos *Índices Maruyama*, já pôde ele confirmar algumas suposições minhas em torno da pronúncia e da ortografia portuguesas do século XVI. Assim sendo, em setembro de 1988, este periódico, da Sociedade Acadêmica de Nanzan, publicou uma pequena história da acentuação portuguesa, por nós ambos escrita sob o título *The Accentuation of the Novissimo Acordo Ortografico in the light of early Portuguese Treatises*, cuja versão portuguesa somente seria publicada três anos depois pela DIFEL de Lisboa na miscelânea em homenagem à filóloga italiana Luciana Stegagno Picchio.

Na esteira da polêmica provocada dois anos antes em Portugal em torno da proposta de unificação ortográfica do português formulada por uma equipe mista, que tinha em Antônio Houaiss o representante brasileiro, o estudo pretendia chamar a atenção para as muitas vantagens daquele Acordo. Mostrávamos, entre outras coisas, de um lado, que, na ortografia quinhentista portuguesa, a acentuação era muito caótica. Podiam os acentos ter função prosódica, ortoépica e até morfossintática, pois João de Barros acentuava os pronomes oblíquos *o(s), a(s)* para diferençá-los dos artigos definidos, que tinham a mesma forma. De outro lado, mostrávamos que aquele gorado Acordo, ao propor radical economia no uso daqueles diacríticos, nos aproximaria da simplicidade acentual somente conseguida na prática de ortógrafos setecentistas como Verney e, principalmente, Francisco Felis de Souto Maior. Como pretendiam os reformistas do Acordo, reduzindo ao mínimo necessário a utilização dos acentos, o português adequava-se à era da computação eletrônica, assim como algumas línguas vulgares da Europa ocidental, como o francês, no decorrer do séc. XVI, tiveram de adaptar-se às exigências e aos caprichos da imprensa de tipos móveis. Como ainda nos é impossível subjugar as cedilhas e os acentos portugueses aos programas de inteligência artificial importados, os internautas

temos de sacrificá-los em nossas mensagens escritas para podermos conversar com o mundo.

Esses *Índices* também desempenharam papel importante na elaboração do ensaio *The orthographical utopy of Luis Antonio Verney's Verdadeiro Método de Estudar.* Apresentei a primeira versão desse texto em português, sob a dupla autoria, em novembro de 1992, ao II Congresso Internacional da Faculdade de Letras, da UFRJ. Seus dados me foram fornecidos pelo professor Maruyama, que lhe ampliou as notas e lhe deu os últimos retoques na versão inglesa publicada em setembro de 1993 por este periódico. Mostramos aí as grandes contradições ortográficas de Verney. Entre outras muitas, se, por um lado, tentou inutilmente esse humanista estender o uso do hífen às partículas átonas proclíticas; por outro, procurou ser realista na representação ortográfica das consoantes em posição implosiva medial, somente as grafando quando realmente pronunciadas, bem como simplificou bastante a utilização dos acentos em sua proposta de reforma ortográfica.

No Congresso Internacional Brasil – 500 Anos de Língua Portuguesa, promovido em julho de 2000 pela Academia Brasileira de Filologia, e Universidades Estácio de Sá e Estadual do Rio de Janeiro, tive a oportunidade de apresentar uma instigante constatação feita no cotejo de seus quatro primeiros *Índices* com o *Índice do Vocabulário dos Lusíadas,* de Camões[1]. Verifiquei que, a partir do uso ostensivo de consoantes implosivas em posição medial nos hábitos ortográficos do licenciado Duarte Nunes do Lião, na revoada renascentista às fontes latinas, muitas dessas consoantes reapareceram no uso oral, lugar em que muitas delas permanecem até hoje. A constatação é particularmente curiosa, uma vez que não é muito comum uma praxe ortográfica gerar repercussões na oralidade de uma língua, e provocar uma mudança fonológica.

4. A edição diplomática da *Grammatica*

Nada mais do que se possa exigir de uma fiel edição diplomática, o professor Maruyama oferece na sua. Como revela no Prefácio, valeu-se das edições da obra promovidas por Rodrigo de Sá Nogueira (1933); por Maria Leonor Carvalhão Buescu (1975); e por Amadeu Torres com Carlos Assunção (2000). Esta reúne as lições – crítica, semidiplomática e anastática da obra, e é prefaciada por Eugenio Coseriu. Assim instrumentado, e dispondo de um índice que lhe dava conta de todas as ocorrências lexicais do texto, talvez tenha o

[1] CUNHA, Antônio Geraldo da. *Índice Crítico do Vocabulário dos Lusíadas.* 2 vols. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1966.

editor considerado ociosa, ou desnecessária, a consulta de outras edições diplomáticas da obra.

Por isso, gostaria de referir-me aqui à publicada individualmente por Olmar Guterres da Silveira[2] em meados do século passado, no Rio. Essa edição serviu ao saudoso amigo como tese de Concurso para provimento de um cadeira de Português no Colégio Pedro II da antiga capital do Brasil. Na página 20 de seus estudos introdutórios, Silveira nos relata uma de suas dificuldades: não conseguiu identificar "entre os autores latinos" (que bem conhecia e freqüentava) as pessoas "de um Mersilo e de um Comero Galo". Assim também aglutinados, encontro os dois morfemas, mas com as iniciais minúsculas, do prenome deste último antropônimos na lição do professor Maruyama (009-1, p. 6) e no *Índice* (p. 72 passim): "*[...] diz Beroso comero gallo ensinou letras & leis [...]*" Ora, como o cuidadoso editor desfez as elisões (por exemplo: *com[o] estas*, em lugar de *comestas,* p. 76 *passim*), indago se não ganharia em clareza junto a seus leitores proceder da mesma forma com aquela referência à afirmação de Beroso. Assim, creio que ficaria mais inteligível o trecho citado: "*[...] diz Beroso ca (H)omero Gallo ensinou letras & leis [...]*".

Como ensina Félix Gaffiot[3], Gallus era sobrenome de muitas famílias latinas; e, como ensina Antônio Geraldo da Cunha[4], a partícula *ca*, como conectivo oracional, pode ter três funções e significados diversos. Pode ser conjunção causal, provinda do latim *quia* e equivalente a *porque*; pode ser comparativa, provinda do latim *quam* e equivalente a *do que*; e pode ser integrante, com esvaziamento semântico, investida apenas de função ligadora (latim *quia* > português *que*). Assim, tanto o *quia* como o *quam* latinos passaram pelas formas medievais *qua* ou *ca* antes de se fixarem na atual forma portuguesa *que*.

Desta primeira leitura apenas essa sugestão nos ocorreu, para elucidar um passo obscuro da obra, passo que já propiciou leitura diversa em outra edição do texto. O fato de não haverem sobrevivido ao tempo possíveis trabalhos de Marsilo e Homero Gallo não invalida a hipótese da passagem deles um dia pela terra dos homens. Uma evidência disso é a própria citação de Oliveira, tão rigoroso em tudo aquilo que fazia. Formulada essa indagação para possível aproveitamento em sua edição definitiva, só cabe aqui cumprimentar seu editor pelo ingente trabalho. Desenvolveu com precisão as abreviaturas do original; separou as palavras erroneamente aglutinadas; dissolveu o maior número

---

[2] SILVEIRA, Olmar Guterres da. *A "Grammatica" de Fernão d'Oliveiyra . Apreciação - Texto reproduzido do da 1.ª edição (1536).* Rio de Janeiro, ed. do autor, 1954.

[3] GAFFIOT, Félix *Dictionnaire Illustré Latin - Français.* Paris, Hachette, 1934.

[4] CUNHA, Antônio Geraldo da. *Índice do Vocabulário do Português Medieval*, vol. 2. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

possível de elisões intervocabulares; corrigiu os evidentes erros tipográficos da edição *princeps* da obra, tendo o cuidado de assinalar sua *emendatio* com um asterisco; enfim venceu o maior de todos os desafios: conseguiu com propriedade e correção transpor para caracteres românicos o texto que Oliveira fez publicar em caracteres góticos.

Alvíssaras, pois, ao mundo da lusofonia diacrônica, pelo excelente trabalho do professor Toru Maruyama. Na remota hipótese de que uma instituição científica japonesa de fomento não se arrogue o direito de fazê-lo, praza aos céus que uma instituição portuguesa do porte da Imprensa Nacional/Casa da Moeda, ou congênere, publique e divulgue em escala maior essa edição diplomática da *Grammatica* com o *Índice de palavras-chave contextualizadas* que aqui comentamos. Além de fundadora de nossa gramatologia, é assinada justamente por quem, no dizer de Eugenio Coseriu[5] (1991: 47), foi "o mais importante foneticista da Renascença na România", ninguém menos que o português Fernão de Oliveira.

Antonio Martins de Araujo

*

PEREIRA, Paulo Roberto. (org.) *Brasiliana da Biblioteca Nacional. Guia de Fontes sobre o Brasil.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira-MinC/Fund. Biblioteca Nacional, 2001.

Em beleza e criatividade, extensividade e ilustração, informação e qualidade, a *Brasiliana da Biblioteca Nacional – Guia das Fontes sobre o Brasil*, coordenada pelo Prof. Doutor Paulo Roberto Pereira, excede a todos as obras do gênero que até hoje se publicaram em nosso país. No seu todo, é uma dinâmica e oportuna definição destes quinhentos anos de crescimento do Brasil. Uma Brasiliana à altura do Brasil

O encorpado volume de 636 p., formato 22,5 x 30 cm, com 500 imagens em quatro cores, foi lançado festivamente a 17 de janeiro último, e já constitui um fenômeno editorial, que não só revela seu alto nível de execução, como também a potencialidade do mercado consumidor nacional. Dos cinco mil exemplares da edição, a quota destinada a divulgação logo se extinguiu, e a reservada a comercialização está prestes a esgotar-se nas livrarias. Pressionada pela demanda internacional, a BN já fala em uma edição bilingüe.

[5] COSERIU, Eugenio. *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira.* Trad. de Maria Cristina de M. Maia. Rio de Janeiro, Presença, 1991. p. 47.

Isso porque, a par de seu acabamento e de sua esmerada arte-final, vem a edição enriquecida com ensaios firmados por quarenta e cinco especialistas nos vários aspectos da cultura e formação brasileiras. Como citar o nome de todos faria exceder de muito os limites desta resenha, procuraremos ater-nos aos temas, a cujas lúcidas exposições recomendamos o acesso dos leitores interessados pelas coisas nossas.

O primeiro bloco – *Sob o signo do Éden tropical* –, propicia-nos um longo e vário passeio pelos cinco séculos de Brasil, segundo a óptica de viajantes e naturalistas europeus; uma revisão do papel das ordens religiosas em nosso país; especialmente da Companhia de Jesus; das investidas de francesas e holandeses em partilhar de nossa colonização; trazendo de permeio os desdobramentos da expansão territorial do país após o Tratado de Tordesilhas.

O segundo – *Unidade nacional e Abolição* –, examina a transição de Colônia a Corte, com ensaios sobre dom João VI e a Real Biblioteca, núcleo da futura BN; sobre o período de dom Pedro II; sobre os documentos em torno da escravidão existentes naquele acervo; e fecha com um sobre a presença da mulher nas belas-letras.

A utopia republicana, o terceiro, passa em revista nossos primeiros anos democráticos, a modernização das artes do primeiro quartel do século XIX; a era Vargas (1930-1950); o período JK e finaliza com a intervenção militar até o movimento de reconquista das Diretas já.

O quarto – *O Retrato da invenção do Brasil* –, põe em relevo os meios de comunicação. Após analisar a evolução cartográfica e as mudanças por que passou o desenho de nosso território no abalizado ensaio do historiador Max Justo Guedes; esmiuça os veículos da multiplicação da informação por meio da tipografia, como o livro, o jornal, a revista e a charge; e finaliza passando em revista a utilização da fotografia na mídia nacional, até o advento do livro de imagens fotográficas.

O último bloco dedica um pródigo espaço aos aspectos mais marcantes da cultura brasileira: nossa poesia e nossa prosa; a música clássica e a popular; nossas duas paixões: o carnaval e o futebol; a ciência que construímos e praticamos; e conclui com um painel do Rio de Janeiro através das imagens de variada datação, assinado por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, apaixonada conhecedora das coleções de gravuras da BN.

Nesse último bloco dessa obra monumental que dá especial atenção à nossa história sobrelevam dois importantes ensaios de síntese: o de Arno Wehlig, passando em revista a historiografia brasileira; e o de Sérgio Paulo Rouanet, reexaminando criticamente as explicações brasileiras de nossa gênese.

Tão bela e representativa obra de síntese de nossa história e de nossa cultura leva-nos a lamentar não haverem seus organizadores aberto espaço para textos e documentos lingüístico-filológicos da BN, que nos fazem co-responsáveis pela construção da lusofonia. O rico acervo da BN guarda preciosa documentação de nossas primeiras pesquisas dialetais, nossa pioneiras gramáticas oitocentistas, as teses filológicas do Imperial Colégio Pedro II (preparador dos recursos humanos e precursor de nossa Universidade); as coleções de revistas filológicas novecentistas que marcaram nossa presença no caldear da vernaculidade; em suma um material que nos ajudou a pensar-nos e alicerçar nossa consciência de nação soberana.

Fiquemos apenas com a dialectologia, e seus primeiros documentos. Se é verdade que data de 1787 o registro de algumas palavras da linguagem gauchesca por José de Saldanha, no *Diário Resumido* do qual, em 1856, o príncipe Luciano Bonaparte mandou editar em Londres vinte e cinco exemplares; é com Coruja, Rubim e Romanguera Correia que essas pesquisas lexicais se organizam e se impõem. A *Coleção de Vocábulos e Frases Usadas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* sai em 1852 na revista do IHGB; o *Vocabulário Brasileiro para Servir de Complemento aos Dicionários da Língua Portuguesa*, de Joaquim Frederico Kiappe da Costa Rubim é do ano seguinte; enquanto o *Vocabulário Sul-rio-grandense*, de José Romanguera da Cunha Correia só sairá em 1898.O intelectual baiano Domingos Borges de Barros, barão de Pedra Branca, entre 1824-1825, na Introdução ao *Atlas Etnográfico do Globo*, de Adrien Balbi, após breve caracterização do estilo brasileiro, divulga uma relação de brasileirismos lexicais e semânticos. Esses os primeiros passos em direção dos atlas lingüísticos brasileiros, que se vêm sucedendo em bases científicas e modernas, e têm como pioneiro o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, editado em 1963 pela equipe do dialectólogo Nelson Rossi. Mas estes são de nossos dias.

Bastaria o fato de concorrermos majoritariamente para que o idioma de cultura que falamos seja um dos mais falados no mundo globalizado de hoje, para que se coloque o problema: – De que modo concorremos para afeiçoá-lo à nossa imagem e semelhança? Numa nação jovem como a brasileira, dois séculos de história externa e interna da língua pesam na balança. Um espaço aberto para esse tema no mais importante conjunto de textos reunidos em uma *Brasiliana* como esta, sem dúvida, ajudaria a mostrar a nacionais e estrangeiros como vem vicejando e crescendo neste país tropical esta doce "flor do Lácio inculta e bela". Inculta?!...

Antonio Martins de Araujo

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

ANTONIO MARTINS DE ARAUJO. Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador da ANPOLL. Membro da Academia Brasileira de Filologia. Autor de livros e artigos de sua especialidade.

CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA. Professor Titular de Lingüística da Universidade Federal Fluminense. Livre-docente em Lingüística pela mesma Universidade.

CASTELAR DE CARVALHO. Professor Doutor em Língua Portugesa da Faculdade de Letras da UFRJ. Autor dos livros *Para Compreender Saussure*, *Ensaios Gracilianos e Noel Rosa, Língua e Estilo* (com o Prof. Antonio Martins de Araujo). Membro da ABF.

DINO PRETI. Professor Titular da Universidade de São Paulo USP), professor dos cursos de Mestrado e Doutorado da Universidade Católica de São Paulo e autor de livros e artigos de sua especialidade.

EVANILDO BECHARA. Professor Emérito pela UFF e UERJ. Professor Titular aposentado dos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da UERJ e UFF. Vice-Presidente da Academia Brasileira de Filologia.

EVELINA VERDELHO. Doutora em Letras, Investigadora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Autora de textos originais e preparadora de excelentes edições de textos clássicos portugueses

HELENA REBELO. Professora licenciada em Línguas e Literaturas Modernas – Variante de Português-Francês e mestre em Lingüística Portuguesa pela Universidade de Coimbra. Leciona na Universidade da Madeira (Portugal) desde 1998 e prepara atualmente uma tese de doutorado em Lingüística sobre o falar de Porto Santo.

HORÁCIO ROLIM DE FREITAS. Livre-docente pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Professor Adjunto da UERJ (aposentado). Entre outros trabalhos de filologia e lingüística, escreveu *Princípios de Morfologia* (4.ed., Oficina do Autor, 1997).

LEONOR LOPES FÁVERO. Professora Titular de Lingüística da USP e de Língua Portuguesa da PUC/SP. Autora de vários artigos e resenhas de sua especialidade. Entre os livros mais recentes, citem-se *Coesão e Coerências Textuais, Oralidade e Escrita* e *As Concepções Lingüísticas no Século XVIIII: a Gramática Portuguesa.*

MARTIN HUMMEL. Professor Doutor do Instituto Românico da Karl-Franzens-Universidade de Graz (Áustria), romanista que se vem especializando em sintaxe e estilística do português, espanhol e francês. Autor do estudo *Adverbale und adverbialisierte Adjektive im Spanischen* (construções do tipo *Los niños duermem tranquilos* e *Maria corre rápido*, assunto que aqui na *Confluência* retoma em relação ao português), além de vários artigos de sua especialidade.

RICARDO CAVALIERE. Professor Adjunto de Língua Portuguesa da UFF. Doutor em Língua Portuguesa pela UFRJ e autor de estudos de sua especialidade.

TELMO VERDELHO. Professor Titular da Universidade de Aveiro (Portugal), tem-se especializado em temas de história de palavras e de lexicografia, como dão excelente testemunho seus trabalhos *As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesa* (Univ. Aveiro, 1988), *Índice Reverso de Os Lusíadas* (Coimbra, 1981), além de substanciosos artigos para revistas e atas de congressos nacionais e internacionais.

VALTER KEHDI. Doutor e Livre-docente em Letras pela USP. Professor aposentado da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de graduação e pós-graduação da USP. Licenciado em Lingüística Geral pela Université de Provence, autor de livros e artigos de sua especialidade.

WILSON CHOERI. Professor Titular aposentado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Diretor Geral do Colégio Pedro II.